



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Doutorado em Antropologia

**YANN PELLISSIER**

**HISTÓRIA DE UM EUROPEÍSMO BRASILEIRO:  
ESTRANHANDO ASSIMETRIAS PÓS-COLONIAIS NAS RELAÇÕES  
BRASIL-FRANÇA**

TESE DE DOUTORADO  
Salvador  
2018

YANN PELLISSIER

HISTÓRIA DE UM EUROPEÍSMO BRASILEIRO:  
ESTRANHANDO ASSIMETRIAS PÓS-COLONIAIS NAS RELAÇÕES  
BRASIL-FRANÇA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientador: Professor Doutor Moisés Vieira de Andrade Lino e Silva

Salvador  
2018

PELLISSIER, Yann

HISTÓRIA DE UM EUROPEÍSMO BRASILEIRO:  
ESTRANHANDO ASSIMETRIAS PÓS-COLONIAIS NAS  
RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA/ Yann PELLISSIER. --  
SALVADOR, 2018.

Orientador: Moisés Vieira de Andrade LINO E SILVA

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia)  
– Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas, 2018.

1. Europeísmo. 2. Antropologia simétrica. 3. Estudos pós-  
coloniais. 4. Elites e relações de poder.

## Ata da Defesa




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA




Ata da Reunião da Defesa Oral da Tese de Doutorado de YANN PELLISSIER intitulada: **“HISTÓRIA DE UM EUROPEISMO BRASILEIRO: ESTRANHANDO ASSIMETRIAS PÓS-COLONIAIS NAS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA”**

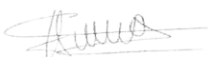
Aos 04 dias de setembro do ano de dois mil e dezoito, às 10:00h, na sala de videoconferência da Escola Politécnica da UFBA, foi instalada a Banca Examinadora da Defesa Oral da Tese de Doutorado de YANN PELLISSIER, intitulada: **“HISTÓRIA DE UM EUROPEISMO BRASILEIRO: ESTRANHANDO ASSIMETRIAS PÓS-COLONIAIS NAS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA”**. A sessão foi aberta pelo orientador Prof. Dr. Moisés Vieira de Andrade Lino e Silva (PPGA/UFBA), que procedeu à composição da Banca Examinadora formada por ele, pela Profa. Dra. Miriam Cristina Marcilio Rabelo (PPGCS/UFBA), pelo Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho (IHAC/UFBA), pela Profa. Dra. Julie Antoinette Cavignac (UFRN), pelo Prof. Dr. Jorge Pessanha Santiago (LYON2), sendo que a participação dos dois últimos membros foi feita de modo telepresencial. Em conformidade com o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia foi concedido o prazo de trinta minutos para que o doutorando fizesse a apresentação da sua tese. Em seguida, os membros da banca iniciaram suas arguições, para o que dispuseram, individualmente, de trinta minutos. O primeiro arguidor foi o Prof. Dr. Jorge Pessanha Santiago, seguido pela Profa. Dra. Julie Antoinette Cavignac; pela Profa. Dra. Miriam Cristina Marcilio Rabelo, pelo Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho e, finalmente, a arguição do Prof. Dr. Moisés Vieira de Andrade Lino e Silva. Finalizadas as arguições, foi concedido um novo prazo de trinta minutos para que o doutorando fizesse a sua réplica. Após a réplica, a Banca se reuniu e considerou a tese de YANN PELLISSIER como APROVADA. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Dr. Moisés Vieira de Andrade Lino e Silva, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pela doutoranda.

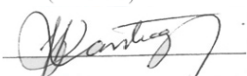
Salvador, 04 de setembro de 2018


  
Prof. Dr. Moisés Vieira de Andrade Lino e Silva  
(orientador – PPGA/UFBA)

  
Prof. Milton Júlio de Carvalho Filho  
(IHAC/UFBA)

  
Profa. Dra. Miriam Cristina Marcilio Rabelo  
(PPGCS)

  
Profa. Dra. Julie Antoinette Cavignac  
(UFRN)

  
Prof. Dr. Jorge Pessanha Santiago (LYON2)

  
Yann Pellissier (doutorando)

## Pareceres da Banca Examinadora



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



### PARECER DA BANCA EXAMINADORA SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A) <b>YANN PELLISSIER</b>	NÍVEL DO CURSO <b>DOCTORADO</b>
TÍTULO DO TRABALHO <b>"HISTÓRIA DE UM EUROPEISMO BRASILEIRO: ESTRANHANDO ASSIMETRIAS PÓS-COLONIAIS NAS RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA"</b>	
Nome do Examinador <b>Julie Antoinette Cavignac</b>	
Parecer: <i>A tese "História de um europeísmo brasileiro: estranhando as assimetrias pós-coloniais nas relações Brasil-França" tem um duplo objetivo (teórico e prático). Propõe questionar a naturalização das relações assimétricas no mundo pós-colonial, entendendo as relações de poder, a partir de um olhar antropológico, fundamentado numa sólida pesquisa empírica. Apresenta um projeto ambicioso, o da tematização da própria experiência em prol de uma antropologia simétrica. Trata-se de um trabalho no</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> APROVO <input type="checkbox"/> REPROVO <input type="checkbox"/> DEVE SER REFORMULADO <i>vador que deve ser publicado.</i>	
Salvador, <u>4/09/2018</u> Assinatura:	
Nome do Examinador <b>Dr. Jorge Pessanha Santiago</b>	
Parecer: <i>A tese apresentada por Yann Pellissier, fruto de uma análise minuciosa que além de mobilizar temáticas e elementos conceituais bem articulados entre eles e de inserir sua pesquisa no contexto da antropologia e da história e outras campos disciplinares, explora por uma complexa elaboração documental e fontes diversas assim como uma bibliografia de base teórica e metodológica consequente. Além do caráter inovador deixa presunção o caráter promissor deste trabalho.</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> APROVO <input type="checkbox"/> REPROVO <input type="checkbox"/> DEVE SER REFORMULADO	
Salvador, <u>Lyon</u> Assinatura:	
Nome do Examinador <b>Milton Júlio de Carvalho Filho</b>	
Parecer: <i>TESE BEM ORGANIZADA, TEORICAMENTE ROBUSTA, APRESENTA ESTILO ORIGINAL, BEM ESCRITA.</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> APROVO <input type="checkbox"/> REPROVO <input type="checkbox"/> DEVE SER REFORMULADO	
Salvador, <u>4/09/2018</u> Assinatura:	

Nome do Examinador Miriam Cristina Marcilio Rabelo

Parecer: A tese é teoricamente sofisticada, desmocha uma argumentação cansada buscando fundamentar uma zootopologia simbólica, eurocêntrica, a partir de SUE trajetória de pesquisa

APROVO  REPROVO  DEVE SER REFORMULADO

Salvador, 4/9/2018

Assinatura:



Nome do Orientador Moisés Vieira de Andrade Lino e Silva

Parecer:

A TESE APRESENTA CONTRADIÇÕES SIGNIFICATIVAS EM TRÊS ÁREAS ESPECÍFICAS: CONTRIBUIÇÃO TEMÁTICA/TEÓRICA NOS ESTUDOS DE ELITES E SIMBOLIZAÇÕES, CONTRADIÇÃO METODOLÓGICA (QUE É METODOLOGIA ETNOCENTRADA? O QUE É CONTRADIÇÃO?) E CONTRIBUIÇÃO NO ESTILO NARRATIVO ACADÊMICO.

APROVO  REPROVO  DEVE SER REFORMULADO

Salvador, 02/09/2018

Assinatura:



## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, em um trabalho antropológico, são geralmente os interlocutores das nossas pesquisas que agradecemos. São eles que nos permitem escrever os nossos relatos, são deles que vêm as “teorias nativas” que transcrevemos. Neste sentido, mesmo se estamos trabalhando com elites e grupos dominantes, eles devem ser agradecidos em primeiro lugar: às minhas amigas Carla e André, grandes camaradas, e à turma do Churras por ter me permitido escrever os primeiros capítulos deste trabalho de tese. Aos meus colegas e professores da faculdade de São Lázaro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Brasil, e da Universidade Lyon 2, na França. A certos membros da incorporadora PDG e de outras construtoras soteropolitanas e aos anônimos que me ajudaram a reunir o material necessário para escrever os outros capítulos desta pesquisa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) por ter financiado a primeira metade desta pesquisa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiada a segunda metade. Sem esses órgãos brasileiros e os seus investimentos nunca teria conseguido me dedicar tanto para a realização desta pesquisa. Agradeço à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e aos servidores que me apoiaram ao longo da minha formação, a todos os membros do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA), à turma 2014 com quem me formei e a Urpi Montoya que me acompanhou durante o início desta pesquisa de doutorado. Agradeço ao meu orientador, Moisés Lino e Silva, por ter me feito acreditar no meu trabalho e ter estimulado a escrita de uma tese capaz de questionar a antropologia contemporânea.

Agradeço a Dilma Oliveira por seu trabalho de revisora, sua curiosidade pelo tema e seus comentários pertinentes que aperfeiçoaram a redação da tese. Sobretudo, agradeço a Fernanda, a melhor europeísta brasileira que encontrei, que me aturou durante esses anos de pesquisa, me aconselhou, me orientou e tem a paciência de me ensinar a cada dia novas dicas para ser uma pessoa feliz.

## RESUMO

Este trabalho de tese estuda relações de poder à luz dos princípios de simetria discutidos pela antropologia contemporânea (LATOUR, 1997, VIVEIROS, 2002). Para realizar este objetivo, discuto um percurso acadêmico que me fez redescobrir a antropologia francesa e brasileira. Foi ao longo deste caminho que aprendi a questionar desigualdades pós-coloniais, no fim desta trajetória, cheguei na proposta de uma antropologia europeísta. A pesquisa começa com reflexões sobre desigualdades na França, passa por uma descrição do elitismo de jovens paulistas, transita no interior da Bahia entre duas formações antropológicas assimétricas e termina com uma descrição da construção de um novo bairro de alto padrão na cidade de Salvador. Na contramare dos fluxos que incitam os antropólogos brasileiros a realizar a sua pós-graduação na Europa, foi uma formação baiana que me propiciou – enquanto francês – a identificar aspectos importantes das relações de poder e hierarquias em contextos pós-coloniais. Abordo, criticamente, a naturalização da violência nas relações “norte-sul” e de outras relações assimétricas seguindo as etapas da minha formação franco-brasileira. Esse olhar reflexivo resulta em descrições etnográficas sobre operações do imperialismo tanto em nossa disciplina quanto na vida daqueles que participaram de minha trajetória de pesquisa. Argumento que a violência da opressão deve ser enxergada, também, a partir da perspectiva dominante. O princípio de simetria serve tanto para reequilibrar as relações de poder estudadas – colocar os polos das assimetrias no mesmo plano – quanto para evidenciar outras formas de dominação – relacionar as assimetrias no mesmo plano. Assim, com este trabalho contribuo para uma reflexão sobre os desafios políticos da antropologia contemporânea: tomar consciência da existência de problemas, deixar os movimentos contrários acontecer e tentar não falar pelos outros são estratégias que mobilizei neste trabalho para defender uma antropologia mais à esquerda (GOLDMAN, 2014). Aqui procuro trazer as coisas de “volta para a vida” (INGOLD, 2012), a começar com as “coisas” que os antropólogos consideram poderosas. É por esta razão que passamos da França para o Brasil, da capital paulista para o interior da Bahia, da cidade de Salvador para um novo bairro de alto padrão: foi para falar do imperialismo europeu e do evolucionismo colonial, do racismo, do machismo e do elitismo, do cientificismo da antropologia e do poder do Estado e do Capital.

Palavras-Chave: Europeísmo; Antropologia simétrica; Estudos pós-coloniais; Antropologia das elites e das relações de poder.



## RESUMÉ

Ce travail de thèse a cherché à étudier certaines relations de pouvoir à la lumière du principe de symétrie tant discuté par l'anthropologie. Pour atteindre cet objectif, je suis revenu sur un parcours académique qui m'a fait découvrir l'anthropologie française et brésilienne. C'est au long de ce chemin que j'ai construit un regard symétrique sur les relations asymétriques, à la fin de cette trajectoire, je suis arrivé à la proposition d'une anthropologie européiste. La recherche commence par des réflexions sur les inégalités en France, passe par une description de l'élitisme de la jeunesse pauliste, transite à Bahia entre deux formations anthropologiques asymétriques et se termine par une description de la construction d'un nouveau quartier haut de gamme de la ville de Salvador. A contrecourant des flux hégémoniques qui incitent les anthropologues brésiliens à faire leurs études supérieures à l'étranger, c'est une formation bahianaise qui m'a permis – en tant que français – d'identifier certains aspects importants des relations de pouvoir et des hiérarchies en contexte postcolonial. J'aborde de manière critique la naturalisation de la violence des relations « nord-sud » et d'autres relations asymétriques à partir des étapes de ma formation franco-brésilienne. Ce regard réflexif m'a permis de développer des descriptions ethnographiques sur des opérations impérialistes visibles à la fois dans notre discipline et dans la vie de ceux qui ont participé à ma trajectoire de recherche. Suivant la ligne d'une anthropologie symétrique (LATOURET, 1997 ; VIVEIROS, 2002), je soutiens que la violence de l'oppression doit être observée, en toute situation, du point de vue du dominant. Le principe de symétrie sert autant à rééquilibrer les relations de pouvoir étudiées – mettre les pôles des asymétries sur le même plan – qu'à mettre en évidence d'autres formes de domination – mettre en relation toutes les asymétries sur le même plan. Ainsi, avec ce travail, je cherche à contribuer à une réflexion sur les défis politiques de l'anthropologie contemporaine : prendre conscience de l'existence de problèmes, laisser les mouvements contraires exister et ne pas essayer de parler pour les autres sont des stratégies qui ont été mobilisées dans ce travail pour défendre une anthropologie plus à gauche (GOLDMAN, 2014). Ici, j'essaie de ramener les choses à la vie (INGOLD, 2012), en commençant par les « choses » puissantes. C'est pour cette raison que nous passons de la France au Brésil, de la capitale pauliste à la campagne de la Bahia, de Salvador à un nouveau quartier haut de gamme : pour parler de l'impérialisme européen et de l'évolutionnisme colonial, de racisme, de machisme et d'élitisme, du scientisme de l'anthropologie et du pouvoir de l'État et du Capital.

Mots-clefs : Européisme. Anthropologie symétrique. Études postcoloniales. Anthropologie des élites et des relations de pouvoir.

## LISTA DE ILUSTRACOES

Figure 1: Mapa de Salvador: Vetores de expansão da cidade.....	81
Figure 2: Percentual de Domicílios com Renda Domiciliar Menor que ½ Salário Mínimo e Maior do que 5 Salários Mínimos .....	85
Figure 3: Percentual de Habitantes de Cor Branca na direita.....	86
Figure 4: Mata do Parque da Cidade dividindo os bairros da Pituba e do Nordeste.....	87
Figure 5: Vista aérea do Morro da Sereia. ....	89
Figure 6: Sistema de Área de Valor urbano Ambiental (SAVAM) .....	90
Figure 7: Greenville, um canteiro de Obra.....	98
Figure 8: Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lúcio Costa, 1956. ....	100
Figure 9: Esquema de Brasília .....	102
Figure 10: Mapa de Salvador, situação do bairro de Patamares .....	104
Figure 11: Boletim Patamares .....	105
Figure 12: Recém condomínios construídos em Patamares.....	108
Figure 13: Vista aérea do Greenville antes da construção, em 200. ....	111
Figure 14: Vista aérea do Greenville, primeiro desmatamento, em 2006.....	112
Figure 15: Vista aérea do Greenville, primeira camada de asfalto, em 2007. ....	112
Figure 16: Construção da Av. Tamburugy, início e fim de 2007, 2008 e 2013.....	118
Figure 17: Propaganda do Greenville .....	120
Figure 18: Vista aérea do Greenville em 2015; Planta do Greenville.....	121
Figure 19: Condomínio Lumno.....	122
Figure 20: Planta padrão dos apartamentos de Lumno .....	124
Figure 22: Propaganda do Greenville.....	125
Figure 21: Propaganda do Greenville.....	126

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 VISTO TURÍSTICO. <i>Douce France, Triste Europa</i></b> .....	24
<b>3 VISTO TEMPORÁRIO. Do sincretismo baiano à “baianada”</b> .....	42
<b>4 VISTO PERMANENTE. Pimenta no cú dos outros é refresco</b> .....	67
<b>5 NATURALIZAÇÃO. Antropologia do Estado</b> .....	97
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	127
<b>NOTAS DE FIM</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho de pesquisa é estudar, a partir de um olhar antropológico, a naturalização das relações assimétricas no mundo pós-colonial. Perceber a violência com a qual certas formas de opressão são normalizadas no nosso cotidiano foi o resultado de uma trajetória indo da minha formação francesa para uma formação brasileira. Na contramare dos fluxos que incitam brasileiros a realizarem a sua pós-graduação na Europa, foi uma formação baiana que me propiciou, enquanto antropólogo francês, as condições para reconhecer o imperialismo existente nas chamadas relações “norte-sul”. Aprendi a identificar certos aspectos que reforçam a permanência das relações de poder e hierarquias em contextos pós-coloniais somente depois de dez anos de formação em antropologia no Brasil. Foi pouco a pouco que consegui me livrar de uma parte do eurocentrismo da nossa disciplina. É por isso que este percurso organiza a leitura, é a partir deste caminho acadêmico que, repassando por certas etapas da minha formação, esta tese pretende contribuir para a construção de abordagens simétricas nas relações Brasil-França em prol de uma antropologia não hegemônica.

Nascido e criado em Lyon, na França, descobri a antropologia entrando no curso de graduação da universidade pública da cidade, no ano de 2003. Em 2007, no último ano da minha formação, participei de um programa internacional e passei um ano na Universidade de São Paulo (USP), no Brasil. Era a primeira vez que eu atravessava o Atlântico. A minha intenção com esta experiência universitária não era a de desenvolver uma pesquisa, inclusive, o quadro deste intercâmbio não tinha esse propósito. O objetivo era o aperfeiçoamento da própria formação teórica do aluno, era preciso entregar um plano de equivalência das matérias cursadas na USP e não um projeto de estudo sobre os brasileiros. Foi somente a partir do mestrado que comecei a frequentar os “americanistas” da Universidade Lyon 2 e que o Brasil se tornou um local de estudo. Ora, mesmo se o meu campo se situava na Bahia, a natureza dos meus questionamentos era claramente lionesa, a minha pesquisa abordou os paradoxos do turismo alternativo e do neo-ruralismo burguês boêmio na Chapada Diamantina. No ano de 2011 entrei no mestrado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para continuar essa pesquisa em um outro quadro acadêmico. De novo, o objetivo era sofisticar a minha formação teórica e afinar a pertinência da minha abordagem antropológica à luz de outras leituras e práticas da disciplina. Foi neste momento que comecei a entender melhor que havia diferentes práticas antropológicas e que o Brasil começou a despontar. Nunca mais fui um estudante francês. Entrei no doutorado da UFBA no ano de 2014, com um projeto de pesquisa sobre as formas de habitar das elites soteropolitanas e analisei durante quase três anos os dados disponíveis sobre a construção de

um novo bairro de condomínio fechado de alto padrão da cidade de Salvador, Greenville. Foi somente depois de ter qualificado este trabalho sobre os mecanismos que permitem a reprodução das relações assimétricas das sociedades urbanas que um novo orientador me fez perceber que já estava realizando o meu trabalho de campo há muito tempo: este olhar retrospectivo sobre a minha profissionalização como pesquisador, sobre esses dez anos de moradia e aprendizagem da antropologia nas grandes cidades brasileiras, constitui a base empírica deste trabalho de tese.

Quando cheguei ao Brasil, na grande megalópole paulista, comecei a usar uma caderneta para anotar o vocabulário novo, os lugares que devia visitar, as informações novas sobre o Brasil e os brasileiros, as piadas, as situações constrangedoras, as gírias e as suas origens, as ideias que eles tinham da França e as minhas impressões sobre eles, etc. Era claramente uma caderneta de antropólogo, mesmo se, do ponto de vista acadêmico, não havia nenhuma pesquisa em jogo. Anotava o que me estranhava, o que achava diferente, as minhas reflexões – antropológicas? – sobre este encontro cultural e sobre as dificuldades de diálogo, era um diário sobre como lidar com a alteridade em um país estrangeiro. Nunca deixei de fazer estas anotações e estou hoje com uma dezena de cadernetas que me acompanharam ao longo de uma década no Brasil. Não era como os cadernos maiores da pesquisa de mestrado e de doutorado, era algo pessoal que não relia e que não gostava que alguém lesse. Elas não foram escritas de forma regular, houve até dois anos sem quase nenhuma anotação que se resumem em uma caderneta vazia somente com expressões baianas e palavras novas. Estas cadernetas retraçam a minha trajetória acadêmica e o meu envolvimento como profissional no Brasil. Reli e sistematizei essas anotações e é assim que elas ganharam um valor etnográfico: *a posteriori*, graças à sofisticação teórica da minha formação na Bahia, percebi que havia ali um material riquíssimo que viria servir de base empírica para a minha tese de doutorado:

[...] aquilo que poderíamos chamar de “etnograficidade” não é intrínseca aos encontros; é, antes, um julgamento lançado sobre esses encontros que transforma retrospectivamente o aprendizado, memorização e anotações que eles propiciam em pretextos para outra coisa. Este propósito ulterior, invisível para as pessoas que você secretamente entende enquanto informantes, é documental. É isso que converte sua experiência, sua memória e suas notas em material – algumas vezes entendido de modo cientificista enquanto “dados” – no qual você espera poder se apoiar posteriormente durante o projeto de oferecer uma descrição. (INGOLD, 2016: 406).

Para entender que essa trajetória acadêmica informava sobre as dificuldades que enfrenta a antropologia no estudo das relações de poder, tive que aceitar que a minha abordagem da disciplina era profundamente marcada pelo imperialismo europeu. Esta descoberta não foi imediata ou instantânea, como se eu já soubesse há muito tempo que o passado colonial

assombrava a minha prática profissional e que, de repente, teria admitido a existência desta realidade assimétrica. Foi pouco a pouco, passando por momentos marcantes e outros que achava insignificantes que consegui entender melhor esta condição do meu trabalho. Quando ficou evidente que o meu olhar de antropólogo francês tinha mudado há muito tempo e que eu conseguia identificar certas assimetrias outras vezes ignoradas, já tinha terminado a releitura das minhas cadernetas e escrito sobre Carla, o primeiro capítulo desta tese. Acho que foram as experiências realizadas nesse “laboratório textual” (LATOUR, 2012) que me ajudaram a ter um olhar mais crítico sobre a minha formação. Ainda não entendia bem qual relação exata tinha entre essa mudança de perspectiva antropológica e a construção do bairro de alto padrão que eu tinha analisado, mas sabia doravante que era uma questão de poder e de hierarquia.

O ponto comum entre o Estado e as suas políticas, as elites da sociedade urbana capitalista, os antropólogos e os franceses é que todos tiram a sua força da distância que mantêm com um outro que eles consideram como subalterno, seja ele o cidadão e os territórios nacionais, as classes populares, os nativos das pesquisas antropológicas ou os antigos países colonizados. Assim, foi depois de ter entendido que era esta mesma distância que dificultava os nossos estudos do Estado, das classes dominantes e da formação em antropologia que cheguei à compreensão que a nossa disciplina precisava reforçar o desenvolvimento de uma linha que chamo de europeísta. É por isso que uma volta reflexiva sobre a minha trajetória profissional organiza as discussões, ela permite falar dos mecanismos que me fizeram acreditar que a antropologia não podia estudar o Estado e ela retraça o caminho percorrido para entender que esta limitação era uma questão política que ultrapassava o estudo das elites urbanas brasileiras. Precisei de tempo, mas um dia ficou claro que a distância com a qual eu enxergava as políticas públicas que fragmentam as cidades era da mesma natureza que aquela que afasta os pesquisadores dos seus interlocutores ou os antropólogos brasileiros de campos europeus: entendi que entre os polos de uma relação assimétrica, manter distância por muros de concreto ou conceitos científicos permite ao lado dominante preservar a sua superioridade.

Seguindo a linha de uma antropologia simétrica (LATOUR, 1997, VIVEIROS, 2002), argumento que a violência da opressão deve ser enxergada, em quaisquer situações, a partir da perspectiva dominante – “Fazer sociologia para compreender por que os franceses acreditam na astrologia, mas não para compreender por que eles acreditam na astronomia, isso é assimétrico” (LATOUR, 1997: 23). O princípio de simetria serve tanto para reequilibrar as relações de poder estudadas – colocar os polos das assimetrias no mesmo plano –, quanto para evidenciar outras formas de dominação – relacionar as assimetrias no mesmo plano. Olhar simetricamente para as relações de poder no mundo pós-colonial é aceitar que os moradores de

bairros de alto padrão se distanciam do resto da cidade de Salvador por razões do mesmo tipo que o Estado se separa da prática, o pesquisador do pesquisado, o campo europeu da antropologia brasileira: para reforçar o seu poder. Neste sentido, o primeiro passo para chegar a uma antropologia europeísta é reduzir a distância existente entre as análises do Estado e a prática antropológica – aprender que manter estruturas de poder “longe e acima” da vida real somente os ajudam a se proteger. O segundo passo é admitir que entre o antropólogo e o seu campo de pesquisa existe também uma relação assimétrica, portanto uma distância que temos que reduzir. Enfim, o terceiro passo consiste em entender que, para participar do reequilíbrio das relações Brasil-França, temos realmente que nos perguntar por que a antropologia francesa continua tão instigada pelo Brasil, sabendo que poucos antropólogos brasileiros fazem campo na França.

Esses três passos foram feitos no mesmo momento e é por isso que aparecem juntos nos capítulos a seguir. No entanto, para facilitar o entendimento da argumentação, há mesmo três questões que devem ser aqui explicadas: uma questão teórica – podemos fazer uma antropologia do Estado e das “sociedades complexas”? –, uma questão epistemológica – de onde está falando o antropólogo? – e uma questão política que envolve estas duas primeiras questões: pode o europeísmo brasileiro ajudar na construção de “teorias” (COMARROF, 2011) e “epistemologias” (BOAVENTURA, 2009) do sul?

Aprendi durante esta pesquisa de doutorado a identificar certos mecanismos da dominação capitalista, científica e imperialista, e as relações de poder em si ganharam sentido: entendi que o desafio político da antropologia contemporânea é o de trazer as coisas de “volta para a vida” (INGOLD, 2012), a começar com as “coisas” poderosas. A força das políticas públicas, do antropólogo ou do eurocentrismo torna-se concreta, visível e mais palpável quando ela é descrita como ela é, viva, em movimento, prática. Como é nesse instante fugaz que se reproduzem as relações assimétricas, temos que descrever os dispositivos práticos que permitem esta reprodução: isto é trazer as coisas poderosas de volta para a vida. Foi a análise da construção de um novo bairro de alto padrão que me ensinou a importância de apreender as políticas públicas como coisas vivas, ressitando-as na prática. Seguiu uma linha tradicional da antropologia urbana que não tinha resolvido a questão da “morte do primitivo” (LAPLANTINE, 2003: 115), eu ainda separava as chamadas dinâmicas globalizantes que estudavam os sociólogos, urbanistas, historiadores e cientistas políticos daquilo que eu definia como campo etnográfico. De um lado, havia os atores globais das análises estruturais e estruturantes, as políticas de revitalização, requalificação ou outras intervenções das forças – do Estado e do Capital – que Clastres definiu como marco das sociedades complexas

(CLASTRES, 1978). Do outro lado, havia aquilo que restava da antropologia e da pretensão dos clássicos da disciplina em contextos urbanos: o registro fácil de movimentos programados pelas outras disciplinas (a etnografia como estudo de caso) ou as descrições isoladas, de microculturas (a etnografia da antropologia na cidade) e de experiências pós-modernas (a etnografia da antropologia da cidade), completamente desligadas das questões de poder das ditas sociedades complexas. Acreditava que o quadro nacional pós-colonial, capitalista, industrial ou urbano somente servia para contextualizar as minhas investigações futuras, como se a antropologia cuidasse de movimentos que aconteciam em um contexto que não lhe diz respeito – “um meio espacial inerte, onde pessoas e coisas, atos e situações, não teriam senão que alojar-se/fixar-se” (LEFEBVRE, 1974: 404). Sem saber, reproduzia uma “certa compreensão da imanência e transcendência que está profundamente ancorada nos protocolos da ciência normal” (INGOLD, 2016: 407). De fato, demorei para entender que todas as coisas eram vivas e que a teoria ou o Estado não ficavam longe e acima de nada e de ninguém: como qualquer “ser” em uma ontologia relacional não essencialista, eles existem somente em movimento, na prática fenomenológica. Estava ignorando a pertinência política da ruptura ontológica da antropologia contemporânea, pensava que somente seres humanos de carne e osso eram vivos e que não podíamos fazer a “biografia cultural” (APPADURAI, 2010) das chamadas estruturas determinantes ou tentar “reagregá-las” (LATOUR, 2012).

Quando entendi que a minha definição da prática antropológica somente servia para “reanimar um mundo de coisas já morto ou tornado inerte pela interrupção dos fluxos de substância que lhe dão vida” (INGOLD, 2012: 33), os limites políticos desta abordagem apareceram como evidentes. Estava praticando uma antropologia conservadora, as chamadas dinâmicas globalizantes da mundialização apareciam como longes e acima da prática para se proteger e eu somente as ajudava a permanecer invisíveis, como parte de um pano de fundo imóvel e inalcançável. Neste sentido, além de reconhecer que os movimentos que permitem a construção de novos bairros de alto padrão são acontecimentos precisos que devemos descrever, o primeiro argumento da tese aqui defendida consiste em admitir que trazer as coisas poderosas de volta para a vida não é uma proposta mais engajada do que deixá-las em um espaço absoluto onde nada acontece, fora do movimento da vida. Se há uma antropologia mais à esquerda (GOLDMAN, 2014) é porque ignorar a condição fenomenológica da existência de certos seres como o Estado ou o antropólogo é invisibilizar os mecanismos que permitem a permanência das relações assimétricas, é praticar uma antropologia de direita.

O segundo argumento procura exacerbar as tensões existentes entre o meu papel de acadêmico e os interlocutores da minha pesquisa, descrevendo uma relação marcada por



assimetrias. Discutir sobre a distância que protege os antropólogos dos chamados nativos ou sobre o poder da “autoridade etnográfica” (CLIFFORD, 1998) não é uma grande novidade para a antropologia; a crítica do lugar absoluto da ciência e da posição ideologicamente situada dos nossos pesquisadores já foi feita há quase meio século. Inclusive, o primeiro argumento acima, a necessidade de entender que os nossos campos de pesquisa fazem parte de um contexto nacional e histórico pós-colonial, podia também parecer com uma proposta já datada na antropologia – lembrando, por exemplo, o “choque da aculturação” de François Laplantine (LAPLANTINE, 2003: 20) ou o “laboratório de civilização” de Arthur Ramos (RAMOS, 1948: 211). Como vimos que, à luz da ruptura ontológica evocada, uma antropologia do Estado não se limita a um exercício sociológico, as questões epistemológicas da virada pós-moderna do final do século XX devem igualmente ser atualizadas a partir dessas discussões. Talvez, o dilema político do sociólogo seja fazer parte da sociedade que estuda, mas um debate sobre a impossível distância científica entre o pesquisador e a sua sociedade não devia, a princípio, questionar tanto a antropologia – “Ainda que quisessem, os etnógrafos não poderiam, autorizados pelo idílio purificador da etnociência, esperar remover todos os traços da arbitrariedade com que leem os signos dotados de significado em uma paisagem cultural” (COMARROF, 2010: 10).

O que é importante entender é que quando a nossa disciplina admitiu estar vivendo em um mundo pós-colonial, deixando de ignorar as forças do Estado e do Capital, ela mergulhou nos meandros pós-modernos que permitiram à teoria e ao pesquisador continuarem distantes do campo e dos pesquisados. Uma vez aceita a vida das coisas poderosas, dificultar a legitimidade da sua análise é uma das formas de interromper os movimentos contrários, o segundo mecanismo de uma postura de direita (GOLDMAN, 2014). Ainda podemos estranhar o familiar e nos familiarizar com o estranho, o nosso problema é que não podemos mais calar este estranho: ele está querendo equilibrar as nossas relações assimétricas (SPIVAK, 2010). A separação entre o conhecer e o observar (INGOLD, 2016) continuou disfarçada nos nossos trabalhos para proteger os pesquisadores da resposta dos nossos interlocutores. O antropólogo acompanha o seu alter ego (um outro ele) envolvido na experiência sensível dos acontecimentos ordinários do seu campo de pesquisa sobre os jovens da periferia de Salvador, porém, enquanto busca a sua filha na melhor escola da cidade, esquece que a prática fenomenológica não é algo que somente existe em horários de expediente. Sempre achei que tinha um lugar seguro para o antropólogo se proteger, o velho gabinete parisiense ou os momentos fora das excursões etnográficas de fim de semana. Para entender que o pós-modernismo na antropologia dá a “ilusão de um abalo da soberania subjetiva, quando, muitas vezes, proporciona apenas uma

camuflagem para esse sujeito do conhecimento” (SPIVAK, 2010: 21) e para sentir que “expulsar o sujeito burguês do recorte antropológico tem se mostrado extremamente difícil” (COMARROF, 2010: 12), tive que me acostumar com a ideia que não havia separação entre o trabalho e a vida do antropólogo. A distância entre um espaço etnográfico (um espaço vivo, do corpo em movimento e da experiência pós-moderna) e um espaço teórico (um espaço morto, das políticas públicas e dos jogos de poder das sociedades complexas) serve para interromper os movimentos capazes de identificar que corpos, praças e leis são colonizados pelas mesmas forças.

Eu argumento que atribuir “etnograficidade” aos encontros com aqueles entre os quais realizamos nossa pesquisa – e ao trabalho de campo de modo geral – é colocar em risco o compromisso ontológico e o propósito educacional da antropologia enquanto disciplina, bem como da sua principal maneira de trabalhar, a observação participante. Também significa reproduzir uma distinção perniciosa entre aqueles com os quais nós estudamos e aprendemos dentro e fora da academia, respectivamente. É esta obsessão da antropologia com a etnografia que tem, mais que qualquer outra coisa, solapado a sua voz pública. Para recuperá-la devemos reafirmar o valor da antropologia enquanto disciplina orientada para o futuro, dedicada a recompor a ruptura entre imaginação e vida real. (INGOLD, 2016: 406).

Para conseguir reduzir a distância entre o antropólogo e o seu campo de pesquisa, este trabalho de tese procura exacerbar as tensões e questionar os acordos morais existentes nos encontros que nos permitem realizar os nossos estudos. Com o objetivo de melhorar o nosso entendimento das relações de poder, da naturalização da violência e da hierarquia, fui procurar detalhes e anedotas tanto em nossa disciplina quanto na vida daqueles que participaram de minha trajetória acadêmica. Quando anotava detalhes nas minhas cadernetas sobre os meus amigos brasileiros ou franceses, sobre os meus colegas e professores da faculdade de Lyon, São Paulo ou Salvador, não esperava que alguns deles fossem se tornar interlocutores privilegiados da minha tese de doutorado. Se eles soubessem que eu iria falar da sua vida dez anos depois, talvez nunca nos tornássemos amigos. “Seu francês filho da puta, se você ficar falando mal de mim na sua tese, vou até aí te dar uma bofetada”. Quando avisei a meu amigo André, ele gostou de saber que estava se tornando um personagem público, somente ficou reticente com a ideia de ser descrito como um monstro conservador da direita brasileira. Quase ninguém quer ser apresentado como opressor, é raro ver alguém reivindicar ser racista, machista, elitista ou imperialista. Mais ainda ele, que se considerava de centro-direita, economicamente liberal e politicamente correto. Na verdade, quase ninguém quer ser o interlocutor de um antropólogo gratuitamente, é por isso que escrever sobre os seus amigos ou seus colegas afia as ambiguidades da nossa prática e mexe com questões éticas.

– “Se ligue, Yann, vai ter um nativo na sua banca”.

Acho que o primeiro sinal de aproximação entre os polos dessa assimetria começa com a inversão da relação de poder. Quando você entende que uma das condições da antropologia contemporânea é que ela não se beneficia mais deste escudo científico que lhe permitia ficar protegida dos movimentos contrários à sua prática, logo a abordagem simétrica mostra as suas vantagens. O outro das nossas pesquisas poderia ter algo a dizer sobre a descrição que fazíamos do mundo dele, mas como ele não tinha forças para nos ameaçar, não ouvíamos nada. Colocar o antropólogo e o seu campo de pesquisa no mesmo plano serve para equilibrar as relações de poder envolvidas no nosso trabalho, obriga-nos a ficar expostos à crítica – “Quem sabe assim eles finalmente darão ouvidos ao que dizem os habitantes da floresta, e começarão a pensar com mais retidão a seu respeito?” (KOPENAWA, 2010: 62). Portanto, o segundo passo na argumentação de uma antropologia europeísta é entender que o outro dos nossos estudos sempre esteve falando (SPIVAK, 2010), mas que falávamos no lugar dele ou explicávamos que ele não queria dizer exatamente aquilo para não ouvir o que realmente ele tinha a dizer.

Se a ideia de uma antropologia do Estado estranha tanto quanto a ideia de uma antropologia europeísta é porque, nos dois casos, estamos acirrando relações de poder geralmente ignoradas pela disciplina. Entendi essa realidade quando apresentei, na famosa École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris, a proposta de formar antropólogos brasileiros para estudar os franceses. Acabava de perguntar se alguém podia me explicar por que certos antropólogos achavam a Bahia e os baianos tão instigantes, por isso não vou dizer que eu não sabia que estava atacando de frente a sede do imperialismo da antropologia parisiense. Porém, não esperava que a reação das autoridades convidadas, brasileiras e francesas, fosse tão reveladora do incômodo que pode causar a ideia de mais simetria na antropologia mundial. Havia uma divisão geracional mais do que nacional, foram as antropólogas e os antropólogos mais velhos que me explicaram que “essa coisa de europeísta já existe há muito tempo” e que “precisa ler mais”. Percebi na hora que o uso do mecanismo de defesa clássico da academia já indicava que eles queriam evitar a discussão – “espero que você não esteja pretendendo falar em seu nome sem ter lido isso e aquilo, e aquilo sobre isso, e isso sobre aquilo” (DELEUZE, 1992: 14). Agora, entendi que estava questionando uma assimetria cara para a antropologia quando perguntei diretamente para essas autoridades se o fato de ignorar que o quinquagésimo sexto Congresso dos Americanistas ia se reunir sem ter tido nenhuma reunião famosa sobre o europeísmo não era, como Marcel Goldman disse, uma postura conservadora de direita que procurava negar os problemas atuais da disciplina (GOLDMAN, 2014).

– “O congresso internacional de sociologia cuida dessas questões há mais de cinquenta anos!”.

Quando o lado dominante fica muito distante do subalterno, ele acaba estranhando estar inserido em uma relação de poder. Ele esquece mesmo. O imperialismo é para os franceses como o machismo, para os homens, e o racismo, para os brancos, algo muito fácil de naturalizar: isso permite manter a permanência da relação assimétrica. Para chegar a diferenciar os encontros de sociologia internacional e a proposta de uma antropologia europeísta, tem de aceitar, como vimos, que a nossa disciplina pode estudar o Estado – “Seeing Like a State” (SCOTT,1998) – sem se resumir a ser uma técnica de investigação particular (local) para a realização de estudos de casos. Tem de aceitar igualmente que as nossas teorias, metodologias, reflexões epistemológicas e éticas são ancoradas em uma ontologia essencialista e são marcadas pelo eurocentrismo do passado colonial e do positivismo científico. Se não fica evidente que um olhar antropológico contemporâneo sobre a Europa participa da construção de abordagens não hegemônicas, é porque “enquanto a Europa se tornou descentralizada, provinciana, no nosso mundo atual, sob muitos aspectos, persiste uma percepção de que o trabalho ‘teórico’ de relevância global é feito no Norte” (COMARROF, 2011). De fato, “a relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de criticar abertamente” (MENESES, 2008: 5).

Americanismo		Europeísmo
*Admiração, mania ou imitação das coisas e do estilo de vida da América.	=	*Tendência a admirar e/ou imitar o modo de vida, os valores, a cultura etc. da Europa e/ou dos europeus.
*Conjunto de ciências e estudos que têm por objetivo o conhecimento do continente americano.	≠	*Influência exercida pela Europa sobre os países de outros continentes; eurocentrismo.

(HOUAIS, 2009)

– “Você é um colonizador mesmo, você quer que a antropologia brasileira seja mais europeísta que já está?”.

Por ele saber que um olhar “do sul” devia levar os universitários brasileiros a se distanciarem da Europa, um colega carioca achou que, depois de anos vivendo no Brasil, eu não tinha perdido nada do meu eurocentrismo. Propor um estudo sobre os franceses lhe parecia uma estratégia para reproduzir a dominação europeia, mais uma forma de focar a nossa atenção sobre os europeus. Com efeito, uma história não hegemônica deve se interessar aos movimentos populacionais da América antes da chegada dos portugueses, e não ao campesinato da região parisiense no século XII; uma sociologia não hegemônica deveria produzir novas teorias sobre o funcionamento da democracia brasileira, e não se basear em “um modelo exterior de modernidade em relação ao qual a realidade local é uma versão imperfeita, incompleta, subdesenvolvida ou, no mínimo, especial” (CALDEIRA, 2000: 62). Lutar contra o

eurocentrismo é parar de usar a Europa como referência. Ora, não podemos esquecer que a particularidade da antropologia é olhar para o outro esperando melhorar o seu conhecimento sobre si mesmo. Historicamente, a referência a um “outro não ocidental” ajudou mais a antropologia colonial e os ocidentais do que este outro, as últimas palavras da famosa introdução de Malinowski são, inclusive, bastante claras a respeito: “Talvez, pela compreensão de uma forma tão distante e estranha da natureza humana, possamos entender nossa própria natureza. Nesse caso – e somente nesse caso – estaremos justificados ao sentirmos que valeu a pena entender esses nativos, suas instituições e costumes” (MALINOWSKI, 1984: 34). Ninguém pense que o americanista francês é um simples admirador da América a fim de se tornar americano. Sabemos que, no máximo, ele tenta “se tornar nativo” durante o mês que passa no campo, mas o objetivo do seu trabalho é justamente ficar distante, olhar a América de longe e de cima. É a mesma coisa para o africanista ou o oceanista, são estudiosos que tentam, a partir de um olhar de fora, enxergar a África e a Oceania como um todo. Neste sentido, conforme os princípios de simetria, ser europeísta é ficar longe e acima dos europeus e tentar enxergar a Europa como um todo: uma forma de se afastar do eurocentrismo da nossa disciplina. Uma antropologia ao reverso, simétrica, do sul, procura olhar a Europa para melhorar o conhecimento de si mesmo: isto é “a indigenização da modernidade” (SAHLINS, 1997: 53).

Aqui estamos preocupados mais especificamente com a questão de como fazer uma antropologia histórica de processos dominantes, transformadores do mundo, [devemos] buscar o gesto colonizador além das ideologias audíveis e das instituições visíveis, no domínio das formas não-ditas, tais como os corpos, os edifícios, a magia e as mercadorias. (COMARROF, 2010: 45).

Acompanhando a minha trajetória de americanista francês para europeísta brasileiro, a leitura desta tese vai se organizando em quatro capítulos. A pesquisa começa com reflexões sobre desigualdades na França, passa por uma descrição do elitismo de jovens paulistas, transita no interior da Bahia entre duas formações antropológicas assimétricas e termina com uma descrição da construção de um novo bairro de alto padrão na cidade de Salvador. O fio condutor das nossas discussões segue um percurso acadêmico que me permitiu, com o tempo, atualizar a minha prática antropológica. O primeiro capítulo aborda a minha descoberta do funcionamento de certas assimetrias do mundo pós-colonial, ele apresenta alguns mecanismos básicos que me ensinaram a naturalizar a violência das relações de poder. É o primeiro passo das discussões, o visto turístico, o momento em que estranhamos o familiar: as assimetrias são descritas de maneira mais brutal, como evidentes, vivas, mais cruas e menos complexas, diárias. Evoco situações, reflexões, comentários que gravitam em volta da vida de Carla, uma francesa filha de imigrantes portugueses, com quem aprendi desde criança a lidar com as desigualdades.

O segundo capítulo trata da minha descoberta da megalópole paulista e da antropologia brasileira, ele volta sobre essa primeira experiência de vida no estrangeiro, sobre o conservadorismo das classes altas com as quais convivi durante o ano de 2007 e sobre os primeiros sinais que me mostraram o funcionamento do imperialismo francês no mundo pós-colonial. É o segundo passo deste trabalho, o visto temporário, é o momento em que familiarizamos o estranho: as assimetrias começam a aparecer com mais complexidade, múltiplas e disfarçadas, sobrepostas. Descrevo certas partes da vida dos amigos elitistas de André, o engenheiro com quem eu morava no bairro de Higienópolis, e tento mostrar como ele me parecia distante do objeto dos americanistas da antropologia francesa. O terceiro capítulo cuida de narrar a transição, ele explica como se deu a passagem entre uma formação francesa e uma formação brasileira, ele identifica os problemas do passado colonial da antropologia e fixa as condições para a produção de estudos urbanos que conseguem responder aos desafios contemporâneos da disciplina. É o terceiro passo da tese, o visto permanente, o momento em que chamamos todas as coisas no mesmo plano, de volta para a vida (INGOLD, 2012). Explico por que eu opunha a etnografia e o contexto e mostro como uma pesquisa sobre a história da segregação da cidade de Salvador me ensinou que esta separação era inexistente. Enfim, o quarto capítulo é uma descrição dos movimentos que permitiram a construção de um novo bairro de condomínio de alto padrão no litoral atlântico soteropolitano, é uma descrição que procura apreender quais são os gestos que transformam as nossas cidades. Houve um momento turístico, temporário, permanente e, conforme uma cronologia imposta aos encontros pela autoridade dos estados-nação, esta quarta etapa seria a da (de)naturalização. (De)naturalização das relações de poder da sociedade urbana, da violência do Estado e das políticas públicas, do elitismo da moradia das classes dominantes e dos impactos devastadores da lógica capitalista.

No caminho entre um olhar turístico e um outro não hegemônico, ao longo deste caminho e não no seu meio ou no seu fim, uma linha antropológica europeísta vai se definindo. As quatro histórias contadas nesta tese reproduzem o ritmo do meu encontro com a sociedade brasileira e com a antropologia, não de uma argumentação: do primeiro contato à aproximação, passando por um momento de transição para chegar à naturalização, é a noção de alteridade que ocupa um lugar transversal para estruturar as nossas discussões. É bastante comum ver um francês escrever sobre a sua descoberta do Brasil e dos brasileiros e comentar sobre o seu estranhamento, houve muitos viajantes como Jean de Lery que compartilharam as suas experiências e reflexões desde o século XVI. Obviamente, na antropologia, lembramos de Claude Lévi-Strauss e dos “Tristes Trópicos” (1955), mas sabemos que ele foi seguido por Roger Bastide, Pierre Verger, Gisele Cossard Binon, François Laplantine e muitas gerações de

pesquisadores e pesquisadoras franceses que continuam até hoje vindo ao Brasil. Do outro lado, há também os fluxos hegemônicos evocados, uma parte dos antropólogos brasileiros que encontrei no Brasil realizou a sua pós-graduação na França, ou melhor, em Paris. Neste sentido, escrever uma tese sobre as relações Brasil-França não é uma novidade para ninguém, este trabalho de pesquisa insere-se em um campo da antropologia já bastante discutido. Da mesma forma, a abordagem deste estudo não é inovadora para os antropólogos, investigar as relações assimétricas do mundo pós-colonial a partir de um pluralismo ontológico é um projeto bem conhecido na disciplina. Como vimos, sigo uma antropologia pós-colonial contemporânea marcada pelo casal Comarrof (2010; 2011) e por pesquisadores de outras áreas como Boaventura De Souza (2009) ou Spivak (2010), acompanho uma reflexão da teoria pós-social de Ingold (2005; 2012; 2016), Viveiros de Castro (2002) ou Latour (1997; 2012), defendo uma antropologia não hegemônica como Goldman (2014), Appadurai (2010), Kopenawa (2010) e os pesquisadores do Manifesto de Lausanne (2011). Ainda, uma antropologia ao reverso, simétrica, olhando a Europa, é uma proposta que lembra muito a “etnografia dos parisienses” de Jean Rouch em *Petit à Petit* (1970), quanto ao tom mais direto, assertivo, descrevendo com uma certa brutalidade as assimetrias pós-coloniais, ele se inspira nos trabalhos de Frantz Fanon (1968; 2008). Sobretudo, além desses autores, foram os professores e colegas que encontrei na Bahia que me mostraram que havia muito tempo que as teorias do sul estavam conquistando espaços e que o meu trabalho poderia participar deste movimento.

## **2 VISTO TURÍSTICO. *Douce France, Triste Europa.***

Quando nasceu, seus pais já moravam na Guillotière. Como era um bairro majoritariamente composto por populações provenientes da imigração, ela era mais uma portuguesa do bairro. No terceiro andar do número 14, da Grande Rue de la Guillotière, num prédio de cinco andares do século XIX, cujos grandes apartamentos tinham sido divididos numa dezena de quarto-sala, Carla e a sua irmã mais velha ocupavam um quarto com banheiro, enquanto os seus pais dormiam no sofá da sala. Durante uma época da sua infância, a sua avó materna ficou igualmente hospedada na casa, sofrendo da doença de Alzheimer a família não queria deixá-la sozinha no interior de Portugal. Não sei onde ela dormia, mas sei que toda noite, no final do jantar, que não passava das 20hrs, quando o jornal nacional começava e que o Bruno Mazur pronunciava o boa noite, a avó respondia e verificava se Carla não se comportava de forma grosseira na mesa. Ela não podia andar de pijama na presença do *Monsieur* Mazur. Do quarto dela, escondida atrás da TV que ficava na ponta da mesa da sala, ela fazia caretas com a sua irmã para distrair a avó. Esta fingia para Bruno Mazur não perceber a palhaçada.

Na minha casa, era proibido assistir televisão durante o jantar, de qualquer jeito, da mesa da cozinha estávamos bem longe dela. O meu prédio ficava no número 22 da mesma Grande Rue de la Guillotière, um prédio bem mais velho em comparação àqueles ao lado, mais baixo, com apenas três apartamentos. No térreo era uma loja que dava para rua, no primeiro andar um apartamento de uma idosa que nunca saía de casa, no segundo e no terceiro andar, a minha casa. Só a sala da entrada de baixo fazia o dobro do apartamento de Carla. Além dos dois andares, havia o sótão, arrumado em dois quartos, um para mim e um para meu irmão. Minha irmã tinha também o seu próprio quarto, assim como os meus pais. Ele, Loïc Pellissier, era fotógrafo, filho de uma decadente família católica lionesa; ela, Christiane Horgne, era fisioterapeuta, filha de pequenos comerciantes catalães.

O pai de Carla se chamava Manuel e a sua mãe Maria Fátima. Eu sempre a chamei de Maria, mas quando alguém perguntava para Carla, ainda que pudesse parecer um nome arábico para os franceses, ela falava que sua mãe se chamava Fátima. Na França, é melhor ser visto como português do que como magrebino, eles sofrem menos preconceitos. Entretanto, já criança, Carla tinha entendido como funcionava o modelo de integração francês: ser filha de Maria e Manuel Rodrigues parecia muito português, só faltava seu pai ser pedreiro e a sua mãe ser empregada doméstica para nunca conseguir ser considerada francesa. Por isso, tinha estratégias. Sua mãe, sim, fazia faxina, mas dizia que se chamava Fátima, enquanto o seu pai



chamava-se Manuel, mas ela dizia que ele construía túnel. Meninos malvados, questionávamos a ela sobre a função dele na construção de túnel e sobre o nome completo da sua mãe.

– “Ele não mexe com cimento? É ele quem fez os planos do Túnel de Fourvière?”.

Manuel nunca foi pedreiro e nunca mexeu com cimento, mesmo se os nossos amigos possam achar que sim ainda hoje. Os pais de Carla eram portugueses de baixa renda, então entravam nos estereótipos existentes. Carla sabia disso, caso quisesse fingir, alguém estaria ali para lhe lembrar quem ela era: uma francesa mestiça. Não que ela rejeitasse o fato de ser portuguesa, pelo contrário, o defendia. Inclusive, ela sempre disse, “meu problema não é que sou portuguesa, é que meu pai não é banqueiro e minha mãe não é fisioterapeuta”. Seus pais tampouco pareciam se preocupar com estes preconceitos. Eles me falavam muito sobre Portugal. Lá, eles tinham uma casa grande na qual passavam todos os meses de agosto sem exceção. Agosto era o mês de férias de Manuel, assalariado, ele sempre falava que iria se aposentar lá. O cotidiano deles na cidade era ritmado pelos eventos ligados à comunidade portuguesa da Guillotière, o pai no bar da associação do bairro, a mãe na casa duma prima e as filhas na escola portuguesa nos dias de sábado. Em casa, eles falavam português, mesmo que Carla respondesse em francês.

No final do ano escolar, no mês de junho, nunca víamos os pais de Carla nos fins de semana organizados pelos diversos sindicatos dos pais de alunos da escola do bairro. Na verdade, parece que essas festas nem eram dos sindicatos, mas sempre o achamos. Minha irmã pensava que a FCPE a PEEP eram dois nomes próprios ao bairro para designar grupos de amigos. Eu sabia que se tratava de política, minha mãe repetia em casa que a *Fédération des Conseils de Parents d'Élèves* (FCPE) eram “traíras” e que a *Fédération des parents d'Élèves de l'Enseignement Public* (PEEP) era uma “porcaria católica”. Mas não sabíamos que os fins de semana que passávamos em grupinhos não eram organizados por estes sindicatos. Chamávamos de “week-end de la FCPE” esta saída no interior, para festejar o São João, em um moinho reformado que pertencia à família do banqueiro que morava no número 15 da Grande Rue de la Guillotière, no primeiro andar. O grupo de amigos proveniente da PEEP levava as crianças para um parque de diversão. Até o Tony e as suas filhas, a família de italianos, estavam presentes nesses eventos. Mas não havia família magrebina, nem portuguesa, em nenhum dos dois lados. A organização dos pais de alunos da escola primária do bairro era principalmente um negócio de franceses brancos. As crianças voltavam sempre contando o quanto o fim de semana tinha sido divertido, lembrando para todos os alunos da sala que não faziam parte desta aventura como era bom ter acessos privilegiados.

Uma grande parte da turma vinha da imigração, alguns recebiam tratamentos particulares, pois não falavam francês, principalmente tunisianos, marroquinos, argelinos, mas também mexicanos ou ruandeses, afegãos, georgianos e muitos alunos dos Bálcãs, croatas, eslovenos, sérvios, bosnianos, kosovares que só transitavam pela classe e que nunca mais víamos. Acompanhávamos, sem o saber, os conflitos armados do mundo dos anos 90 através da presença fugaz destes alunos: as guerras nos Bálcãs depois da explosão da Iugoslávia, as guerras civis na Geórgia, na Argélia, no Afeganistão, o genocídio em Ruanda, etc. Não era raro escutar que eles deviam voltar para os seus países, que as cidades devastadas pelas bombas vendidas por empresas francesas não iam se reconstruir sozinhas e que a França não podia acolher toda a miséria do mundo. Os responsáveis pela escola e os pais dos alunos iam visitar essas famílias aconselhando que seus filhos fossem matriculados, pois era somente assim que eles poderiam evitar a expulsão do país. Por isso, vimos passar muitas dessas crianças. No entanto, se podíamos ver o Bruno Mazur de noite falar da Bósnia e se sabíamos muito bem que esses alunos estranhos que não falavam a nossa língua vinham de lugares onde aconteciam muitas coisas feias, ninguém nos explicava nada. Raramente alguém tentava nos falar sobre o porquê da presença desses novos colegas, donde eles vinham, por quais problemas tinham passado para chegar até nossa sala. Na verdade, não se falava da origem de ninguém, “na escola todos são iguais”.

Quando minha família se instalou no bairro, comprou os dois últimos andares de um prédio perto da famosa Place Dupont, ponto de tráfico notável da cidade que todo mundo considerava perigoso. Isso era sem contar com o processo de gentrificação que estava iniciando. As populações magrebina foram expulsas, deslocadas para a periferia da cidade. Elas moravam em prédios velhos situados nas ruas de trás da praça, onde eu pouco ia, se não fosse para buscar tempero verde. Só lá se encontrava hortelã fresco. Dois anos depois da nossa chegada ao bairro, em 1986, um conjunto social habitacional construído em frente ao nosso prédio acolheu uma parte desses moradores precários. Estes eram em grande maioria árabes, como são chamados esse tipo de cidadão francês. Uma larga construção de seis andares, com 60 unidades, dez apartamentos por andar, sempre ficou em frente da minha janela e da de Carla e animava o nosso cotidiano.

No primeiro andar, em um dos apartamentos que dava para a rua, morava a família Rigneau, os Gratanos como eram chamados pejorativamente no bairro. Família branca, a mãe se prostituía nas escadas do prédio do número 15 da Grande Rue de la Guillotière, o que permitia ao banqueiro do primeiro andar, que não tinha televisão em casa, assistir filmes pornôs gratuitos ao vivo, como ele dizia. O pai Gratanos ficava o dia todo na janela retirando melecas

do nariz e supervisionando as idas e vindas da sua esposa, deixando com nojo todas as crianças e adultos da rua. Gratanos, um apelido construído a partir da palavra coçar, “gratter”, procurava passar uma ideia de sujeira, alguma coisa a ver com óleo e fritura, com gordura, talvez devido ao sufixo “-os”, que lembrava a língua portuguesa ou espanhola ou, talvez, em referência a uma especialidade lionesa feita de gordura de porco, os grattons. Obeso, mesmo desocupado e parado na janela, Gratanos parecia sempre suado.

Com a família Rigneau em frente, Carla se saía até bem. Na França, o português não goza de uma reputação muito boa, mas é considerado honesto e trabalhador. Falava-se que a sua simplicidade e ignorância, associada a este rigor profissional, faria dele um empregado exemplar. Ela sempre falava que ser portuguesa ia ajudá-la a achar um trabalho. Obviamente, para cargos de menor responsabilidade. Esta realidade, Carla a descobriu logo. Entrando na escola, o melhor lugar para a reprodução das desigualdades, o Monsieur Hautier, diretor do estabelecimento e responsável pela segunda série, teve o profissionalismo de lhe lembrar quem ela era. Foi cedo que Carla encontrou uma forma de se demarcar: a filha Gratanos, Émilie Rigneau, apesar de branca de “pura cepa”, ficava claramente no centro das atenções.

– “A puta da sua mãe não lhe explicou?”.

Embora comentários desse tipo fossem frequentes, ninguém se atrevia a tratar desse assunto na frente de Émilie. Acho que todo mundo sentia pena por ela, tanto os adultos quanto as crianças, mas eles tinham também receio. A menina sabia se defender e o seu pai, sempre na vigia, inspirava medo. O único que podia era o Monsieur Hautier, era o *Maître*. Não era um professor, esta figura apareceu só a partir do colégio. No ensino primário, eram mestres que cuidavam das crianças. São eles que cumpriam a missão da escola, que ajudavam a inserir na sociedade os filhos das famílias já mais inseridas e garantiam que os menos inseridos fossem ainda mais excluídos. O sistema de integração da educação pública francesa era baseado no princípio da exclusão. Foi assim que foi pensada a competição entre Carla e Émilie (e Carla ganhava sempre, sem problema), que Monsieur Hautier materializou um jogo sórdido: Sanduíche e Carrossel.

As filhas de Tony, italianas, entraram na roda. Eu mesmo participei mais tarde, mas não era um privilégio para qualquer um. Durante as avaliações em sala, quando tínhamos que ir até o quadro para responder às perguntas, não ganhávamos recompensas como com a Madame Richard, do ano da alfabetização. Com o Monsieur Hautier não precisava ser o melhor, mas precisava evitar ser o pior. Quem errava durante a avaliação ganhava uma certa quantidade de sanduíches ou carrosséis que iam ser distribuídos ao longo da semana. Nesta brincadeira que nos ensinou como deviam ser tratados os mais fracos, Émilie era campeã e Carla se defendia

bem. Elas sabiam mais do que ninguém o procedimento a ser respeitado para receber um sanduíche. Você devia ficar de pé, de costas para a sala, bem reto, braços ao longo do corpo e guardar os olhos abertos, olhando para ele. Se fechasse os olhos, poderia arriscar sofrer mais uma punição, era um ponto importante sobre o qual Monsieur Hautier insistia bastante. Uma vez a criança em posição, ele começava a contar, “1, 2...”

– “Cuidado, estou vendo você fechar os olhos!”.

No três, eram dois tapas com as mãos bem abertas, se fechando simultaneamente no rosto do aluno. Isso era o sanduíche, e sempre achei que a dupla com o carrossel se tratava de uma forma conhecida de punição. Descobri muito mais tarde que era um código de tortura próprio ao Hautier. O Carrossel me deixava muito mais medroso. Nunca gostei de brincar de puxar cabelos. A posição inicial era a mesma que a do sanduíche, só que o carrasco ficava por trás enquanto nós olhávamos os colegas da sala. Quem tinha cabelo longo devia retirar as xuxas e presilhas enquanto ele fazia idas e voltas explicando as diferenças entre o carrossel e o sanduíche (o primeiro servia para reorganizar a cabeça e o segundo para dar uma acordada). Em cima deste palco de madeira, um estrado que materializava a superioridade do Mestre, esperávamos o castigo ao som dos passos de Monsieur Hautier, que ressoava nas nossas costas como uma batida de tambor. A *mise en scène* era feita para nos aterrorizar. No entanto, quando o som dos passos parava e que sentíamos ele bem atrás, de olho aberto, com todos os colegas nos observando, o medo deixava lugar à humilhação. É de vergonha que ele nos matava, não de golpes. Mesmo se este sentimento durava pouco, que logo depois chorávamos de dor, o momento mais forte era este curto instante de silêncio e de incerteza. Ele parecia durar muito e somente parava quando, com muita calma, ele perguntava se estávamos prontos. Apanhava os nossos cabelos com a sua mão direita e fazia grandes círculos que nos arrastavam os pés do chão. Nem dava para acompanhar a contagem das voltas de carrossel cobertos pelos gritos das crianças. Na verdade, isso importava pouco. Quando Émilie era chamada, todos já sabiam que ela passaria pelo Carrossel. Ela atravessava a sala chorando e continuava chorando com o giz na mão incapaz de resolver a menor multiplicação. Não havia muito suspense, quantas voltas ela ia ganhar nos interessava pouco, quem anotava os pontos era Monsieur Hautier. Poucos na sala torciam para ela achar a solução, mas ninguém gostava de vê-la apanhar. Lembro de uma tristeza profunda, de medo, de desgosto, de pena, mas não de entusiasmo. Ninguém queria assistir aquilo.

Havia alunos diferenciados e não todos os professores eram iguais. No ano de alfabetização com Madame Richard, estamos falando de crianças de seis a sete anos, a tortura não era ritualizada. Esta professora era muito mais espontânea, ela carregava você pela orelha

até o canto da sala, quando não sabia responder a uma pergunta ou quando perturbava a sala, mas o fazia com energia. Nos sacudia, gritava, mas não nos maltratava de forma metódica. Não era premeditado. Ela dava brindes. Um dia, Maëlle Arbout, a melhor aluna, aquela que tinha mais brindes do que qualquer um, teve a mesa dela virada e uma página do seu caderno rasgada. Foi mais um excesso colérico, mas que custou caro. Lembramos da cena como se fosse ontem, Madame Richard furiosa e Maëlle chorando. Não é por maldade, mas neste dia, todos estávamos felizes em ver que não havia favoritismo entre os alunos. Até Maëlle recebia. As injustiças têm isso de terrível, quando caem sobre quem nunca sofre, elas deixam nos outros até um sentimento de satisfação. Mas durou pouco. No dia seguinte, os pais de Maëlle conversaram com Madame Richard. Era raro ver pais virem conversar com os professores antes das aulas começarem, havia momentos no final do dia para isso. Pelo visto, a excepcionalidade do caso foi notada, nunca mais a menina foi incomodada e nunca participou das brincadeiras cruéis de Monsieur Hautier. O pai dela era o *patissier* da avenida Gambetta, logo atrás. Não um padeiro qualquer, mas um confeitiro, que fazia os doces e bolos de luxo que nem nos aniversários podíamos comprar. Os filhos dos banqueiros do 18 tampouco apanhavam, de forma geral, as crianças brancas, de família favorecida, estavam mais protegidas. Para mim, começou com a morte do meu pai, como um recado das instituições para me lembrar que minha família não se encaixava mais no modelo esperado. Na minha casa faltava o patriarca, o macho alfa, aquele gorila de bola azul. Dizem que a escola ajudou muito a minha mãe nesta época, aceitando que ela nos deixasse com minha irmã na portaria às 7hrs da manhã, antes das aulas começarem, para meu irmão nos pegar às 18h15, antes da escola fechar. Hautier ajudou também à nos declarar como crianças pupilos da nação, grandes palavras que ressoam ainda hoje, mas que na época faziam pouco sentido, se não fosse para permitir que minha mãe recebesse uma pensão do Estado. Em contrapartida, podíamos brincar de carrossel.

Ora, eu não era igual a Carla ou a Émilie. Eu era mais como Virgile, Clément, Nicolas, Olivier, que nunca apanhavam. A única diferença é que eu não tinha mais pai, uma falha grave que colocava em questão, diziam, a solidez da minha estrutura familiar. Esta estrutura parecia ter uma importância capital. Senão, eu era um francês normal, como falavam, um menino branco de classe média. Uma simples leitura da lista de chamada ajudava a entender esta classificação dos alunos: Olivier Cordelier, Virgile Gibert, Clément Chanel, Marion Guillermet, não eram os mesmos franceses do que que Walid Halouani, Georgina Gonsales, Melinda Lombardi, Hamza Belataris ou Moustapha Rezgui. Ninguém podia dizer isso, nos era ensinado que os franceses eram todos iguais, trabalhando juntos para o mesmo projeto comum de construção nacional. Este assimilacionismo era toda a glória da identidade francesa, mesmo se

todos sabiam que havia franceses e franceses. A filha dos Gratanos, Émilie Rigneau, fazia figura de exceção. As crianças brancas com nomes desse tipo eram geralmente as mais preparadas para esse primeiro contato com as instituições estatais, as que menos iam sofrer suas ações coercitivas. Somente o nome traduzia a boa inserção desta família na sociedade francesa. É difícil dizer quais são os critérios que permitiam considerar que um nome era francês, mas não era totalmente arbitrário. Um nome que terminava com -AR era árabe, com -ARD era francês. Uma sutileza que fazia toda diferença. Se o aluno se chamava Julien Goudeaux, o que se esperava era que o menino fosse branco e batizado católico, que os seus pais fossem heterossexuais casados, que ele morasse em um domicílio próprio num bairro de classe média, que ele frequentasse os museus da cidade, participasse de atividades artísticas e esportivas extraescolares, fosse ao teatro, ao cinema, que seus pais o ajudasse nos deveres escolares. Toda a chamada estrutura que os meninos com nomes considerados estrangeiros não pareciam ter. Os pais de Carla não iam ao museu, ao teatro ou a qualquer casa de show. Nem iam ao restaurante, se não era para o almoço anual da comunidade portuguesa da Guillotière. Eles sabiam mais de Dom João VI do que sobre François Premier, mas isso ajudava pouco. Quando se tratava da história nacional ensinada na escola francesa ou da política do país, Carla saía com desvantagens óbvias que ela reconheceu logo: a escola, dizia ela, não é o meu domínio. Ela nunca teve boas notas e parou quando não foi mais uma obrigação, com 16 anos. Ela nunca falou de política, nunca apoiou ou criticou um candidato à eleição, nunca se pronunciou sobre uma polémica de sociedade, nunca votou. Nunca nem pensou em ser a líder da classe, sempre lhe foi lembrado que ela era muito besta para poder entender qualquer coisa. Ela aceitou a ideia até ficar grávida. Ela não queria que a sua filha pensasse, como todo mundo, que a sua mãe era uma idiota.

A violência do Estado exercita-se com força sobre os mais excluídos, sobre aqueles que não podem reclamar ou que o resto da população não ouve gemer. É claro que não estamos falando unicamente da manifestação física do poder estatal, o carrossel era só uma metáfora lúdica de um professor zeloso para deixar esta autoridade mais concreta para os alunos. A violência a qual assistíamos enquanto crianças se manifestava de uma forma muito mais insidiosa, ela consistia na naturalização da submissão dos mais fracos. Monsieur Hautier torturava as crianças que não iam falar para ninguém ou, se falasse, arriscavam a tomar mais alguns golpes. Quantas vezes escutamos que se ele agia assim era porque devíamos ter aprontado, feito algo errado. Já que o erro vinha da gente, questionar o poder estabelecido era arriscar ser mais reprimido. Havia um nome para este tipo de desvio, chamava-se insolência. Este conceito, indispensável para o bom funcionamento da dominação, permitia traduzir em

palavras uma realidade que conhecíamos bem: o submisso não devia discutir a autoridade a qual estava submetido. Já que se dirigir diretamente para quem domina era uma falta de respeito, já que sempre devíamos pedir autorização para poder falar a um superior, questionar a sua autoridade era inimaginável. Por isso, ninguém questionava nada, a violência foi aceita desde o primeiro dia como algo normal e agiu nas nossas vidas ao longo da escolarização.

– “Pelo menos eles não me davam tapas na cara quando eu não sabia”.

Entramos no ginásio no ano de 1995, com 11 anos. Carla continuou a ser uma aluna ruim, mas a cobrança era mais suave, unicamente verbal. Mesmo se as coisas mudaram pouco, ninguém materializava a violência em brincadeiras sádicas. Ela caiu na sala de Maëlle Arbout. Não que Maëlle fosse má pessoa, até eram amigas, mas a simples presença desta menina na sala era uma forma de manter a hierarquia estabelecida na escola primária. Os menos oprimidos participam sempre dos processos de exclusão dos mais oprimidos, alguns falam que é uma forma de defesa. Madame Katropevic, professora de matemática, perguntava com frequência para a sala se as duas alunas vinham da mesma escola Guillotière, por que uma não sabia fazer a divisão e a outra sabia muito bem. Uma boa parte da turma já tinha uma ideia da resposta que esperava Katropevic, mas a própria Carla, talvez de tão idiota que devia ser, não sabia responder. Ela fala até hoje que não estudou a divisão durante a escola primária. Na verdade, ela não procurava entender por que Maëlle era melhor do que ela, isso talvez era o problema de Madame Katropevic. Carla só pedia que lhe explicasse como se faz aquela merda da divisão e que parasse de humilhá-la na frente dos novos colegas. De qualquer jeito, ninguém a batia mais e mesmo se ela não falava nada a respeito na época, ela evoca hoje esta mudança com um grande alívio na vida dela. Ela continuou a ser a portuguesa idiota, filha de trabalhadores de baixa renda, mas era deixada de lado pela instituição e não colocada no pelourinho.

Se a escolaridade interessou tanto aos sociólogos franceses, é provavelmente porque eles passaram por essa mesma máquina moedora do sistema educativo público. E, olha, falamos de homens brancos e não de uma portuguesa. Pierre Bourdieu era um nome bem francês. Mesmo se todos aprendiam como funcionava a exclusão, Pierre deve ter provavelmente observado mais a sua violência cotidiana do que vivenciado. Carla tampouco experimentou todos os mecanismos perversos deste sistema, ela estava nas classes dos alunos normais. Neste colégio de mais de mil alunos, uma primeira seleção das crianças já havia sido efetuada e ela tinha ficado com a gente. Não havia mais Émilie Rigneau nas nossas classes, nem uma grande parte dos franceses árabes, mas Carla ficou. Na saída da escola primária, os alunos ditos mais problemáticos eram orientados para uma seção profissionalizante, a SES, que se situava no mesmo colégio – provavelmente para assustar os maus alunos das seções ditas normais. Eles,

sim, foram reprimidos com uma força que mal podíamos imaginar. Eles eram “crianças atrasadas”, pelo menos, é assim que eram considerados pela única legislação, de 1909, que enquadrava esta área do nosso colégio. Ainda que as palavras tenham mudado por algumas circulares, que esses alunos passaram a ser considerados como “inaptos” em 1971, “especial” em 1978, nos anos 90 continuávamos a vê-los como atrasados. O atraso não era motor ou psicológico, inclusive, havia poucos casos assim. O atraso em questão era um atraso construído sobre uma mistura confusa entre teorias raciais e teorias evolucionistas. Geralmente, aqueles que eram considerados como menos preparados eram também os que eram considerados como estrangeiros, principalmente os chamados árabes. Ou estes alunos eram vistos como biologicamente inferiores, como se fossem descendentes de uma raça humana antiga, dotada de capacidades intelectuais limitadas, ou eles eram vistos como atrasados no sentido puro do evolucionismo cultural, como sujeito primitivo, perto do estado de natureza, ainda longe de acessar os lugares elevados da civilização francesa.

A nossa suposta superioridade justificava a distância física existente entre nós e os outros, para familiarizar as crianças com essa realidade assimétrica, a projeção no chão de um espaço segregado era indispensável. É espacialmente que apreendíamos essa divisão entre os seres humanos, a separação entre os alunos normais e os atrasados se materializava na própria arquitetura do colégio. Ele era formado por dois prédios de dois andares conectados, cada um representando um universo diferente: a administração, a biblioteca, a recepção, a sala dos professores e do diretor e as nossas salas de aula no Bloco A; no Bloco B, a sala da coordenadora dos alunos (um tipo de xerife baixinho sempre com um apito na boca), duas salas de estudo, a cantina, a SES, os ateliês de trabalhos técnicos e as salas azulejadas de ciências naturais. Acostumamos a fazer esta associação entre o conhecimento técnico, as ciências naturais, o apito do representante direto da autoridade e as crianças imigrantes ditas atrasadas. Em oposição a este domínio mortal, onde a natureza reinava, onde regras estritas (escritas) e imutáveis, primárias, ordenavam os elementos, havia o domínio da liberdade individual, do livre arbítrio, da decisão e da opção, das luzes do iluminismo e do intelectualismo francês: este espaço onde a autonomização afetiva do ser primava, onde o papel social de indivíduo psicológico, ausente no outro prédio, parecia ser a condição essencial que justificava a separação. Obviamente, ninguém formulava as coisas desta forma, ninguém suspeitava que havia um arcabouço teórico tão elaborado para sustentar a inferioridade dos outros alunos. No entanto, percebíamos a situação deles, se não sabíamos nada deste outro lado, deste lado do outro, se ignorávamos o que acontecia neste corredor do primeiro andar do bloco B, reservado a *Section d'Enseignement Spécialisé* (SES), entendíamos muito bem do que se tratava.



A SES nos parecia como os corredores das penitenciárias, principalmente, porque os alunos ficavam sempre na mesma sala e não podiam sair. Isso era uma diferença que nos marcavam. Do nosso lado, as salas eram dos professores e a possibilidade para os alunos de transitar livremente entre as aulas era justamente a nossa conquista sobre a escola primária. Em contraste, os alunos da SES não podiam sair deste corredor e eram bem vigiados, não almoçavam no mesmo horário e acho que não ficavam no pátio com a gente durante o intervalo. Nas nossas brincadeiras cruéis, dizíamos que a SES era uma série de jaulas onde feras recebiam visitas dos adestradores. Chamávamos este lugar mais sombrio, onde a iluminação era diferente, de *Section des Enfants Sauvages* (SES) – (Seção das Crianças Selvagens). Além de revelar o quanto essas crianças nos pareciam cativas, presas e fora do seu lugar natural, sobretudo, esta referência ao imaginário colonial demonstrava o quanto aprendíamos rápido a reforçar a legitimidade da exclusão: os selvagens eram indisciplinados e sem controle, eles eram perigosos. A contenção era aceita como normal e necessária, acreditávamos, de verdade, que crianças da nossa idade podiam representar uma ameaça e aprendíamos a temê-los.

A violência deste imaginário evolucionista nos assustava pouco, não entendíamos nada da perversão dos ideais civilizatórios. O que realmente nos aterrorizava era o corredor da SES e o que podia ali acontecer. Nele, a violência em questão era muito mais palpável, entendida na prática e não através das noções abstratas que justificavam a retenção dessas crianças. Ou seja, a exclusão e os seus mecanismos não foram apreendidos no bloco A, pela leitura de cima e de longe do intelectual civilizado, eles foram apreendidos a partir da nossa relação cotidiana com o bloco B. Projetado na própria arquitetura do colégio, é corporalmente que nos apropriamos do imaginário colonial francês, as nossas perambulações obedeciam a regras de navegação que traduziam uma aprendizagem prática de como lidar com a violência da opressão. Esta violência não se expressava apenas na configuração espacial ou no apito da representante da ordem, víamos esta mesma força contida nas crianças enclausuradas. É disso que tínhamos medo e é através deste confronto explosivo entre a força da autoridade e a raiva do oprimido que circulávamos. Mesmo se ninguém imaginava ser responsável de qualquer coisa, sabíamos que esta violência podia se virar contra nós e este sentimento era alimentado pelas autoridades. Parece que elas queriam ver a gente com medo, que precisavam criar receio para legitimar o seu poder. Elas conseguiram. Lembro que durante um período de obras, devíamos ter 14 anos, quando a conexão do segundo andar entre os blocos A e B foi interdita, o caminho mais curto para ir das salas azulejadas de biologia até as salas de história era descer um andar, atravessar o corredor da SES, passar pela conexão do primeiro andar e subir a escada para chegar ao destino. Porém, não passávamos muito por este caminho ou somente em grupo, aquele que tinha

a ousadia de atravessar sozinho o corredor da SES era considerado corajoso. *Cap ou pas cap?* (capaz ou não?). Nem éramos adolescentes e já reproduzíamos com as nossas brincadeiras amargas a repressão a qual assistíamos: como no Game Show de Hugo destes anos noventa, o jogo consistia em sair correndo pelo corredor, evitando as rasteiras. Caíamos quase sempre. Logo, não passávamos por este caminho, mesmo se isso nos obrigava a fazer uma escolha difícil. Não era a dificuldade de descer mais um andar, atravessar o corredor do térreo até a conexão com o bloco A e subir mais dois andares. Jovens, subir e descer escadas nos assustava pouco. Só que neste caminho, no corredor do térreo, havia a sala da coordenadora dos alunos. Madame Brûlin era bem pequena, mas terrível, seu nome parecia com a palavra queimar (*brûler*), e o seu apito congelava você no mesmo instante de tão estridente que era o som. Ela o usava sempre. Preferir recorrer à mesma autoridade que o reprime para proteger-se de quem ela reprime mais ainda era a cruel escolha que tínhamos que fazer e que fizemos várias vezes, em várias outras ocasiões. Quando estava sozinho, sempre passava em frente da Madame Brûlin, abaixava a cabeça e tentava apressar o passo, era proibido correr. Aprendendo a lidar com a violência dos mecanismos da dominação, a nossa submissão à ideologia dominante e aos seus representantes nos parecia uma forma de autodefesa.

Ora, mesmo se conseguíamos evitar esses colegas no colégio, na rua era diferente. A gente não se via no recreio, como se falava, mas voltávamos caminhando para o mesmo bairro, essas crianças eram em maioria descendentes de populações magrebina. Quando estava com Carla, as coisas ficavam melhor, ninguém mexia muito com ela, os portugueses eram geralmente ignorados ou temidos e as mulheres sofriam outros tipos de violência. Mas quando eu voltava sozinho ou com outras colegas apanhava com frequência. Havia várias estratégias, como fugir, correr mais rápido. Não funcionava sempre e nem havia uma fronteira bem marcada, mas quando o pai Gratanos na sua janela entrava no nosso campo de visão, a corrida acabava. No bairro, ninguém mexia comigo, como se houvesse uma regra tácita que dizia que não podíamos brigar na nossa rua. A presença da polícia também ajudou algumas vezes durante esse período, quando uma viatura ou uma dupla pedestre aparecia, parávamos imediatamente de correr. Todo mundo fingia que nada estava acontecendo e se um dos agentes perguntassem, respondíamos que estávamos brincando voltando para a Guillotière. Os policiais acreditavam sem questionar nada e nunca passou por minha cabeça dizer para eles que estes jovens estavam me perseguindo para me bater. Aceitava os abraços ou as mãos amigas que me ajudavam a me levantar quando estava no chão e ficava junto com os outros colegas para não levantar suspeita. São menos as represálias do que a vergonha que me fazia aceitar esta simulação. Não queria ser um delator, sabia o quanto isso era feio, e temia a polícia, sabia do racismo da instituição. Não

queria nem imaginar o que eles iriam fazer com essas crianças e sinto até hoje nojo com a ideia de poder ter entregado eles. Apesar de tudo, sabia que a presença desses policiais me ajudava para chegar mais rápido a nossa rua. Se não chegasse lá a tempo, havia ainda a saída pelo bairro chinês, fazia uma volta para chegar em casa, mas ficava mais perto do colégio e servia de escape se os jovens viessem pela frente. Era composto de duas ruas principais e quatro travessas, onde só moravam populações asiáticas. Ninguém conhecia muito essas pessoas, elas ficavam sempre juntas e não se misturavam com os franceses brancos ou descendentes árabes e portugueses. Quando entrava na rua deles (e aí sim a demarcação era evidente), as crianças atrás de mim paravam bem na esquina. Dos dois lados da rua havia comércios de produtos asiáticos e os seus donos ficavam parados na porta das lojas. Eles não olhavam para mim, nem para quem me seguia. Sentia uma indiferença total com esta situação que eu levava para eles e nunca teve intervenções da parte deles. No entanto, sem muito explicar, sabia que os árabes não iam muito nas ruas chinesas. Reproduzindo um imaginário racista que não poupa as populações asiáticas, acho que todo mundo desconfiava deles e que esses colegas agitados que queriam me sacudir se borravam de medo de serem levados a um porão dessas lojas e nunca mais aparecerem. É assim que eu pensava quando ia lá me refugiar e até eu tinha medo disso, mas funcionava, os meus colegas ficavam me xingando da esquina e neste dia, eu ganhava a corrida.

– “Vai comer a sua mãe, seu viado! Amanhã você tá fodido!”.

Estamos falando de trombadinha, uma violência física muito leve que não incluía roubo nem armas. O objetivo era bater, assustar, derrubar a mochila no chão, humilhar. Ninguém tinha dinheiro ou algo para roubar, mas tínhamos o nosso orgulho. Eu tentava dar golpes que não tinham muito efeito e mandava também eles se foderem. Demorava pouco tempo e não deixava muitas marcas, o que era bom para nós dois: eles não queriam ter problemas e eu não queria dizer que eu estava apanhando. Por isso, o momento mais desagradável era quando voltava com amigos e amigas. Principalmente amigas. Eles me obrigavam a correr ou apanhar na frente das colegas. Eu não sou muito alto, mas fiquei bem baixo até os meus 16 anos. Sobretudo, andava bastante com meninas. Só de escrever isso hoje, quase me envergonha. Quem andou no colégio com meninas era considerado gay, mais ainda se não tinha o patriarca em casa. A vergonha deveria ser alheia, o peso da nossa sociedade machista deveria ser carregado pelos discriminadores, são eles que deveriam se esconder. Mas não funcionava assim. Questionar a virilidade de um homem era fragilizá-lo na base, atacar a fonte da sua autoridade. É isso que eles faziam comigo. Incomodava-me um pouco, mas não entendia ainda muito do que se tratava. Eu queria ser forte, queria poder me defender e defender a minha mãe, mas não pensava em ser um macho. Talvez me faltasse isso. Eu sabia que a ausência do meu pai estava mudando

muitas coisas, mas demorei para realmente perceber em que consistia essa falta. Ingênuo, era mais a saudade e a tristeza, a incompreensão desta situação trágica que me preocupava. Eu não sabia o quanto ela ia ter repercussões sobre a minha formação como homem nesta sociedade falocrática. Os meninos não podiam chorar, deviam saber brigar, saber não diferenciar amigas de paqueras, impor o respeito. Não aprendi a fazer isso, aliás, aprendi mais tarde. Não me incomodava ser o amigo das meninas, ainda que estivesse de fato interessado por algumas. Não me incomodava de não ser quem batia nos outros, de não ser o forte da turma e de não saber brigar. Mesmo se sabia o quanto isso era mal visto, não me cobrava muito de chorar quando acontecia. Contudo, quando, de madrugada, minha mãe foi espancada no corredor do nosso prédio porque ela tentava impedir um rapaz de roubar as nossas bicicletas, entendi de vez que a presença do meu pai teria mudado muitas coisas. Percebi que a minha mãe não podia me ensinar como ser forte, como defender a minha família, como ser respeitado. Ela era obstinada, corajosa, educava três crianças sozinha, mas ela não fazia o papel de pai e de mãe, como se dizia. Ela era uma mãe batalhadora, mas não um patriarca. Depois desta cena, muitos vizinhos da rua passaram para pedir que não chamasse a polícia, explicando que o rapaz já tinha antecedentes judiciais e que esta queixa podia levá-lo preso. Minha mãe se encontrou provavelmente na mesma situação citada acima, ela não queria assumir a responsabilidade de mandar alguém na mais violenta instituição do Estado francês. A raiva e o medo que eu sentia quando encontrava na rua este jovem de vinte anos, tampouco se traduzia na vontade de chamar as autoridades para fazer justiça, eu queria poder bater nele. Marca da fraqueza da mulher na sociedade machista, é com o sentimento de impotência que estava me confrontando e é essa condição que me fez levar a sério as definições dos papéis de gênero desta sociedade francesa dos anos noventa. Isso começou no colégio e nunca realmente parou.

Neste imaginário coletivo que decifrávamos pouco a pouco, minha aprendizagem passou por uma mudança de amizade e, paradoxalmente, foi graças à ajuda de Carla. Ela era uma *femme pirate* (mulher pirata) essas mulheres que não se encaixavam nos estereótipos femininos. Normalmente, chamávamos de mulheres piratas aquelas que roubavam ou brigavam, inclusive, a maioria era meninas descendentes de árabes. Carla nunca roubou nada ou agrediu alguém, a simples ideia dos seus pais saberem que ela poderia ser desonesta lhe dá até hoje uma vergonha tremenda. Na verdade, escrevendo estas linhas, percebo que talvez uma boa parte das outras meninas ditas piratas agiam como Carla, usavam este estilo mais duro para se proteger e não eram necessariamente ladras. Mas é assim que eram vistas. Não se falava que essas meninas que adotavam traços considerados como masculinos eram lésbicas, elas andavam com meninos e tinham namorados, ninguém duvidava da sua submissão à ideologia dominante

heterossexual. Carla colocava calças largas e tênis usados por meninos, fazia esporte com meninos e sempre repetia que fazia karatê com Ben, o professor do bairro. Mas ela nunca deixou de ser uma mulher para os outros. O que realmente ela fingia era ser uma mulher pirata. Pirata era uma mulher que respondia, que ia além das autorizações, uma insubmissa. Ela dizia que era uma brincadeira, mas era respeitada por isso, ninguém mexia com ela. Uma brincadeira que tinha a sua importância, que a ajudava a se tornar alguém e que provavelmente lhe serviu mais tarde para entregar pizza: ela conseguiu ser a única mulher deste universo machista, uma *motogirl*, que nunca tem a moto roubada, nem a pizza. Foi bem na época do colégio que ela começou a se familiarizar com essa postura mais dura, o seu cotidiano passava pela aprendizagem da humilhação em sala de aula à aprendizagem do respeito na rua. Parecia mesmo duas Carlas, uma tímida, apagada, completamente submetida à autoridade do professor e mal preparada para entender a realidade escolar, e uma outra muito mais ligada, entendendo muito bem a realidade na qual ela se inseria e sempre pronta para se colocar com firmeza. É isso que aprendi com ela, ela me ajudava na rua.

Em contrapartida, era difícil eu conseguir ajuda-la na escola, a classificação dos alunos em sala de aula se fazia por si só. A maioria dos franceses descendentes de árabes e portugueses ficava no meio da tabelada, uma menina ou um menino branco sempre na primeira vaga. Quando Walid Halouani chegava na sexta posição, todo mundo falava que ele era um aluno excelente, ele se aproximava do pódio e isso era visto como uma façanha. Ao longo da escolaridade as crianças como ele e Carla eram orientados para formações técnicas e eu não podia fazer muita coisa por eles. Não sabia, na verdade, o quanto esta fase da nossa vida era decisiva, não sabia que o Estado estava realizando uma triagem nacional das crianças e que a minha amiga saía em desvantagens. Se soubesse, talvez teria mudado poucas coisas, existiam tantos mecanismos para permitir a reprodução das relações assimétricas que esta distinção entre nós ia se tornar evidente de qualquer jeito. Não se tratava de questões raciais, ninguém falava que havia alunos brancos e outros mestiços, não existia esta distinção de cor da pele nas teorias do Estado francês. Ser branco nunca era uma característica mencionada para nos separar e nenhum de nós se autodesignava assim, esta afirmação soava com os discursos racializantes dos partidos da extrema direita francesa com os quais quase nenhum aluno se identificava. Ser membro de um partido xenófobo como o Front Nacional, no bairro da Guillotière, não era um bom sinal de integração. Inclusive, pensávamos que não considerar as diferenças de cores entre os franceses era o máximo da tolerância cultural, uma garantia para que os critérios raciais fossem descartados. Demoramos a entender que, na verdade, essa postura conservadora nos permitia ignorar os problemas ao invés de enfrentá-los. Minha irmã, por exemplo, só se deu

conta recentemente que os alunos ditos árabes e portugueses que ficavam na sua classe desapareceram pouco a pouco ao longo da sua escolaridade. Mesmo se na escola primária havia mais da metade destas crianças do seu lado e que no colégio nem havia um terço, mesmo se no ensino médio sobravam alguns e que no ensino superior somente havia um punhado, ela nunca tinha prestado atenção nessas mudanças. Para ela, as características fisionômicas dos seus colegas importavam pouco. Ainda que fosse difícil acreditar na má fé destes discursos, garanto que quase ninguém percebia o embranquecimento claramente expresso nesta operação seletiva do Estado francês. É mesmo de ingenuidade que estamos falando, de uma negação tão inconscientemente enraizada que falar de hipocrisia não ajuda a entender esta realidade. Para todo mundo, os descendentes de árabes e portugueses não eram afastados porque tinham uma origem diferente da nossa, mas porque não tinham bons resultados ou tinham problemas de disciplina. Esta condição competitiva entre os alunos era a base das nossas divisões, apesar de não ter muita noção sobre a escolha dos critérios da avaliação, confiávamos neste sistema meritocrático apresentado como a única forma legítima para hierarquizar os alunos. Parecia que ninguém tinha que ser branco, só tinha que ser o melhor.

Ora, olhando para os mecanismos que nos diferenciavam, fica evidente que eles não eram tão estranhos à origem étnica dos alunos. Ou seja, se as crianças identificadas como filhos de estrangeiros não tinham bons resultados, a sua origem, mesmo ignorada pela educação pública, impactava diretamente sobre a sua boa inserção neste sistema competitivo. No entanto, é verdade que ser branco não importava tanto, não era uma condição necessária, nem uma garantia para ser o melhor. Precisava ser francês, qualquer fosse a sua cor da pele. A principal característica que nos diferenciava era a origem dos nossos pais e é por isso que o nosso nome era tão importante para esta classificação. Numa sociedade francesa assimilacionista, escutávamos nas crônicas das rádios de direita que escolher um nome estrangeiro para o seu filho não era uma prova de boa vontade e que o verdadeiro francês não devia ter duas pátrias, ele devia escolher. A principal preocupação com os franceses filhos de estrangeiros era essa rivalidade com o outro lado, uma questão de xenofobia e de nacionalismo mais do que uma questão racial. Obviamente, os traços persistentes do passado escravagista se confundiam com essa cobrança de patriotismo, os argumentos biológicos que serviam para definir a pureza do povo francês continuavam insidiosamente no alicerce da construção da identidade nacional. Agora, Carla tinha a pele branca, mas podia ser vista como mestiça por ser filha de imigrantes. Os franceses não eram negros ou mestiços, no máximo, eles eram *bronzé* (“bronzeados”), como se a sua inserção na sociedade francesa o tornasse branco e que a cor da sua pele mais escura fosse devido a uma exposição prolongada ao sol. A ideia era como se os critérios raciais

acompanhassem uma classificação dos franceses já existentes, à medida que as crianças como Carla iam apagar os elementos culturais estrangeiros carregados por suas famílias, elas se tornavam mais brancas e se inseriam mais no sistema meritocrático da educação pública. Em suma, nesta lógica, a competição excluía os franceses misturados, aqueles cuja cultura, e não a raça, era vista como contaminada por um elemento estrangeiro. Nesta transposição dos ideais de pureza racial à escala da construção da identidade francesa, é como se tivesse uma classificação em graus do sentimento de pertencimento nacional. É por isso que os franceses de “*pure souche*” (“pura cepa”) tinham geralmente melhores resultados do que os filhos de imigrantes, era, indiretamente, o nosso fervor patriótico que estava sendo avaliado.

– “Vai se catar, Yann, já sou francesa e portuguesa e você quer ainda que eu seja gaulesa?”.

Apesar de ser um dado dificilmente mensurável, existiam mecanismos efetivos que prejudicavam os alunos ditos estrangeiros. Ninguém estava a bandeira mais do que o outro, nem cantava o hino melhor, essas práticas nunca existiram no ambiente escolar que conhecemos com Carla (eram reservadas à Festa Nacional e aos rituais de fascistas e torcedores de futebol). Porém, no colégio, tínhamos os nossos bastiões identitários, as aulas de francês e de história cuidavam melhor do que qualquer herança militar deste doutrinamento massivo das crianças realizado pelo Estado. De fato, na hora de estudar La Fontaine, Maupassant, Voltaire ou Molière todo mundo sabia que estes autores eram exclusivamente homens brancos, tal como os ancestrais gauleses das aulas de história. Até escrever este capítulo sobre a minha infância com Carla, nunca tinha pensado que, para uma mulher, essas aulas eram uma violência cotidiana que lembravam que ela nunca seria “alguém importante para a nação”. Do meu lado, nem passava por minha cabeça que esses “grandes homens” eram homens, talvez, se alguém falasse na época, eu pudesse perceber ali algumas assimetrias. Tampouco esses personagens da história e da literatura francesa nos eram apresentados como brancos, a branquitude é um conceito que nunca tinha visto antes de chegar ao Brasil – tal como o meu processador de texto que reconhece a palavra negritude, mas que sublinhava a palavra branquitude em vermelho para avisar da sua ignorância. Nessas aulas, não se falava de questões raciais e de gênero, estávamos ainda dependendo dos ideais do século XIX sobre o papel da escola na construção identitária francesa.

Aprendíamos nas aulas de educação cívica (ministradas pelos professores de história) que o modelo de integração francês era baseado no direito do solo e não no direito do sangue, como na Alemanha. No entanto, a prática nos mostrava que a situação era confusa. Junto com a memória da Segunda Guerra Mundial, onipresente no nosso cotidiano, definir quem era alemã a partir de critérios biológicos, do sangue, remetia diretamente ao projeto nazista. No oposto, a gente se definia pelo projeto comum de construir a França de amanhã, pela vontade coletiva de

viver juntos e cuidar deste território, não pela origem de cada um. É bem neste ponto que havia tensões, o território que tínhamos que preservar era fruto de conquistas que as aulas de história nos lembravam. Ninguém nunca ia perguntar isso, mas inconscientemente sabíamos que se os pais de Carla, Karim ou Miloud tinham participado destas conquistas, eles provavelmente não tinham ficado do mesmo lado que a gente. Foi esse “lado da gente” que as aulas de história tentavam construir. Sempre escutávamos falar de um denominado Ernest alguma coisa, que dizia que “o objetivo do ensino da história na escola [deve ser] moral e patriótico. Trata-se da carne da nossa carne, do sangue do nosso sangue. Para dizer tudo, se o aluno não levasse com ele a viva lembrança das nossas glórias nacionais, se ele não soubesse que os seus ancestrais brigaram em mil campos de batalhas por nobres causas, se ele não tivesse aprendido o que custou de sangue e de esforço para fazer a unidade da nossa pátria e visse emergir do caos das nossas velhas instituições as leis sagradas que nos fazem livres, se ele não se tornasse um cidadão compenetrado dos seus deveres e um soldado que ama a sua bandeira, o professor terá perdido o seu tempo”.

Apesar de ter uma relação das mais abertas com Carla, fiquei até um pouco constrangido quando lhe perguntei, há pouco tempo, qual relação ela tinha com Vercingetórix. Achava que por trás da minha pergunta havia como um *testdrive* da identidade francesa: me diga se você se reconhece neste chef gaulês que instiga o imaginário das crianças francesas e te direi se você é daqui. Nunca duvidei que Carla fosse lionesa, mas senti um certo cuidado nas minhas palavras, como se a resposta dela pudesse colocar em cheque a sua identidade francesa. Afinal, você é gaulesa ou não é? Lembrando que eu achava mesmo que essa questão dos gauleses era importante, sinto hoje bastante constrangimento, Carla me fez entender que isso não tinha nada a ver com a sua “francesidade”, nem com a minha. Se lembro com um certo carinho desses ancestrais gauleses, como Vercingétorix, é mais pela coleção de quadrinhos de Asterix que tinha em casa do que pelo esforço da educação pública em construir um ancestral comum do qual todos os franceses fossem descendentes. Carla não tinha estes quadrinhos, ela tinha aqueles do Lucky Luke, um cowboy do velho oeste americano que atirava mais rápido do que a sua sombra e que era amigo do maior matador de índio, o nada famoso Buffalo Bill. Eu compartilhava este imaginário romântico da conquista das Américas, tinha também estes quadrinhos, eles ficavam na biblioteca da sala, ao lado daquelas enciclopédias de vinte e poucos volumes e dos álbuns de Asterix. Familiarizei-me com os gauleses porque apareciam em meu cotidiano com frequência, não porque eu era mais francês do que Carla. São aprendizados destes tipos que ela sempre me passou, ainda que parecesse uma discussão de psicanalista, o processo catártico que fez os velhos demônios desta identidade francesa ressurgirem foi possível somente



porque ela me ajudou a rememorar como as relações de poder tinham se apresentado em nossas vidas.

Faltaria contar ainda muitas coisas para entender o quanto Carla foi importante neste início de percurso que me levou à compreensão do funcionamento das relações assimétricas. Por exemplo, uma descrição dos projetos de revitalização do bairro da Guillotière, que transformaram definitivamente o nosso cotidiano e os lugares onde nos encontrávamos, podia servir para mostrar como aprendemos que as intervenções do Estado ultrapassavam muito o meio escolar e que as nossas ruas e praças também estavam domados. Narrar o fim da nossa adolescência e a forma como Carla passou, segundo ela, “de pirata à piranha”, poderia nos informar sobre o empoderamento da mulher na sociedade atual – “sou eu quem come os caras”. Ainda, falando do seu trabalho comigo entregando pizza, do seu emprego de vendedora numa loja de roupas e das crianças que ela cuidava à noite para financiar a sua saída para os Estados Unidos, poderíamos trazer uma reflexão sobre o peso do chamado sonho americano e da sua força como narrativa dominante do capitalismo contemporâneo – “vou fazer fortuna nos States”.

As chamadas referências bibliográficas habitualmente tão úteis ao pesquisador para apoiar as suas descrições não serviram neste primeiro capítulo. Agora, se sentimos falta delas, foi principalmente porque fomos formados pela academia, esta ausência poderia passar despercebida por um outro leitor. Neste sentido, foi para seguir um certo paralelismo com o caminho desta pesquisa que essas referências foram silenciadas. Produzimos uma narrativa que parece fora da academia, em contraste com o estilo do último capítulo, para dar conta da realidade de onde saímos quando iniciamos esta trajetória até uma antropologia europeísta. Como vimos, falar de Carla e da sua vida foi um pretexto para outra coisa, o primeiro passo desta tese procurou estranhar o familiar: isto é, estranhar a origem francesa e antropológica desta pesquisa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Se não podemos evitar escrever uma única nota para este capítulo, é porque as referências bibliográficas não servem unicamente para apoiar as nossas argumentações, elas servem também para não deixar dúvidas sobre a origem desta argumentação. Apropriamo-nos das leituras que realizamos e fica impossível manter a traçabilidade de todos os nossos argumentos. Agora, quando são as falas dos outros que usamos, temos que o assinalar. Neste sentido, na hora de tratarmos sobre o papel da história na escola e da fala de um certo “Ernest alguma coisa”, estava citando Ernest Lavis (1887).

### **3 VISTO TEMPORÁRIO. Do sincretismo baiano à “baianada”.**

André chegou à cidade de Lyon em janeiro de 2007 para completar a sua formação de engenheiro, ele tinha morado em Compiègne, na periferia de Paris, durante 6 meses, no segundo semestre de 2006. Era um desses brasileiros que realizava o *Grand Tour* para finalizar a sua formação e iniciar a sua carreira profissional. Ninguém ia para a Bolívia ou para o Benin, era para os Estados Unidos e para a Europa que esta classe alta devia mandar os seus filhos. Obviamente, não era um *Grand Tour* como aqueles comercializados por Thomas Cook na Inglaterra da revolução industrial do século XIX, mas os objetivos eram parecidos. Essa viagem tinha uma função de reconhecimento social, permitia descobrir o que já tinha sido visitado por outros membros da elite da sociedade brasileira e, assim, constituir uma cultura comum sobre esses alhures acessíveis por poucos (BERTRAND, 2008). André tinha optado pelo pacote completo, antes de passar na Europa, ele tinha ficado seis meses nos Estados Unidos para praticar inglês. O capital financeiro investido nesses intercâmbios universitários devia lhe trazer o capital cultural indispensável a sua boa inserção nos meios mais favorecidos da sociedade brasileira e no mercado de trabalho mundial (BOURDIEU, 1979). Foi um privilégio caro, mas era um investimento, “a educação cria e mantém a distinção” (GOBLOT, 2010: 7). André não recebeu bolsa de estudo e sua faculdade particular representava uma despesa colossal, os seus estudos superiores e o seu aperfeiçoamento no estrangeiro custaram mais de 250 mil reais para quatro anos de formação, ou seja, o equivalente a mais de 300 salários mínimos, 25 anos de trabalho.

Quando eu o encontrei pela primeira vez, André já sabia o que era morar fora do Brasil. Ele tinha voltado ao país depois da sua viagem à América do Norte e foi durante os preparativos para o ano que ele ia passar na França que ele pediu conselhos para Carla. Era a única francesa que ele conhecia e ela era da cidade de Lyon, podia lhe dar dicas. Mesmo se o encontro dos dois parecesse inesperado, eles tinham se tornado amigos em uma dessas escolas de inglês para estrangeiros, ela tinha 19 anos, ele 20. Por conta da realidade que André conhecia, era difícil imaginar-se sentado no mesmo banco da escola que a filha de uma empregada doméstica. Quanto a se tornar amigo, havia pouca chance. Vinculadas “à história mundial da escravidão, do colonialismo e outras formas de servidão” (OIT, 2012), a “tradição brasileira de ter empregados domésticos” (CALDEIRA, 2000: 269) sustentava uma tal assimetria que ele provavelmente não teria se aproximado de Carla se ela fosse brasileira. Ele era engenheiro, ela trabalhava em um bar. No cotidiano dele, uma distância gigante os separava. No entanto, ainda que essa relação de poder fosse encontrada também nos Estados Unidos, ainda que nas

“chamadas cidade globais [como Washington D.C], *yuppies* e trabalhadores pobres migrantes dependam uns dos outros” (2000: 269), Carla não devia nada para André. Ela não tinha o mesmo nível de estudo, mas o seu marido tinha dinheiro. Isso contava. Para compensar, ela era também da Europa, André era apenas um rapaz latino-americano em uma sociedade onde essa população sofre discriminação. No fim das contas, eles eram dois imigrantes com capital financeiro em um país estrangeiro. Essa proximidade criou uma amizade que me permitiu, um ano depois, conhecer uma classe alta do Brasil com a qual eu talvez eu não viesse a ter contato. As famílias ricas que André me apresentou inspiraram esta pesquisa, é por minha convivência com este grupo favorecido da população brasileira que esta história nasceu.

Ele me ligou na semana que chegou à cidade de Lyon. Carla tinha lhe passado o meu número, ela queria que a gente se encontrasse para que eu praticasse português e apresentasse a cidade para ele. Ela tinha me ligado também. André morava e trabalhava no Part-Dieu, o centro financeiro da cidade, com seus arranha-céus, shoppings e executivos de paletó preto. Para o seu estúdio, que não devia ter mais do que 15m<sup>2</sup>, ele pagava quase 1.500 reais por mês, o que dava a cada metro quadrado a sua importância. Nessa época, financiado pela família, ele não tinha o mesmo poder aquisitivo que hoje. Ele vivia com o que ele considerava o mínimo e necessário. Ele não almoçava na rua, não saía muito, o seu apartamento estava montado de forma simplória e nem tinha serviços de limpeza. Ainda que ouvisse falar muito, no Brasil, que ele ia na Europa para limpar banheiro, talvez ninguém pensasse que ia começar por botar a mão na sua própria privada. Aprendeu a cozinhar, não como um chefe estrelado, mas sabia agora fazer macarrão e arroz e até preparar um molho ou fazer uma omelete. Sabia andar de ônibus, manteve o seu apartamento limpo, descobriu como funcionava uma máquina de lava-roupas. Em suma, a sua formação no estrangeiro lhe trouxe provavelmente competências profissionais que ele não tinha, mas ela lhe permitiu também aprender a se virar sozinho.

Fui somente uma vez visitá-lo em seu estúdio, nos encontrávamos no bar onde eu trabalhava ou em minha casa. Eu morava em um bairro operário onde ele provavelmente nunca teria ido, um pouco afastado do centro, em um apartamento de 45 m<sup>2</sup> com um quintal pequeno. Uma grande parte dos jovens da nossa idade saía de casa cedo e alugava um apartamento, vivia de forma mais precária, mas era ajudada pelos pais e pelo Estado. Isso causava estranheza a André, o Estado brasileiro não proporcionava nada para essa chamada emancipação e os seus amigos de lá esperavam casar ou fazer estudos fora da cidade para se mudar da casa dos seus pais. Por que pagar um outro apartamento, se eu posso ficar no meu quarto? Na verdade, é que, para manter um padrão de vida similar à casa da família, esses jovens brasileiros de classe alta tinham que ganhar muito dinheiro. Carro, seguro, IPVA e IPTU, plano de saúde e taxa de

condomínio, empregada doméstica e almoço fora, para poder arcar com essas despesas sem a ajuda dos pais, tinham que aceitar uma certa precarização ou esperar ainda um pouco. O mais estranho para ele, era ver um casal vivendo no mesmo apartamento sem ser casado: “a galera nem namora direito e já se junta”. Ele achava de mau gosto. Ele dizia que o problema não vinha tanto do fato que “um cara vive com uma mulher sem saber se é a mulher da vida dele”, o que ele não aprovava era “tirar um filho da família por um motivo fútil”. Isso era importante para ele. Sair da casa dos seus pais era um passo decisivo que devia ser justificado. No entanto, ele estava pronto para abrir mão dessa doce “noção de amor como aparece na tradição cultural do ocidente moderno” (VIVEIROS, 1977: 130), ele considerava que, mesmo que não houvesse aquele “horizonte de vida em comum” entre os namorados, na realidade francesa, parecia conveniente eles se juntarem. Segundo ele, o motivo principal daquela união é que ficava mais barato, os dois recebiam uma ajuda financeira do governo por serem inquilinos. Até ele recebeu esse dinheiro e continua falando sempre sobre isso.

– “Era muito legal, eu não sou nem francês, nem porra nenhuma e os caras me ajudavam!”.

Ele tinha percebido um pouco essa realidade no seu período em Compiègne, mas morava com dois brasileiros na residência da faculdade e passou seis meses focado nos estudos, isolado na grande periferia parisiense. Habitar no centro da cidade de Lyon lhe fez entender mais a França e os franceses. De estudante privilegiado, ele passou a estagiário em uma filial da multinacional Schneider Electric, trabalhador precário no centro de uma grande cidade europeia. Para mim, no cotidiano francês, ele não tinha nada de extraordinário, vivia nesses apartamentos minúsculos, tal como outros jovens, se vestia como todo mundo, andava de metrô. Não parecia haver entre nós tantas diferenças de classe, pelo menos, eu não as percebia. Para ele era diferente, ele via claramente que não tínhamos o mesmo padrão de vida, a começar pelo tipo de trabalho que faziam os nossos amigos. Do seu lado havia engenheiros, advogados, dentistas, médicos ou arquitetos, do nosso, havia entregadores de pizza, garçons, vendedores de perfume e desempregados sem formação. No entanto, ele sabia que a sua condição de estrangeiro reequilibrava essa disparidade, ele tinha um sotaque e era *tipe<sup>1</sup>*, tinha aquela pele bronzeada, como se dizia. Para alguém como ele, “nem francês, nem porra nenhuma”, tinha sempre que provar algo mais. Mesmo que ele não se considerasse negro, ele sabia que não era branco como no Brasil. “E só o perceberá quando estiver na Europa; e quando por lá alguém falar de preto, ele saberá que está se referindo tanto a ele quanto ao senegalês” (FANON, 2008: 132). É isso que ele entendeu melhor vivendo na cidade de Lyon, na sociedade francesa, ser mestiço implicava passar por certos constrangimentos. Ainda assim, ele fala que a cor da sua pele não era tão importante, o único problema era não ser confundido com um árabe – esses

estrangeiros eram muito mais discriminados do que os outros. Desta forma, parece que para ser melhor tratado pelos franceses só precisava falar que vinha do Brasil, logo todo mundo se encantava. Diz ele que o seu sotaque o ajudava, que as pessoas, habitualmente fechadas, ficavam felizes de conversar com um “latino”, como ele era chamado. Ainda que esse imaginário fantasista o incomodasse um pouco, ele percebia uma certa curiosidade pela América do Sul, ele sentia que, na França, os brasileiros eram estrangeiros privilegiados.

– “Quem não gosta de alguém que faz festa, joga futebol e é alegre?”.

Quando se tratava do Brasil eram sempre os mesmos estereótipos que apareciam. A imagem do brasileiro era associada ao futebol, à praia e à festa. Ele conhecia muito bem esses discursos e compartilhava o mesmo imaginário. Mais ainda, ele achava que tais ideias o ajudavam. Porém, ele não gostava quando se tratava de outras referências clássicas como a Amazônia, as populações indígenas ou as favelas cariocas. O seu problema não era escutar comentários de um estrangeiro sobre como o seu país deveria administrar os seus recursos, territórios e cidadãos: provavelmente ninguém evocava o desmatamento, a não demarcação de terra ou a exterminação dos jovens negros. Não se tratava de discussões sobre políticas públicas, ele sabia que essas referências eram mobilizadas para falar do conceito de natureza, das populações primitivas e da violência urbana moderna. A Amazônia lembrava o jardim do Éden, a natureza divina e intocada (DIEGUES, 1996); os índios romantizados pelas viagens de Jean de Léry (1578) e pelo mito do bom selvagem de Rousseau representavam a inocência e a simplicidade; a violência das grandes cidades movimentava um conjunto de noções sobre os impulsos animais da selvageria e da barbárie contemporânea. Em resumo, quando alguém lhe falava do seu país, era o peso do imaginário colonial europeu que ele tinha que suportar.

Na França, o brasileiro era um cara camaradeiro, mas ele ganhava essa qualidade por sua posição na História da humanidade, a história com um grande “H”. Nessa fantasia evolucionista enraizada tanto na cultura brasileira, quanto francesa, o Brasil era como recém-saído do estado de natureza animal, como o diria Pierre Clastres “no ponto de partida de uma lógica histórica [...], embriões retardatários das sociedades ulteriores, corpos sociais de decolagem ‘normal’ interrompida por alguma estranha doença” (CLASTRES, 1978: 17). Nesse início do século XXI, o primitivismo não era uma questão resolvida, as teses dos primeiros antropólogos como Morgan (2005), Tylor (2005) ou Frazer (2005) continuavam presentes no imaginário coletivo. Essa tendência, em considerar como atrasadas e simples todas as populações do planeta que não se adequam ao padrão ocidental hegemônico, ainda servia como principal explicação das diferenças culturais existentes entre os povos. André não se interessava muito pelo fato que esses discursos sobre o brasileiro alegre eram produzidos a partir da mesma

base preconceituosa que o colocava em um estágio inferior da evolução humana. Ele gostava de ser um cara legal, mesmo se podia assim sustentar uma justificção colonial para o chamado subdesenvolvimento do Brasil. Acho que ele tinha uma noção clara do universo simbólico que estava manipulando, ele não associava diretamente a alegria brasileira com a simplicidade e a inocência das culturas primitivas, mas ele dizia que os problemas do seu país vinham do desleixo do povo. “O brasileiro é muito mais individualista, ele tá nem aí pra ninguém!”. Relaxado, tranquilo, despreocupado, é porque o brasileiro levava “uma vida de boa” que ele não conseguia levar o seu país para frente. São as mesmas teorias que ele usava para entender a realidade europeia. Ele considerava a França como um lugar mais avançado, um lugar onde as coisas funcionavam, como dizia. Tal um mecanismo de relógio, a descrição que André fazia da sociedade francesa me lembrava a imagem que os lioneses tinham da Suíça, parecia o interior do cantão de Genebra, um lugar onde os trens chegam na hora, onde não há trânsito, onde somente há pessoas honestas, quietas, gentis e organizadas. Um lugar chato. Nesse imaginário compartilhado, a França de André tinha um ar da nossa Suíça.

– “Aqui as coisas funcionam, o problema é que a galera é chata”.

Ele achava os franceses tristes e depressivos. Não dançavam, não faziam barulho, não vestiam roupas coloridas e ficavam do lado direito nas escadas rolantes para facilitar o trânsito. Ninguém podia mudar o que ele chamava de “padrão de sociedade”<sup>2</sup>, as maneiras de viver dos franceses eram delimitadas de antemão e eles não podiam pensar fora da caixa. Em comparação, no Brasil, dizia ele, havia sempre alguém para dar um jeito no seu problema. Ele via uma relação direta entre a infelicidade dos franceses e a organização rígida da sociedade. Na sua perspectiva, é como se o preço do tão famoso desenvolvimento fosse a alegria e a convivialidade<sup>3</sup> dos desenvolvidos (ILLICH, 1973). Por isso, vivendo no que ele chamava de primeiro mundo, os franceses só podiam ser mais frios e fechados do que os brasileiros. Ele tinha comprovado essa teoria na faculdade, durante o seu estágio em Lyon, onde ninguém perguntava nada para ele, nunca havia festa de aniversário ou outros convites, ninguém saía para um bar depois do expediente, ninguém almoçava junto. Cada um levava a sua marmita e comia na sua mesa sozinho. Fora os brasileiros com quem estudava, ele não fez nenhum amigo no ano que passou na França. Aliás, simpatizou com um franco-alemão durante a faculdade, mas, segundo ele, foi principalmente porque esse rapaz tinha morado no exterior e conhecia o Brasil, ele estava, então, mais aberto do que os franceses.

Já eu, não conhecia nenhum brasileiro, mas ouvia falar muito deles. Isso não ajudou para que eu me aproximasse de André. Se não fosse pela nossa amizade com Carla, provavelmente nunca nos encontraríamos. Fora os estereótipos clássicos e os discursos

veiculados pela mídia francesa, havia poucas informações sobre o Brasil<sup>4</sup>. De forma geral, na França, não se falava dos brasileiros. É na faculdade que eu escutava muito falar deles. Um aluno do curso de graduação em antropologia na Universidade Lumière Lyon 2 não podia escapar dos comentários ilustrativos sobre a Bahia e o Brasil: era a terra prometida do nosso departamento, o lugar predileto para a realização do nosso trabalho. Havia sim alguns africanistas e um oceanista que trabalhava no Japão, mas o curso de antropologia em Lyon 2 era ainda de François Laplantine. Grande figura da antropologia francesa, ele era o representante de uma tradição americanista europeia, ou seja, ele estudava a cultura dos povos das Américas. Mais ainda, ele era brasilianista, um especialista nos estudos dos brasileiros. É por isso que todos os alunos de antropologia em Lyon 2 ouviam falar do Brasil.

Ora, apesar de ter acesso aos trabalhos de antropólogos reputados e de assistir às aulas de François Laplantine, eu não tinha a impressão de conhecer melhor este país. Na verdade, me parece, às vezes até hoje, que se tratava de dois lugares diferentes: havia o Brasil dos antropólogos e o Brasil de André. Quer dizer, as discussões das aulas não me ajudavam a entender quem era esse novo amigo e de onde ele vinha. Ouvia falar de povos exóticos, que viviam em alhures muito distante, havia as populações indígenas com quem eu descobria que os conceitos de natureza e de cultura eram relativos e havia as populações negras, principalmente da Bahia, que serviam de modelo de mestiçagem e de sincretismo religioso<sup>5</sup>. Escutei a história de um jaguar que deixava a sua esposa cozinhar em casa enquanto caçava e uma outra sobre um pecari, um tipo de porco-do-mato que fazia cerveja de milho (DESCOLA, 2005); ouvi falar pela primeira vez do candomblé, me explicaram que as entidades desta religião afro-brasileira eram associadas a santos católicos e que, dependendo do local, Ogum podia ser associado a São Jorge ou a Santo Antônio. Como eu não conhecia nenhum dos três (já tinha visto o cavaleiro matando o dragão), aprendia muitas coisas nessas aulas. Contudo, ninguém me apresentava a realidade que André conhecia. Quando eu lhe falava da faculdade, ele me dizia que Santo Antônio era o padroeiro da sua cidade e que o candomblé era mais uma coisa do nordeste brasileiro. Para ele, não fazia sentido de pensar que o jaguar preparava comida e casava, era um bicho que ele chamava por seu nome científico – “aqui, o poderoso jaguar dos tupis era chamado de onça, uma palavra de origem europeia” (MIRANDA, 2004: 33). Apesar dos esforços que eu fazia para aproximá-los, André me parecia tão distante quanto eu das populações que estudávamos em antropologia. Não demorei muito para entender que essa impressão de distância não era nada estranha, os americanistas franceses não tinham o costume de estudar a vida dos executivos brasileiros de classe alta<sup>6</sup>.

Basta conhecer um pouco a história da antropologia europeia para compreender por que os discursos produzidos pelos americanistas sobre o Brasil não falavam de pessoas como André. Historicamente, os primeiros antropólogos franceses na América foram instigados pelos maias do México e pelos incas do Peru, o graal desses estudiosos era desvendar o mistério das origens do povoamento da América (LAURIÈRE, 2009). Donde vinham os americanos? André sabia que o seu avô vinha da Itália, mas isso não ajudava muito. Para esses primeiros pesquisadores, o objetivo da antropologia não era (ainda) entender a história recente das migrações contemporâneas, mas resolver “o problema tão importante da descoberta da América pelos chineses”<sup>7</sup> (CORDIER, 1895: 33). O que interessava eram essas populações da Ásia que passaram pelo estreito de Bering no final da era do gelo, há dez mil anos, e que ficaram bloqueados na América pelo degelo glacial. Além desses estudos arqueológicos do Peru e do México sobre a origem dos nativos americanos, a originalidade “dos ornamentos de plumas que resplandecem em verdadeiros fogos de artifícios [e] dos móveis selvagens de algumas tribos brasileiras das mais curiosas” (HAMY, 1895) maravilhavam, em 1895, os leitores da primeira edição do famoso *Journal de la Société des Américanistes* (JdA). De fato, foi no Brasil que a antropologia americanista francesa “conquistou as suas cartas de nobrezas” (LAURIÈRE, 2009: 13), o país foi o objeto predileto das pesquisas etnográficas realizadas na América ao longo do século XX<sup>8</sup>. Os primeiros brasilianistas, estimulados pelo mistério da evolução humana, esperavam encontrar alguns povos primitivos no Brasil que podiam lhe informar sobre o passado das sociedades europeias.

Como é que sociedades contemporâneas, que continuam a ignorar a eletricidade e a máquina a vapor, não evocariam a fase correspondente do desenvolvimento da civilização ocidental? Como não comparar as tribos indígenas, sem escrita e sem metalurgia, gravando figuras nas paredes rochosas e fabricando utensílios de pedra, com as formas arcaicas desta mesma civilização, cuja semelhança é atestada pelos vestígios encontrados nas grutas de França e de Espanha? (LÉVI-STRAUSS, 1978: 6).

Baseado em uma perspectiva evolucionista, são as culturas das chamadas populações indígenas brasileiras que interessaram, historicamente, os americanistas franceses. André não era esse “índio ainda puro, fiel as suas tradições ancestrais, arquétipo da alteridade exótica do etnólogo” (LAURIÈRE, 2009: 14). Por isso, ninguém falava dele na faculdade. É claro que nesse início dos anos 2000 fazia tempo que a antropologia parecia ter aceitado que o seu objeto de pesquisa não se limitava ao estudo das populações ditas indígenas. No entanto, escutávamos que até a própria classificação dos pesquisadores, as chamadas áreas culturais que dividiam a antropologia, seguia de perto as teorias raciais do século XIX: os africanistas cuidavam da raça negra, os oceanistas e orientalistas da raça amarela, os americanistas da raça vermelha e os



sociólogos da raça branca. Nenhum professor apresentava a disciplina nesses termos, eles sabiam que os *Peaux Rouges* (pele vermelha) eram uma invenção do imaginário francês e que esse povo fictício vivia na América do Norte. A maioria deles, inclusive, trabalhava na América do Sul – no máximo, no México, mas na França, todos os países abaixo dos Estados Unidos faziam parte do sul. Na verdade, na nossa formação em Lyon 2, nem ouvíamos falar tanto das populações indígenas. Dos chamados ameríndios, somente tínhamos informações a partir das nossas leituras. O que realmente interessava aos nossos professores americanistas, na linha de Roger Bastide, era “os problemas negros da América, as sobrevivências, os sincretismos religiosos, os fenômenos de aculturação e as relações de dominação nas sociedades coloniais” (BASTIDE, 1971; Apud LAURIÈRE, 2009).

Para essa linha da antropologia americanista francesa, o nordeste brasileiro era um local de estudo ideal, a cultura afro-brasileira que ali se encontrava era considerada como polo de resistência contra um “movimento de homogeneização sem precedente na História, [contra] o desenvolvimento de uma forma de cultura industrial-urbana e de uma forma de pensamento que é a do racionalismo social” (LAPLANTINE, 2003: 19). A grande novidade destes estudos foi de inscrever a abordagem das sociedades não-ocidentais na mesma história mundial, a antropologia tornou-se consciente da “necessidade de se considerar que a interação entre as sociedades seria processada no interior de um quadro político preciso, cujos parâmetros estão dados pelo Estado-Nação” (ROSA, 2001). Mesmo assim, essa mudança não permitiu à disciplina resolver “suas relações de dependência para com o empreendimento colonialista” (GOLDMAN, 2011: 200), abandonávamos uma visão primitivista para aderir a uma visão modernista que não consistia fundamentalmente em uma ruptura com a lenda evolucionista. Reformulado para um novo quadro contemporâneo, um novo décor moderno, o eurocentrismo histórico da antropologia continuava a sua dominação sobre a disciplina. A ideia era que, na Bahia, havia ainda culturas a serem estudadas pelos antropólogos, povos poupados pela marcha da modernização, capazes de nos informar sobre os processos de aculturação. É isso que interessava a esses pesquisadores, o encontro entre a chamada cultura ocidental e as chamadas culturas nativas, tradicionais ainda existentes. O que inspiravam os estudos desses americanistas não era mais a autenticidade da tradição e “as forças que as pessoas não conhecem e não controlam, evolução, ordem, função, sentido, inconsciente ou o que quer que seja” (GOLDMAN, 2011: 203); frente a um processo homogeneizante, a mistura e a mestiçagem apareciam como proezas antropológicas muito mais instigantes do que a essencialização primitivista dos clássicos. Na época da minha formação, os tristes trópicos tinham sido

revitalizados pelo pós-modernismo, a falta de vida que Lévi-Strauss lamentava tinha deixado lugar à “invenção da cultura” (WAGNER, 2010).

No Brasil, podíamos achar essas pessoas preservadas da lógica hegemônica do *homo oeconomicus*<sup>9</sup>, populações não submetidas ao individualismo racional e calculista europeu, homens e mulheres que conseguiam contornar o capitalismo de Estado e frear esta transformação inelutável de todas as sociedades em uma só e única sociedade complexa. Lá, havia invenções e encontros culturais, criatividade humana. Longe das pálidas cópias do homem moderno blasé, aquele das sociedades ocidentais padronizadas, os brasileiros nos eram apresentados como esses nordestinos místicos, seres múltiplos e híbridos que sabiam gingar com os conceitos racionais ocidentais. Para ser honesto, era mais um americanista em particular que se maravilhava com esses assuntos, mas tínhamos muitas aulas com ele. Se talvez ninguém soubesse que o seu encantamento pela “miscigenação” e pela “magia do sincretismo baiano” inspirava-se no mito da democracia racial brasileira, o que ficava evidente é que todos sentiam vergonha alheia com o romantismo das suas descrições da população brasileira. Não sabíamos como gingar, mas quando ouvíamos falar da capoeira ou do candomblé, da cidade de Salvador ou da brasilidade, entendíamos que a proposta era justamente de não entender do que se tratava. “A criatividade nativa [era] vista como uma espécie de quimera à qual simplesmente não podíamos ter acesso” (GOLDMAN, 2011: 204). Incognoscível para as nossas mentes europeias racionais, a inventividade brasileira continuava um mistério.

Se achava que André ia me ajudar nos meus estudos antropológicos, estava bem enganado. Ele me dizia que não tinha experiência a compartilhar comigo sobre o sincretismo religioso, os processos de aculturação ou a mestiçagem, que ele era um brasileiro branco e católico, bem inserido na realidade capitalista moderna e fiel defensor da racionalidade ocidental. Resumindo, ele não era um nativo *bricoleur*, ele era um engenheiro, como se ambos fossem incompatíveis. André nunca teria aparecido no museu (etnográfico?) *des arts-premiers* inaugurado no ano da sua chegada na França, nem como visitante. Na sua vida de brasileiro de classe alta, os cocares e os atabaques das coleções coloniais parisienses eram também vistos como “artes primeiros”, nada mais do que resquícios do passado. Aliás, ele era talvez menos marcado pelas teorias evolucionistas do que parecia, ele sabia que, no Brasil, as populações indígenas e os descendentes dos africanos escravizados não eram somente peças de museus. A realidade que André conhecia não permitia trazer novos elementos para poder dialogar com os americanistas de Lyon 2, longe das “populações tradicionais”, a aparente distância que o separava dos pesquisadores estrangeiros interessados por seu país escondia uma proximidade evidente entre eles. Se na época não ficava claro, as teses dos americanistas participavam

ativamente da construção do seu imaginário. Ele tinha ouvido na escola que os olhos puxados das populações indígenas se explicavam pelos laços de parentesco existentes entre os asiáticos e os ameríndios, ele sentia a mesma tristeza que o grande americanista quando falávamos das populações indígenas e defendia a harmonia da democracia racial brasileira. Não sabia que os americanistas tinham inventado essa história do estreito de Bering a partir dos estudos sobre a Cultura Clovis – nem que Niède Guidon afirmava que os primeiros *Homo Sapiens* americanos teriam chegado da África cem mil anos atrás, por via marítima<sup>10</sup>. Para ele, Lévi-Strauss era uma marca de calça de cowboy e ele conhecia mais os engenheiros do Sudeste do que os engenhos do Nordeste. Contudo, ele era familiarizado com os discursos que esses antropólogos produziam sobre o seu país, são muitas vezes referências que ele manipulava quando comparava a França com o Brasil. Assim, como a Bahia e a cultura afro-brasileira pareciam tão incognoscíveis e místicas para ele quanto para nós, André parecia definitivamente pouco útil para a minha formação. Sem saber que já era um dos interlocutores privilegiados da minha tese de doutorado, achava que ele dificilmente ia me ajudar. Se eu contava com o seu apoio mesmo assim, e isso desde aquela época, é porque estava preparando um intercâmbio universitário para passar o último ano da minha graduação no Brasil. André não morava na Bahia, mas na capital paulista: por isso, os seus conselhos me pareciam muito mais pertinentes para organizar a minha viagem do que os palpites dos etnólogos de Lyon 2.

Foi ele que me apresentou Rafael Farzoni, ainda na França. André ficou na cidade de Lyon até o início do verão de 2007, e antes de voltar para o Brasil, onde vive até hoje, um amigo de infância viajou com ele pela Europa. Este era o Rafael Farzoni. Encontrei-o em Paris, na véspera do meu voo para São Paulo, fiz questão de conhecê-lo, porque ia ficar no seu apartamento na minha chegada ao Brasil. Este encontro era mais formal, para sermos apresentados, não precisava pegar chave, nem endereço. André tinha organizado tudo, me explicou como chegar ao apartamento de Rafael e tinha avisado sobre a minha chegada. Lá havia um serviço de portaria. O nosso encontro foi mais uma oportunidade, eles transitavam pela cidade e eu esperava resolver a situação do meu visto antes de o meu voo sair. Uma amiga da minha irmã tinha me emprestado o seu apartamento em Paris, ou melhor, o seu quarto de empregada de 8m<sup>2</sup> no último andar de um prédio sem elevador, em um sótão dividido em vários quatinhos similares com um banheiro no corredor. Não dava para reclamar, eu não pagava nada, mas ficar nessas condições unicamente para pegar a fila da embaixada brasileira, por dias consecutivos, foi uma experiência marcante. Escutava todas as manhãs a mesma coisa: “os pedidos de visto podem demorar até um mês para serem tratados”, “o prazo indicado é uma estimativa”, “você acha que os estudantes brasileiros esperam quanto tempo para obter os seus

vistos franceses?”. Tentava explicar que vinha da cidade de Lyon e que o deslocamento em Paris era bastante caro, eles me respondiam que as representações consulares francesas se situavam a mais de 2.000 km de certas localidades brasileiras. Não me sentia à vontade, era como se estivesse pedindo um favor, parecia claramente que eles queriam me mostrar que eu não tinha poder nenhum. Chamava-se “reciprocidade”. Acho que foi realmente a minha primeira relação direta com o Estado brasileiro e daí em diante tive várias ocasiões para entender como funcionavam as relações franco-brasileiras. Já para depositar o pedido de visto, um mês antes, tinha percebido que o clima não era dos mais acolhedores, cada detalhe do meu dossiê tinha sido analisado com bastante minúcia. Até tinham me perguntado se eu havia feito o pagamento da taxa especial para estudante francês. Obviamente eu tinha feito, estava escrito em vermelho no final do formulário de pedido de visto que como francês tinha que pagar uma taxa extra de 150 euros. Não dava para esquecer, tinha uma justificativa, a embaixada brasileira explicava em duas frases que tratar um dossiê de pedido de visto para estudante lhe custava somente 30 euros, mas como as autoridades francesas no Brasil precisavam de 180 euros para efetuar o mesmo trabalho, seguindo o princípio da reciprocidade, eles me pediam a diferença. Ao ler isso pela primeira vez tinha ficado bem surpreso, achava a ideia excelente, das mais sensatas e equilibradas, mas, ao mesmo tempo, ficava indignado, achava injusto pagar pela política exterior do meu país. Não apoiava as guerras pós-coloniais francesas na África, me sentia totalmente impotente com a notícia, neste mês de julho de 2007, do reforço da “Operação Falcão” e do envio do Segundo Regimento Estrangeiro de Paraquedista no Tchade, não podia impedir que esses 1.200 militares cuja divisa era *More majorum* – à maneira dos anciões – continuassem a sua missão colonial nesse curioso país que chamávamos de Françafrique<sup>11</sup>. Sabia que as fontes de urânio desta região do Sahel alimentavam as nossas centrais nucleares, que o petróleo tchadiano era exportado principalmente para a Europa e que essas intervenções armadas na África garantiam o conforto do meu cotidiano francês, mas ninguém nunca tinha me cobrado nada. Achava-me do lado dos oprimidos, em defesa dos povos explorados, não sabia que a dívida histórica do passado colonial francês interessava ao Estado brasileiro. Sem ainda entender do que se tratava, antes mesmo de entrar no país pela primeira vez, dava para perceber que essa viagem ao estrangeiro iria envolver muito mais do que a minha própria história.

– “Tá achando que porque é francês a galera ia te tratar melhor?”.

No encontro com André e Rafael Farzoni eles ironizaram a situação, contei sobre as minhas idas e voltas à embaixada e o risco de perder a passagem de avião, mas eles não ficaram muito enternecidos. Esse Rafael nem falou direito comigo, ele me explicou depois que já havia

acolhido um francês chato na casa dele e que quando me viu reclamar da embaixada brasileira isso não lhe deu muita vontade de conversar. André foi mais disposto, ele me aconselhou a voltar e insistir, me disse que explicando de novo a minha situação alguém podia talvez “dar um jeito”. Não sabia o que era o jeitinho brasileiro, mas achava pouco provável que um tal conceito fosse útil em um quadro de uma relação formal com autoridades consulares. Este conceito parecia demais com as fantasias deslumbrantes que escutávamos na faculdade sobre a “mandinga dos baianos”. Inclusive, não estava pedindo favor nem tratamento especial, só queria que meu dossiê fosse considerado. Estava bastante preocupado, tinha que buscar o meu passaporte naquela manhã do dia seguinte para poder pegar o meu voo à tarde. Hoje, eu diria que eu tive sorte, mas naquele momento, parecia que tudo estava dando errado. Cheguei às oito e meia da manhã na embaixada e já havia uma fila grande, mesmo as portas abrindo somente às 9hrs. O prédio era bem bonito, uma mansão do século XIX, tipo haussmanianno, que o Brasil havia comprado nos anos de 1970 da família Schneider, a mesma que tinha criado a multinacional onde André realizava o seu estágio. Lembro que na entrada havia esses cinzeiros impressionantes (do Arsenal da Marinha de Rio de Janeiro) fixados no chão, havia uma “escada de honra” em pedra e “um belo corrimão de ferro forjado de Luís XVI completado por detalhes em bronze dourado”<sup>12</sup>. Lembro também do busto de Alexandre de Gusmão, em bronze. Não conhecia este diplomata português, nem o Tratado de Madrid que ele tinha negociado em 1750 para delimitar a América do Sul entre os impérios português e espanhol. Mas já conhecia o porteiro da embaixada. Ele era simpático, parecia empolgado com a minha ida ao Brasil. Reconheci também a senhora que me atendeu depois de horas na fila. Foi ela que me disse às onze horas da manhã, com uma certa felicidade, que tinha de cancelar o meu voo pois o meu visto não estaria pronto. Quando falei que eu não podia perder esta passagem e que o passaporte era meu, que queria recuperá-lo, o tom da conversa ficou mais tenso ainda. Se ela fosse buscá-lo, o meu passaporte iria ficar sem o visto de estudante e a minha estada no Brasil não iria poder passar de três meses. Como turista, nem ia poder me inscrever na USP e receber a bolsa que o Estado francês proporcionava para este tipo de intercâmbio. Estava sem escolha, respondi que não precisava do meu passaporte e ela me convidou a me retirar do balcão. Sem saber o que fazer, indignado com o preço que esta formalidade burocrática ia me custar e com o absurdo dessas obrigações impostas pelos Estados-Nações, fiquei no meio da sala de espera da embaixada brasileira com todas minhas bagagens. Fico bem constrangido lembrando desta cena, todo mundo ali tinha entendido a situação, sentia-me observado. Se não fosse aquele rapaz que tinha encontrado à véspera na fila, um brasileiro que entregava os dossiês de pedidos de vistos para uma agência de viagem, acho que teria desistido. “Se preocupa não, ela tem dias

assim. Vê aí com o cara do lado que ele é muito mais gente boa”. Quando lhe disse que não tinha mais senha para ser atendido e que aquela senhora que já tinha sido bem clara estava trabalhando no balcão ao lado, ele me sugeriu fazer como se eu fosse uma outra pessoa e não falar nada sobre o primeiro atendimento. “Só vai lá e fala que veio buscar o seu visto”. Nessa hora, acredito que ele não estava usando os conceitos dos americanistas de Lyon 2 ligados à identidade híbrida dos brasileiros<sup>13</sup>, ele não me aconselhava a entender a minha identidade como múltipla, fora dos padrões individualistas do ocidente. Era questão mesmo de furar a fila e ser atrevido. Uma vez que o padre católico depositou os seus dossiês de visto – provavelmente para continuar o trabalho de evangelização no Brasil –, nem esperei o atendente chamar a próxima pessoa e me apresentei no balcão. Empurrado por aquele rapaz e vermelho de vergonha – achava que a cena constrangedora era assistida pela sala de espera inteira –, disse que vinha buscar o meu visto de estudante. Quando o senhor que me atendeu falou que o meu pedido não tinha completado um mês e que ele não podia me entregar o passaporte, nem tive o tempo de justificar nada, o rapaz que me ajudava posou a sua mão no meu ombro e fiquei quieto. Ainda um desses silêncios que me pareceu interminável, o atendente me olhou, olhou para aquele rapaz, olhou para a sua colega ao lado que acompanhava tudo, me olhou de novo e disse: “olha, normalmente você deveria perder o seu voo e esperar até o fim do mês, não temos obrigação nenhuma de encurtar este prazo”. Ele terminou a sua frase abrindo uma gaveta situada entre os dois colegas, pegou o passaporte que ficava logo em cima da pilha e nem olhou se era o meu. Acredito que ele já sabia. Não falei nada, somente agradeci. Pediram-me para assinar um recibo e me liberaram em tempo para eu pegar o meu voo.

Se ouvia falar na faculdade da “máquina burocrática” (ARENDDT, 2007) e do crescimento de formas complexas de administração estatal (WEBER, 1950), se conhecia os limites do controle do cidadão sobre os processos democráticos<sup>14</sup> e as condições criadas pelo Estado francês para impedir o acesso da população aos seus direitos, tive a oportunidade de entender a pertinência dessas teorias da ciência política no quadro das relações internacionais. Nunca havia tido um contato deste tipo com um estado estrangeiro. Como tinha ouvido falar da *carte de séjour* e do costume das autoridades francesas em dificultar a entrada no território nacional, eu podia imaginar que era melhor tratar com a máquina estatal do seu país do que com uma administração estrangeira. Mas não pensava que o domínio dos estados-nações sobre o direito de ir e vir da população mundial podia fazer tanto sentido, sobretudo, que ele implicava uma tal relação de subordinação. Era a primeira vez que ia me livrar da autoridade do Estado francês e foi para me sujeitar à burocracia do Estado brasileiro. Não esperava que essa relação balbuciante fosse se reforçar com o tempo, nem pensava um instante que a legalidade da minha

presença no Brasil ia ser somente um dos temas das delicadas discussões que eu ia ter com o Estado brasileiro. Na época, o encontro limitou-se ao contato com os agentes consulares e os da polícia federal, foram eles os primeiros intermediários – ou mediadores (LATOURE, 2012) – dessa nova relação assimétrica com a qual estava aprendendo a lidar. Na minha chegada a São Paulo, eles começaram por revistar a minha mala, verificar quanto dinheiro eu tinha e fizeram várias perguntas sobre a minha estada no país.

– “E por que você vai ficar em Higienópolis?”.

Rafael Farzoni morava nesse bairro de classe alta do centro da capital paulista. Como ele não era da cidade de São Paulo, ele alugava um apartamento de dois quartos em um arranha-céu muito estreito durante a sua formação em publicidade. Mesmo formado, André mora até hoje neste apartamento. Ele tinha me falado que para o meu primeiro mês nesta megalópole, que fazia sonhar por seu tamanho, ia ser um refúgio ideal por sua localização central. “O shopping fica muito perto!”. Não sei qual noção de centralidade ele usava, mas sem dúvida estávamos em um bairro rico. Já o nome, Higienópolis, lembrava as teorias higienistas do século XIX e “o desejo utópico de uma cidade limpa e saudável, como ideologia elitista” (SOBRINHO, 2013: 210). Historicamente ligado aos chamados barões do café, Higienópolis era um dos bairros prediletos da elite paulistana<sup>15</sup>, o lugar onde a “alta burguesia com suas preferências culturais voltadas para a Europa” (NACLÉRIO, 1980: 20) tinha se instalado há mais de um século. O próprio Georges Clémenceau, aquele que tinha dado o seu nome ao meu colégio de Lyon, “chegou a afirmar que a cidade de São Paulo era tão curiosamente francesa em alguns de seus aspectos que, no decorrer de toda uma semana, esqueceu-se ele de que se achava no estrangeiro” (1980: 118). Na verdade, minha primeira impressão era diferente, é claro que a arquitetura dos prédios mais antigos me lembrava uma inspiração europeia, mas era a presença dos norte-americanos que havia me marcado logo na chegada. Existia sim o Colégio Nossa Senhora de Sion, construído na Avenida Higienópolis por freiras parisienses em 1901, um estabelecimento famoso que tinha formado figuras da política brasileira como Marta Suplicy e Dilma Rousseff<sup>16</sup>, mas não dava para identificar que ele seguia uma inspiração francesa. Em contrapartida, o Colégio Rio Branco que ficava na frente arvorava o brasão do Rotary International com orgulho. Conhecia pouco essa “associação de líderes de negócios e profissionais que prestam serviço humanitário”<sup>17</sup>, somente sabia que era um *service club* norte-americano. Apesar desta influência, os rotarianos não pareciam muito diferentes daqueles católicos da frente, a maioria era branca e fazia parte da elite da cidade. O futuro prefeito João Dória e o próprio Ayrton Senna tinham sido alunos deste colégio, sabia doravante que o segundo era brasileiro (já estranhava o nome da rodovia que levava ao interior onde André e

Rafael Farzoni tinham nascido). No fim das contas, dava para entender que estava morando em um bairro importante. Pilotos de Fórmula 1 e políticos são geralmente pessoas favorecidas, tal como apresentadores de televisão. Jô Soares morava na esquina da minha rua, via-o com frequência na Globo ou no seu carrão vermelho. Quando Ruth Cardoso morreu e que o acesso a minha casa foi quase interditado por vários jornalistas, soube de vez que estava em um lugar muito diferente de Lyon: era vizinho de um antigo Presidente da República.

Da sua esposa, Ruth, ouvia falar na faculdade que era uma boa antropóloga. Achava curioso que o seu marido, um sociólogo que tinha trabalhado com Roger Bastide, tinha se tornado um político de direita<sup>18</sup>. Virar a casaca não era algo muito estranho, na França, era o caso de uma boa parte dos antigos líderes do movimento de Maio 68, mas eles não eram cientistas sociais. Ainda que, no Brasil, a antropologia seja geralmente ensinada junto com a ciência política, acreditava na época que era difícil encontrar um pesquisador conservador na minha área. Inclusive, era a nossa reputação, chamavam-nos de sociólogo socialista. Como Ruth e o ex-presidente tinham estudado na Universidade de São Paulo (USP), a mesma instituição onde descobria a antropologia brasileira, imaginava que tinham aprendido, como todo mundo, a rezear a hegemonia do capitalismo de Estado; não a tornar-se seu cúmplice. Isso me parecia um contrassenso. Nas aulas sobre o parentesco bororó escutávamos tantas coisas do futuro prometido pela Guerra das Estrelas que nenhum colega se iludia mais com façanhas imperialistas. “A ciência ficção” dizia o professor, “não está em uma galáxia muito distante, onde há espada de laser e deputados corruptos, a verdadeira inventividade social está a sua frente”. Ele batia tanto com o giz no quadro negro onde eram desenhados os triângulos e quadrados das linhagens bororó que não dava para esquecer a lição: a organização política das tribos indígenas era muito mais instigante para os antropólogos do que o cenário *déjà vu* da democracia falida de um império galáctico. Ficava bastante claro, esta Faculdade de Filosofia, Literatura e Ciências Humanas (FFLCH) formava pesquisadores engajados, como Rafael Farzoni já tinha me avisado. “Na USP, tá cheio de comunistas”.

Foi graças a Rafael Santos que tive uma primeira ideia do funcionamento da política brasileira e que entendi a necessidade de repensar os limites do xadrez político que eu conhecia. Se fosse somente com as minhas referências francesas e com os comentários do primeiro Rafael, nunca iria pensar que o meu famoso vizinho fosse de direita. No máximo, o consideraria como um defensor do “*détournement*” das políticas hegemônicas (LEFEBVRE, 1974)<sup>19</sup>, um tipo de burguês boêmio da esquerda champanhe que não lutava por reais mudanças. Se eu achava que Ruth fazia uma referência indireta à social democracia do seu marido quando dizia que “um indisfarçado pragmatismo (muitas vezes confundido com politização) dominou as



ciências sociais contemporâneas” (CARDOSO, 1986: 95), Rafael Santos teve o cuidado de me ensinar que a esquerda e a direita brasileira afrontavam-se em um tabuleiro diferente daquele que eu costumava brincar. Ele parecia bem distante do primeiro Rafael, pelo menos, essa foi a minha primeira impressão, ele era do curso de história. Como as aulas de antropologia eram no mesmo prédio, nos encontrávamos com frequência. André estava certo, apesar do meu português precário, era bem fácil fazer novas amizades. Os meus colegas da USP, aliás, os brasileiros que encontrava em São Paulo eram, em grande parte, bastante acolhedores. Sentia mesmo que a minha presença os deixava curiosos, queriam saber o que estava fazendo no Brasil. É claro que percebia logo os limites deste entusiasmo quando alguém me convidava para a sua casa sem me passar o endereço, mas mesmo assim, o gesto contava. “Não deixe de me ligar”, são palavras que considerava carinhosas, mesmo quando não tinha número de telefone nenhum para ligar. Parecia-me que os brasileiros faziam questão de ser simpáticos, eles tinham um cuidado com desconhecidos que pouco existia em Lyon, seguravam a sua bolsa no ônibus, aconselhavam a ter cuidado com os ladrões, perguntavam se estava tudo bem ou se estava gostando do Brasil. Disso, eles faziam mais questão do que tudo, “se não gosta, pode ir embora, ninguém tá te segurando”. Nunca tive que ouvir isso diretamente, pois retribuía a simpatia e estava gostando mesmo do país, mas dava para ver que era um assunto sério. Tampouco os franceses gostavam de ouvir um estrangeiro dizer que não apreciava a França, mas achava que lá ninguém perguntava. Rafael Santos havia me explicado que essa atitude tinha raízes históricas, segundo ele, o passado colonial e escravagista tinha marcado a identidade nacional a tal ponto que a subalternidade fazia parte doravante da personalidade dos brasileiros. Ele chamava esta herança de “complexo de vira-lata”.

Na primeira vez que ouvi falar disso achei a expressão engraçada, mas fiquei assustado com a comparação. Vira-lata, lembrava esse cachorro de rua que mexe no lixo e brinca com as latas de cerveja e de Coca-Cola. Mas era quase um falso cognato como se dizia, o vira-lata era um cão sem raça, um bastardo como chamávamos na França. Mesmo se não entendia muito de cachorro, me perguntava por que no Brasil um cão de raça que vivia na rua não era chamado também de vira-lata – pela minha formação em antropologia, considerava que a influência do meio ia fazê-lo reproduzir esses costumes. De qualquer forma, não era esta ligação linguística entre os cachorros bastardos e os lixos da rua que me incomodava, o uso de uma metáfora canina para tratar da identidade nacional era bem mais espantoso. Transposto no âmbito da construção identitária, esse caminho levava obviamente às teorias raciais e aos conceitos fraudulentos do darwinismo social. Na minha lógica francesa, vivendo ou não na rua, uma nação era feita por cães de raça, por Pinscher, Boxer e Yorkshire de *pure souche*. Comparar o

cidadão brasileiro a um cachorro somente podia servir para “enaltecer a existência de ‘tipos puros’ e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARTZ, 1993: 58). É isso que aprendi nessas primeiras aulas sobre a história brasileira, Rafael Santos me explicou que o complexo de vira-lata não consistia em um elogio da mestiçagem, que não era uma teoria nativa sobre a democracia racial que poderíamos ter ouvido em Lyon 2. Não havia identificação dos brasileiros ao cachorro bastardo, eles sentiam nenhum orgulho com esta comparação. Pelo contrário, explicar que era por causa de um complexo de inferioridade que o brasileiro queria saber o que eu achava do seu país é de uma tal arrogância que parecia até uma ideia que vinha do estrangeiro.

Diante do mundo arranjado pelo colonialista, o colonizado a todo momento se presume culpado. A culpabilidade do colonizado não é uma culpabilidade assumida, é, antes, uma espécie de maldição, de espada de Dâmocles. Ora, no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. (FANON, 1968: 39).

Demorei para entender que as relações de dominação implicavam necessariamente dois lados e que “o sujeito subalterno é um efeito do discurso dominante, [...] um *subject-effect* (SPIVAK, 2010: 20). Ou seja, existem vira-latas quando há outros pretendendo ser cães de raça, o oprimido fica complexado somente do ponto de vista do opressor – é este que acha que o outro deve ser constrangido na frente da sua grandeza. Não sei explicar por que, mas, na época, não percebia a pretensão evidente de uma tal postura, não via que se achar tão grande assim era um sinal óbvio de arrogância. Talvez, é porque ninguém falasse em complexo de superioridade. Ouvíamos em Lyon 2 que a realidade sul-americana devia ser apreendida a partir da história do colonialismo e da escravidão, acreditávamos que esses séculos de dominação podiam ter marcado a cultura brasileira, mas era difícil pensar que existiam também sequelas do lado dos colonizadores. Acho que, na academia, a explicação era que os europeus não seriam marcados por nada, a não ser pela sua racionalidade fria – indivíduos psicologicamente livre das suas escolhas, liberados das condições tribais que impunham as obrigações sociais, eles se definiam pela “pretensão que tem o indivíduo de manter a autonomia e a singularidade da sua existência contra a preponderância da sociedade, da herança histórica, da cultura” (SIMMEL, 2004: 61). Quando você foi criado na França e aprendeu na escola que a colonização acabou em 1962 com a independência da Argélia, você pode até saber que a cultura do seu país se construiu a partir de um passado sombrio, mas você fica convencido que esses tempos ficaram no passado. Pensar que este episódio do passado poderia ter um impacto sobre a personalidade francesa era como dizer que as peças dos museus de Paris deviam ser devolvidas às nações antigamente colonizadas: não fazia sentido. Podia parecer óbvio para outros, mas ninguém falava que os

nossos avós tinham nascido durante o período colonial, nem que os nossos acervos arqueológicos eram roubados de outros povos. Nas nossas cabeças, não tinha sobrado coisa nenhuma da colonização, não havia legado ou influência do passado, não havia situações ou traumas a serem resolvidos, nada ainda em aberto. *C'est fini* (zé fini). Sabíamos que a França continuava a manter como possível o seu lugar na estrutura de poder imperialista, mas isso era a natureza da competição imposta pela globalização capitalista. Inclusive, era melhor nem evocar muito o assunto, se era para tratar de dívida histórica, os mais conservadores, apressados para botar tudo na ponta do lápis, não faltavam criatividade para argumentar em favor dos bem-feitos da missão civilizadora europeia. Do outro lado, podíamos até aceitar que o pós-colonialismo não era uma invenção da esquerda, mas, mesmo nos meios progressistas, estávamos longe de saber que as relações assimétricas atuais envolviam mais do que uma relação de exploração econômica. Afinal, a negação do complexo de superioridade do colonizador era algo tão sério que se algum louco radical duvidasse do equilíbrio das relações atuais, a violência da resposta devia-se intransigente.

Devemos romper com esse hábito de sempre culpar a França quando há um acontecimento infeliz aqui [...]. Imagine que você é uma mulher jovem que vive em Angulem. Ela nunca foi em Ouagadougou, talvez nem ouviu falar. Ela tem o seu irmão mais novo que luta nas tropas francesas e que pode ter morrido nos últimos meses para salvar você. E você a agradece me falando isso? Você deve somente uma coisa para os soldados franceses: aplaudi-los!<sup>20</sup>

Eu não teria batido palmas naquela época, mas sei que não entendia nada de imperialismo. Foram realmente durante esses primeiros meses de vivência em um país estrangeiro que comecei a perceber o tamanho da minha ignorância sobre as relações de poder no mundo pós-colonial. Não foi uma revelação, tipo algo que se descobre de repente, senti pouco a pouco que o meu eurocentrismo gritante estava sendo questionado. Começou nas rodas de Rafael Santos e da sua turma da USP, nem sei exatamente o que eu falava, mas lembrar hoje dos meus comentários me deixaria provavelmente constrangido. Era como fazer piadas machistas ou racistas sem nem perceber a violência das suas intervenções, eu reforçava preconceitos sobre os brasileiros sem me perguntar a origem do meu discurso. Acho que não tinha um nome para definir este tipo de discriminação, era uma forma de anti-terceiromundismo evidente, uma aversão aos países ditos do Sul, um desprezo do subdesenvolvimento. Quem sabe, a melhor palavra era mesmo o que se chamava de “papo de gringo”, aquela conversa que nunca passava despercebida e que caracterizava a arrogância da postura imperialista. Rafael Santos foi um dos primeiros a me alertar sobre o fato que, além de ser mal-educado dizer que o Brasil era subdesenvolvido ou que lhe faltava organização, era um comentário que se fundamentava nos princípios evolucionistas da narrativa imperialista – “um etnocentrismo para

o qual a falta assinala em todos os níveis as diferentes sociedades” (CLASTRES, 1978: 139). Demorei anos para entender a grosseria do papo de gringo e a arrogância que esta postura implicava, mas não dava mais para ignorar o sistema hierárquico herdado do mundo colonial: consegui perceber aos poucos que, se, nesta lógica, os brasileiros eram do terceiro mundo, eu vinha do primeiro. Até então, para mim, o primeiro mundo não era a sede da dominação imperialista, mas um lugar místico, lugar de vida inicial da humanidade.

Quando você tem acesso a imagens do seu país produzidas por estrangeiros, você pode achar ridículo, gostar dessa versão do outro ou odiá-la, mas você sabe que ela está dizendo algo sobre você – “*it has become clear that every version of another, wherever found, is also the construction of a self*” (CLIFFORD, 1986: 23). A França e os franceses estavam sempre na mira dos meus colegas da USP, Napoleão, Louis XIV, Joana d’Arc ou Carlos Magno, esses historiadores anti-imperialistas conheciam mais do que eu a história do meu país. Isso era justamente o problema, pois eles sabiam que as estruturas de poder atuais tinham raízes históricas e que a batalha para o “controle da historicidade”<sup>21</sup> passava necessariamente por “uma sociologia histórica subversiva, uma história escrita contra a hegemonia da alta burguesia, o poder dos parlamentos e a potência das monarquias” (COMARROF, 2010: 18). Quer dizer, o Manifesto do Partido Comunista falava que “a história de toda sociedade até nossos dias é a história das lutas de classe”, mas aprendi que o pesquisador engajado na sociedade brasileira devia também resistir ao imperialismo europeu, enfrentar essa dominação do primeiro mundo.

“Tem propaganda de patê lá na França?!? Que da hora, nunca vi!”<sup>22</sup>. Foi graças às análises sociológicas e históricas que compartilhavam os meus amigos universitários que me familiarizei com essas discussões políticas que animavam a esquerda brasileira. Foram eles que me apresentaram pela primeira vez o trabalho de Boaventura de Sousa Santos (2009) e a sua ideia de epistemologias do Sul, eles que me levaram a Brasília para marchar contra a corrupção em outubro de 2007, no final do segundo mandato de Lula, eles que me ensinaram que o Brasil era o único país colonizado que tinha se tornado a metrópole de um império. Eram poucas coisas, mas sei que foi assim que consegui entender por que as piadas sobre os portugueses eram iguais àquelas que fazíamos sobre os belgas. Estúpidos, desajeitados, atrasados naquela linha evolucionista, havia, pelo visto, nenhum sentimento de inferioridade dos brasileiros frente ao antigo colonizador português. Afinal, essa turma do Rafael Santos era talvez menos informada sobre as estruturas de poder da sociedade atual do que parece na minha lembrança, mas eram com certeza muito mais conscientes do que eu do peso das questões históricas. Agora, se aprendi um pouco mais sobre o imperialismo contemporâneo com esses amigos, como antropólogo, deveria reconhecer também que o “saber nativo” que André e Rafael Farzoni

compartilharam comigo neste período era tão valioso quanto os dados sociológicos e históricos dos colegas universitários. Para dizer a verdade, a maior diferença entre as conversas no ponto de ônibus da USP, no final da tarde, e aquelas na Dona Deôla, no final do dia, era a do preço que gastávamos no picolé. Dona Deôla não era uma tia da esquina onde tomávamos café de noite, era uma dessas padarias chiques que fazia parte de uma rede de *delicatessen*.

Não dá para ignorar que havia realmente dois Rafaels, dois jovens da sociedade brasileira com dois meios que eu considerava bem distintos. No entanto, apesar das minhas impressões, André insistia dizendo que os dois eram bastante parecidos, que vinham da mesma classe brasileira. “Yann, posso falar? O seu amigo Rafa, ele é muito *trash*, alternativo e tal, mas o cara é um playboy enrustido, né?”<sup>23</sup>. Sabe quando você era criança e que você não acreditava quando os seus pais falavam que o seu amigo fulano era isso ou aquilo? Era um pouco a minha sensação quando voltava para a casa, mas não tinha outras pessoas para quem contar o que tinha aprendido durante o dia. Mais ainda, André e Rafael Farzoni podiam ser conservadores, mas tinham dicas pertinentes para entender a sociedade brasileira. Foi o caso quando me falaram que Rafael Santos não era esse anti-imperialismo todo, que era um drogado, um vagabundo, um filhinho de papai que precisava ter tomado mais surra quando era moleque: eles estavam me passando várias informações sobre o modelo educacional brasileiro. Não aprendi que alguns acreditavam na autoridade e na violência física para criar crianças dóceis e disciplinadas, isso não era uma novidade, a grande descoberta foi entender que os estudantes das universidades públicas brasileiras eram majoritariamente jovens privilegiados que tinham estudado em escolas particulares. Lembro que André e Rafael Farzoni produziram uma verdadeira análise da situação da educação brasileira para me convencer que Rafael Santos era um rico disfarçado. Não sabia que as escolas e colégios públicos eram para as crianças das classes populares e nem imaginava que, ao contrário, as universidades públicas eram muito valorizadas. São eles que me explicaram que a privatização do ensino brasileiro era feita de uma forma tão engenhosa que ela permitia ao Estado manter o controle sobre a formação das elites nacionais sem deixar de vender todas as fases do ensino<sup>24</sup>. Seguindo essa teoria, enquanto os antigos alunos de escola pública tinham que trabalhar durante o dia para pagar os seus estudos noturnos em uma faculdade privada, Rafael Santos, aluno de escola particular, era um menino privilegiado que nem pagava por seus estudos na USP. Mesmo com esses argumentos, o meu amigo continuava, para mim, um estudante, sem muito dinheiro, que dividia um apartamento atrás da cidade universitária da USP, em um bairro bem diferente de Higienópolis. Aliás, era quase uma casa, e não tinha portaria nem empregada doméstica como no apartamento do outro Rafael. Talvez, essa fosse a maior diferença que eu via, ficava aterrorizado pela assimetria que existia nas

relações com os chamados domésticos. Somente o nome me lembrava uma ideia da época escravagista, considerados como domesticados, os domésticos eram realmente tratados como subalternos.

Na arquitetura do prédio onde eu morava, essa hierarquia se materializava de forma assustadora, a própria construção do edifício era pensada para a presença desses domésticos. Eles tinham espaços dedicados. Na verdade, com o dizia Rafael Santos, “o bagulho era muito mais louco”, os espaços em questão não eram especificamente reservados aos empregados, mas diferenciados a partir de uma perspectiva urbanística, pelo uso e pela atividade planejada. No Brasil, era considerado óbvio que se havia dois elevadores em um prédio residencial, duas placas douradas, “Social” e “Serviço”, estariam penduradas em cima de cada elevador para lembrar que existiam diferenças entre ambos. À primeira vista, essa novidade me parecia até interessante, ter um elevador que servia para carregar coisas sujas e volumosas era como o degrau que separava o piso da cozinha e da área de serviço, algo bem prático para a limpeza do dia a dia e que eu nunca tinha visto. Em Lyon, raramente tinha área de serviço nos apartamentos, e se havia dois elevadores em um prédio, somente podia ser para diminuir o tempo de espera dos moradores<sup>25</sup>. Nesse sentido, apesar do nome do bairro, ter um elevador de serviço somente para a sujeira e uma área maior do que a sala reservada à limpeza, me parecia um cuidado excessivo com a higiene. Embora o assunto me inquietasse, ninguém esperava conselhos higiênicos da minha parte e eu nem podia ajudar muito, nunca teria pensado que o entregador de pizza deveria pegar o elevador de serviço para não deixar um cheiro que pudesse impregnar as roupas dos moradores saindo de casa<sup>26</sup>. Agora, entendi rapidamente que, se a sujeira era algo sério neste prédio de Rafael Farzoni, os espaços destinados à faxina não eram planejados para os moradores. A chamada área de serviço era grande assim pois havia um quarto de empregada, o lugar que eu alugava na mão de Rafael Farzoni por R\$ 600,00 era pensado para um trabalhador. Igual ao elevador de serviço, ele não dava diretamente na área de serviço dos apartamentos como em outros prédios do bairro, mas era claramente um espaço para funcionários: “É vedada sob pena de multa, qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência e doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores deste edifício”<sup>27</sup>. Não conhecia muito o Brasil e a sua história, nada ainda dos processos de urbanização nas grandes metrópoles brasileiras, mas saber que existia essa imposição legal do Município de São Paulo, obrigando os condôminos a colocarem essa placa dourada na frente dos elevadores da cidade, foi suficiente para entender toda a perversidade do planejamento da moradia urbana privilegiada. “Os serviços domésticos em condomínios fechados são a versão atual de um antigo padrão, [...] uma

obsessão entre as classes média e alta brasileiras” (CALDEIRA, 2000: 269), é essa realidade que descobri vivendo em um apartamento de Higienópolis.

Se conheci certos aspectos violentos das maneiras de viver das elites brasileiras pela convivência com André e Rafael Farzoni, o Brasil que me apresentaram ia muito além desse bairro de classe alta paulistana. Esses meninos vinham de uma cidade do interior onde íamos nos fins de semana para eles lavarem as suas roupas sujas na casa dos pais. Quer dizer, mandar lavar, porque eles mesmos não lavavam nada. Na casa de Rafael Farzoni era só pedir para a mãe dele que ela fazia tudo – dava para ver que ele e seus irmãos sabiam disso há muito tempo. Tinham 25 anos, com uma máquina de lavar roupa em casa, e faziam mais de cem quilômetros com sacolas de cuecas sujas para entrega-las à mãe deles. Para ser honesto, André era um pouco mais familiarizado com as tarefas domésticas e era um dos poucos que estranhava o marido da sua avó quando ficava sentado no carro buzinando enquanto a sua esposa vinha lhe abrir o portão da casa. Alguns diriam que ele não gostava porque esse senhor não era o seu avô biológico e que o peso da família cristã passava por cima da desigualdade de gênero, mas acho que André sentia-se mesmo incomodado pelo machismo dessa cidade interiorana. Inclusive, durante as nossas recentes discussões sobre a sua juventude, ele me confiou que era o traço mais gritante do conservadorismo dos seus amigos de lá. Isso foi surpreendente, essa sua turma do Churras<sup>28</sup> era mesmo um bastião reacionário, mas a autoridade do patriarcado não me parecia o elemento central para distingui-los dos esquerdo-machos da turma de Rafael Santos<sup>29</sup>. Achava esse grupo muito mais elitista do que outra coisa. Se o irmão de Rafael Farzoni chamava a empregada da casa por um nome errado no intuito de desprezá-la (como faziam os franceses por questões raciais com os nomes árabes, “Mouloud, Mokhtar, Mohamed, tanto faz, são todos iguais”), na época, pensava que ela não podia retribuir a brincadeira e chamá-lo de beltrano ou sicrano somente porque tinha uma condição social inferior a dele. Era uma empregada em frente à autoridade do patrão. Foi quando André começou a me passar mais detalhes sobre a sua infância que ficou evidente que, na verdade, essa mão de obra barata da sociedade capitalista era mais violentada por ser feminina. “kkkkk, o Flávio comia todas!”. Não lembrava exatamente quem era Flávio naquela turma, mas não dava para esquecer que para eles era comum ter relações sexuais com a sua empregada doméstica. Eles não se casavam com elas, como a minha irmã tinha me perguntado. Não que eu saiba. Levantar essa pergunta era para eles igual a perguntar se não casavam com as prostitutas com as quais tinham perdido a sua vergonhosa virgindade ou com aquelas que encontravam nos finais de semana<sup>30</sup>. Eles apenas se casavam com meninas de famílias ricas, prontas para esperar no portão o seu marido voltar para casa. Não tive muito contato com essas esposas, mas acredito que, mesmo que fizessem vista grossa,

elas sabiam que nessa turma do Churras orgulhar-se dos gemidos apaixonados das prostitutas era como se envolver com uma empregada doméstica: algo necessário para reforçar a sua autoridade no grupo. Não foi por compaixão ou solidariedade com essas mulheres que André desabafou sobre o machismo dos seus amigos do interior. Para mim, se ele mesmo não se sentisse cobrado pela sociedade patriarcal, ele aceitaria a violência da dominação masculina com naturalidade. “Você é viado?”. Ele sofria retaliações por não reproduzir todas as práticas machistas que garantiam o seu status de “homem de verdade”, por isso André não podia mais negar a “existência de problemas”<sup>31</sup> (GOLDMAN, 2014). Nas empresas de pequeno porte na qual essa elite interiorana transforma o seu lar, o jardineiro era um subalterno tal como a babá, a cozinheira, a faxineira e a lavadeira, mas ele era raramente assediado. É o que André levava em consideração na hora de definir o conservadorismo dos seus amigos.

Agora, se a força da ideologia da direita vem dessa capacidade de ignorar a existência das relações assimétricas – “Não está acontecendo nada” –, este primeiro mecanismo de defesa contra os movimentos contrários parece muito mais eficaz com as questões raciais do que de gênero. André, provavelmente o menos conservador da turma do churras, é hoje um pouco mais consciente do peso da sociedade patriarcal no seu cotidiano, mas continua muito longe de ter uma ideia da influência dos séculos de dominação escravagista. O assunto mal é evocado no seu dia a dia, quase todas as empregadas domésticas que trabalham nas casas da turma do Churras são negras, mas é como se fosse uma coincidência. Eu mesmo demorei muito tempo para entender que essa informação era fundamental, na época, estranhava que André e seus amigos falassem sempre que os seus bisavôs não eram brasileiros, mas não sabia que era para se diferenciar da população negra antigamente escravizada. Se hoje fica óbvio, é porque tenho um melhor entendimento da história brasileira, ouvi falar da lei de colonização e sei que os ancestrais dos meus amigos vieram para cá para participar do projeto de branqueamento da população brasileira. Sobretudo, aprendi a não separar mais as “comunidades locais de sistemas globais, a descrição densa de culturas particulares da narrativa rala dos eventos mundiais (COMARROF, 2010: 6). Fica doravante evidente que o conservadorismo atual desses jovens está em relação direta com a história desta banal cidade do interior paulista onde cresceram.

Em todas as minhas idas despreziosas para a cidade de Americana não tive nenhuma aula de história ministrada por meus amigos interioranos. Eu perguntava pouco, não tinha noção que nessa vida no campo encontravam-se as bases da sociedade brasileira. Eles não sabiam muitas coisas, ou não tinham interesse em me contar. Nunca me levaram para um museu, uma praça famosa ou um lugar histórico. Me levaram à festa do peão, um tipo de rodeio que me lembrava muito os caubóis modernos do interior dos Estados Unidos (aqueles que andam de



pick-up e de chapéu), mas este evento não tinha nada a ver com os norte-americanos que deram o seu nome à cidade de Americana. Para encontrar essa população que tinha chegado ao Brasil há mais de 150 anos, era somente no cemitério da cidade vizinha, há uns dez quilômetros. André sabia que alguns descendentes estadunidenses tentavam manter viva a memória dos seus ancestrais nesse Cemitério do Campo de Santa Bárbara D'Oeste, ele mesmo já tinha visitado o local com a sua família, mas nunca pensou que podia me interessar. Quando lhe perguntei quem eram esses “dezoito soldados e cinco generais” confederados ali enterrados, ele somente conseguiu lembrar que eram contra a escravidão e que tinham sido perseguidos antes de chegar ao Brasil. A ideia que esses militares da guerra civil norte-americana “eram do lado do bem”<sup>32</sup> fazia tanto sentido para André que a associação que cuidava desta herança cultural, a Fraternidade de Descendência Americana (FDA), mereceria ser parabenizada por este sucesso no controle da historicidade. De fato, até hoje, os descendentes desses “confederados brasileiros contestam a historiografia dominante que descreve o militar como um extremista, defensor da superioridade dos brancos e da escravidão dos negros”<sup>33</sup>. Eles conseguiram convencer André e Jimmy Carter<sup>34</sup>, esse democrata que visitou o Brasil durante a ditadura militar passou para tirar uma fotografia do obelisco presente na entrada do cemitério em homenagem a Jefferson Davis, o presidente desses confederados. No entanto, nos dias atuais, somente eles acreditam que, “ao contrário de algumas versões tendenciosas, os sulistas [estadunidenses] não imigraram numa tentativa frustrada de perpetuar a escravidão”<sup>35</sup>. Mesmo se o opositor do criticado Jefferson Davis era aquele General Sherman que Pierre Clastres cita para caracterizar o etnocídio<sup>36</sup>, se há um “lado do bem” como falou André, todo mundo sabe que não é o dos confederados.

Ora, o importante não é descobrir quem são os malvados da história, mas entender o que eles vieram fazer no Brasil: é nesse sentido que o passado da cidade de Americana nos informa sobre a construção da sociedade brasileira. Os processos migratórios raramente acontecem à toa, o Coronel Norris comprou a fazenda Machadinho em 1866 somente porque havia um quadro legal e político preciso para permitir e incentivar a sua instalação. Sem a intervenção do Estado brasileiro para financiar o transporte desses “imigrantes até os locais onde os núcleos coloniais foram instalados” (CLARK, 1998: 14), eles provavelmente teriam ficado com os *Scalawags* e os *CarpetBaggers* no sul dos Estados Unidos<sup>37</sup>. Como o país passava por um processo de transição entre um modo de produção escravagista e um modo de produção capitalista, o Brasil Imperial da época precisava da imigração desses militares secessionistas para criar uma nova massa de trabalhadores que iria substituir a mão de obra escrava. A única condição a preencher para ser convidado pelo Imperador D. Pedro II era a de ser branco. Neste século XIX, acreditava-se que o “bom desenvolvimento de uma nação seria resultado, quase

imediatamente, de sua conformação racial pura [e que havia uma] impossibilidade do progresso para algumas sociedades compostas por ‘sub-raças mestiças não civilizáveis’” (SCHWARCZ, 1993: 61, 64). Até um dos grandes pensadores dessas teorias raciais, o aristocrata francês Arthur de Gobineau, explicava na Exposição Universal de Viena de 1873 que “as mais felizes mudanças se introduziriam na situação social deste adorável país [se o Brasil] subdividisse mais ainda os elementos daninhos de sua atual constituição étnica” (GOBINEAU, 1873). Ou seja, aqueles que André chama ainda de “primeiros moradores da região” talvez não falassem para os seus descendentes, mas eles chegaram no Brasil para participar do famoso projeto de branqueamento da população brasileira. É isso que temos que lembrar na hora de voltar sobre a história dos confederados de Americana, eles não foram os primeiros moradores da região.

– “ETNIA: Influência americana, portuguesa, alemã, árabe, com predominância italiana” (Site da Prefeitura de Americana).

Ignorar que os ancestrais dos americanenses eram populações negras de origem africana é o primeiro passo para negar a existência do racismo na sociedade atual. Havia trinta mil pessoas vivendo na cidade vizinha de Campinas em 1872, quase a metade era escrava e apenas um terço era branca<sup>38</sup>, mas ninguém da turma do Churras me falava que tinha família da África. As memórias também foram embranquecidas. Tal como a Prefeitura de Americana, André somente lembrava da história dos seus ascendentes brancos, “com predominância italiana”.

Afinal, depois de um ano vivendo na cidade de São Paulo, voltei para a França achando que eu conhecia bem o Brasil e os brasileiros. Ficava feliz de falar uma nova língua e percebia que eu já estava familiarizado com alguns aspectos da realidade paulista, não tinha mais uma “visão de turista”: eu sabia que esta experiência era relativa, não representativa da vida de um país inteiro, mas os brasileiros e as brasileiras me pareciam mais autênticos do que nunca. Na minha volta, para os meus amigos franceses, eu já era um pouco brasileiro, eu podia estranhar o nosso cotidiano lionês com mais facilidade. Inclusive, foi a partir deste momento que as minhas aulas com os americanistas de Lyon 2 começaram a ficar mais interessantes, ainda que não soubesse, tinha uma base empírica para me inspirar para essas discussões. Como vimos, é também uma reflexão sobre a definição do objeto da antropologia francesa que foi elaborada ao longo deste ano, ignorava que André se tornaria um interlocutor da minha tese alguns anos mais tarde, mas a sua vida de paulista de classe alta e o elitismo das suas práticas já me deixava bastante curioso. Foi somente com mais tempo e, sobretudo, com uma formação em antropologia na Bahia, que entendi por que parecia que a engenharia de André e o bricolagem de Lévi-Strauss (1970) não combinavam. É o que veremos no próximo capítulo.

#### **4 VISTO PERMANENTE. Pimenta no cu dos outros é refresco**

Conheci primeiro a Bahia pelo interior, passei pelo cerrado e pelo sertão baiano antes de chegar ao litoral. Foi somente depois de nove meses morando em um povoado rural de mil e poucos habitantes que descobri Salvador, a megalópole soteropolitana. Não foi um passeio turístico, estava indo embora do Brasil com os meus dados de pesquisa, de volta para apresentar em Lyon o resultado do meu primeiro trabalho de campo em antropologia. Passei no máximo uma semana na cidade, conheci quase nada, saí sem saber exatamente a diferença entre o vatapá e o acarajé. Tinha ficado na linha dos antropólogos clássicos, não tinha saído do povoado estudado durante meses, na tentativa de demonstrar ser capaz de ficar imerso no campo durante um longo período. Inicialmente, nem pretendia viajar de novo, foi a decisão de continuar os meus estudos que me levou ao interior da Bahia nesse ano de 2010. Tinha voltado de São Paulo há um ano, validado a minha graduação e, apesar dos avisos repetitivos dos nossos professores sobre um diploma que mal serviria para trabalhar em livraria, tinha entrado no mestrado de antropologia em 2009: isso implicava realizar o tradicional estudo etnográfico no estrangeiro. Sei hoje que raramente os meus colegas baianos são apoiados para fazer pesquisa de campo na zona rural francesa, porém, em Lyon 2, o departamento e os financiamentos bastante encorajadores nos incitavam a sair do país – George Marcus dizia no ano passado que “é um ritual dizer para novos alunos de pós-graduação não trabalhem em sua própria sociedade ou eles nunca conseguirão um emprego” (KUNRATH SILVA, 413: 2017). Os alunos da minha turma foram para o Marrocos, o Camboja, o Mali ou as ilhas do Pacífico, eu tinha escolhido o Brasil. Havia pouca originalidade nessa escolha, como vimos, a Bahia era uma terra predileta para este tipo de estudo, estava no caminho de outros antropólogos estrangeiros, como Daniel. Encontrei-o na minha chegada ao campo, no primeiro dia. Pense a minha surpresa, não esperava fazer grandes descobertas etnográficas, mas querendo ou não, marcado pela literatura da nossa disciplina, depois de uma viagem tão demorada do outro lado do mundo não imaginava chegar ao fim de uma estrada de barro para me deparar com um colega de sala. Se fosse para inovar, desbravar novos horizontes, estava começando errado, Daniel era também estudante em antropologia em Lyon 2 e já estava presente no campo há um mês. Para chegar de Campina Grande, lá na Paraíba, eu tinha passado horas em um ônibus e por uma cidade que, sem ter sinal aparente de realeza, era chamada de Princesa do Sertão, tinha subido na caçamba de um carro velho que era alimentado com um botijão de gás de cozinha e tinha ainda que procurar uma moto para me levar pelas trilhas desconhecidas até a casa onde iria dormir. Estava no mato, já era tarde da noite, era a “aventura antropológica”<sup>39</sup> que começava quando a primeira pessoa a

quem pedi informações estava conversando com Daniel. O problema não era diretamente com ele, era um pouco estranho – “Você viu, Yann!? Está chovendo! Fazia cinco meses que não chovia dia de quarta-feira!” –, mas era até um cara legal. Naquele momento, somente lembrava dos conselhos de Malinowski “assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos” (MALINOWSKI, 1984: 20).

Levei muito a sério essa etapa da nossa formação porque sabia que a chamada etnografia era como um rito de passagem na disciplina, aquela experiência que marcava a nossa profissionalização como antropólogo. Queria que esse primeiro trabalho de campo em antropologia fosse formador, testei técnicas de investigação, aprendi a me posicionar no campo e a questionar a natureza das relações que estava criando com os meus interlocutores. Foi um aprendizado bastante metodológico, rico em reflexões epistemológicas que me preparou para a produção de dados etnográficos e para a construção de um objeto de pesquisa em antropologia. Quer dizer, mais ou menos, aprendi sobre a vida da população do local em questão, mas esse exagero feito sobre a ideia de um “campo clássico” acabou atrapalhando a minha formação. Entendi isso bem mais tarde, no dia da defesa da minha segunda dissertação sobre o mesmo tema, desta vez no Brasil. Em 2013, a professora que reprovou o meu trabalho teve o cuidado de me lembrar que “uma disciplina confinada ao teatro das suas próprias preocupações não tem para onde ir” (INGOLD, 2016: 405). O que é interessante lembrar não é que eu parecia estar perdido nos meandros das discussões pós-modernas sobre a chamada crise da representação, isso somente reforça o que Ingold disse alguns anos mais tarde: esta professora da UFBA estava cansada “de equivocação, de obscurantismo acadêmico, e da presunção que faz do projeto da antropologia o estudo do seu próprio modo de funcionamento” (2016: 405). O que merece a nossa atenção é a sua reação surpreendente, ela já tinha identificado por que eu tinha dedicado, nesta segunda dissertação, mais espaço às questões metodológicas e epistemológicas que envolvem a produção antropológica do que às análises sobre o objeto estudado. Em contracorrente aos fluxos hegemônicos tradicionais que incitam os antropólogos brasileiros a realizar a sua pós-graduação na Europa, estava me familiarizando com uma nova realidade acadêmica, descobrindo novas discussões teóricas e novos campos de estudo, aprendendo a ser um antropólogo na sociedade brasileira: ela tinha entendido que eu estava interessado pela comparação entre duas práticas nacionais da nossa disciplina.

Mesmo se demorei para o perceber, essa experiência acadêmica fracassada foi crucial na mudança da minha formação universitária para o Brasil. Uma banca brasileira validou, em 2014, o teor antropológico da minha pesquisa realizada no interior da Bahia porque eu tinha,

enfim, entendido que essa “obsessão da antropologia com a etnografia” (INGOLD, 2016) dependia da definição que dávamos à etnografia. Não podia perguntar em francês algo que dependia da realidade brasileira, foi isso que soube considerar durante essa fase de transição entre as duas formações. Sem saber que estava aprendendo a lidar com as próprias assimetrias das relações pós-coloniais, percebia que as exigências para a realização de uma boa etnografia não eram exatamente as mesmas nos dois lados do Atlântico.

Na época do meu mestrado francês, acho que não me preocupava com o fato que nessa nova viagem ao Brasil ia encontrar uma realidade bem diferente daquela que tinha conhecido em Higienópolis, três anos mais cedo. Falava português, isso era fundamental para me ajudar no campo, mas não considerava que a minha experiência paulista tinha me ensinado algo que podia ser reutilizado em um estudo no interior da Bahia. Se tinha a sensação de começar a minha pesquisa do zero, não era porque parecia estar em um outro Brasil, rural e nordestino, a realidade brasileira percebida de um ponto de vista estrangeiro é sempre um pouco a mesma. Sabia que estava aprendendo mais coisas sobre os brasileiros, havia para mim uma continuidade óbvia entre as duas viagens, mas achava que isso não tinha nada a ver com a minha pesquisa. Como o meu único interesse era estudar o problema teórico que eu tinha formulado antes da minha chegada, saber que o meu campo se encontrava no Brasil e já ter uma ideia sobre o país ajudava pouco. Talvez fique feio escrever isso, mas pensar que podemos realizar um trabalho de campo sem considerar que a localidade estudada faz parte de um contexto nacional maior é algo que me foi ensinado. Mesmo se estamos falando de práticas que podem lembrar as etnografias clássicas do século passado<sup>40</sup>, seria ingênuo subestimar o peso dessa literatura sobre a nossa formação. Ou seja, achava normal isolar o meu objeto de estudo da realidade nacional onde ele se encontrava porque estava marcado pela ideia de que a antropologia estudava a cultura dos povos considerados como sem história e sem Estado. Dizer que no final dos anos 2000 havia ainda antropólogos que defendiam essa abordagem é, de fato, uma inverdade, tinha aprendido na faculdade de Lyon 2 que a invenção do primitivismo era um argumento colonial para facilitar os primeiros passos de uma antropologia balbuciante e que a única glória desta nova ciência do final do século XIX era de ter inventado um novo objeto de investigação, a cultura. No entanto, esse objeto da disciplina estava tão vinculado àquela fantasia colonial chamada de mentalidade primitiva que, para mim, o estudo da cultura devia ser feito separado do contexto nacional. Sabia que o local onde ia passar quase um ano fazia parte do Brasil, mas achava que se fosse para trabalhar com este quadro político preciso chamado de estado-nação, com a globalização capitalista ou com outros fenômenos da chamada conjuntura internacional ou geopolítica mundial teria entrado em um outro curso, não em antropologia. Ainda que, como

vimos, as reflexões sobre a importância da “história dos historiadores” (GOLDMAN, 1999) para entender o contexto sul-americano eram recorrentes em Lyon 2, tinha entendido que elas serviam apenas para delimitar vagamente o que chamávamos de contexto das investigações. Não era algo a ser analisado, eram palavras introdutórias. Para ter uma noção, na dissertação que defendi na França, em 2011, em um total de mais de cem páginas havia apenas umas dez linhas dedicadas a este chamado contexto histórico. Acho que ninguém pensava que com essas poucas palavras íamos dar conta da realidade na qual ia se desenrolar a pesquisa, mas enfeitava bem.

Au début du 15<sup>ème</sup> siècle, la région fût habitée par les maracás qui occupaient la vallée du Paraguaçu et la chaîne de la Sincorá où se situe le local de pesquisa. Originaire de la tribu des tapuias qui occupaient le littoral nord, ils ont fui face aux tupis, eux même en exil suite à la colonisation portugaise du sud de la Bahia. La deuxième vague de populations, est arrivée avec la découverte de gisement d'or et de diamant au 17<sup>ème</sup> siècle, influence encore de la couronne portugaise. Par la suite, les plantations de café ont été, avec le garimpo les principales activités économiques de la région. Les années 30 sont marquées par une forte sécheresse du sertão, qui conduit un grand nombre de familles à venir vivre dans la vallée. Le 17 septembre 1985 fut créé par décret fédéral le parc de la Chapada Diamantina, mettant fin à l'exploitation agricole intensive de café et à l'exploitation de minerais. (PELLISSIER 2011).

Ignorar a abordagem histórica não me parecia tão errado, não estava realizando o meu trabalho de campo com uma população tradicional como se chamava, nem com uma aldeia indígena ou um quilombo. No interior da Bahia, estava trabalhando com franceses, esses cidadãos que eu achava liberados das condições históricas. É por isso que, de um certo lado, a compreensão do passado do local onde ia realizar as minhas investigações me parecia de pouca importância. A população que me interessava durante essa pesquisa de mestrado era uma população turística, moderna por excelência, que me dava a impressão de estar fora da Bahia:

Se cada sociedade tem o turista que ela merece (URBAIN, 2002), o nosso viajante contemporâneo parece até caricatural. “Vistos como pessoas fúteis, que esbanjam dinheiro em supérfluos, que se comportam mal, que se acreditam no direito de invadir e que entendem que, desde que estão pagando, têm todos os direitos e nenhum dever” (BARRETTO, 2003: 24). Superficial e vaidoso, intrusivo, aceitando o jogo do simulacro – o espetáculo (DEBORD, 1967) – com uma ingenuidade suspeita ou inquietante, o turista se guarda com receio do imprevisto e da espontaneidade, do risco, ou os usa como doses medicamentadas prescritas pela agência de viagem – “Quando o imprevisto faz irrupção nas prestações turísticas, ele toma muitas vezes a figura do acidente, interpretado como uma falha de serviço” (CHRISTIN, 2008: 62). Sempre armado da sua máquina fotográfica, ele registra os desastres da turistificação do planeta. Ele é um espectador, de Bali ao Rio, da Capadócia à Chapada Diamantina, assiste ao processo de uniformização dos modos de viver e à destruição da diversidade cultural e ecológica engendrada por sua presença e por seu ritmo de vida urbano. Filho da cidade e do utilitarismo, fiel ao cálculo, ele é um consumidor racional que procura a maximização da rentabilidade do seu tempo de férias: o nosso turista moderno é, no final das

contas, um “idiota da viagem”, mais do que nunca moderno (URBAIN, 2002). (PELLISSIER, 2014: 28).

Entender que os objetos estudados nos campos dos antropólogos devem ser apreendidos a partir dos contextos históricos nacionais onde são inseridos foi a principal aprendizagem da minha formação brasileira. No mestrado que defendi em 2014 realizei este chamado exercício de contextualização de forma muito mais aprofundada, o meu estudo dos burgueses boêmios do interior da Bahia implicou a descrição de uma realidade maior na qual os personagens da minha pesquisa se inseriram. A neo-ruralidade brasileira (PELLISSIER, 2014) apareceu como pano de fundo das minhas investigações e as questões do meu trabalho começaram a dialogar mais com a realidade nacional. Continuava interessado pelos comportamentos e discursos dos moradores do Vale do Capão e com as suas tentativas de fugas da sociedade urbana, capitalista, industrial, mercantil, mas tinha entendido que essa sociedade era também brasileira. Na verdade, é principalmente a minha formação que tinha se tornado brasileira, como pesquisador nacional, não podia mais ignorar estar trabalhando no Brasil. Foi neste momento que comecei a perceber melhor que havia algo diferente na prática antropológica brasileira e que o Brasil começou a aparecer. Isto me deixou bastante interessado e me deu vontade de afinar essas reflexões em uma pesquisa de doutorado. Na hora de preparar o meu projeto para a seleção da UFBA, pensei em estudar essas diferenças entre a formação francesa e a brasileira, tentar entender em qual medida elas nos falavam de ambas as sociedades e do papel da universidade pública nos dois países. Estava ainda muito longe de ter uma ideia sobre o europeísmo ou algo deste tipo, somente ficava curioso com as contradições existentes entre linhas antropológicas diferentes, queria saber como cada uma conseguia definir os desafios contemporâneos da disciplina e quais propostas oferecia.

Neste sentido, entendo hoje que o projeto de pesquisa que entreguei em 2014 para entrar no doutorado em antropologia da UFBA continuava com este mesmo objetivo, confrontar duas práticas antropológicas diferentes. Apesar de ser estritamente inserido nos chamados estudos urbanos, a argumentação teórica do meu projeto era baseada na oposição entre duas linhas da antropologia contemporânea: a antropologia da cidade e a antropologia urbana. Passei três anos separando essas duas formas de abordar os objetos da antropologia esperando um dia reuni-las. Em termos mais concretos, analisei durante quase três anos os dados disponíveis sobre a construção de um novo bairro de condomínio fechado de alto padrão da cidade de Salvador para realizar uma pesquisa sobre as formas de habitar das elites soteropolitanas. Separei, de antemão, o habitat e o habitar, o estudo do local de moradia e a própria moradia. Como achava que as observações das formas de habitar vinham depois de ter delimitado o quadro onde

acontecia este movimento, cuidei primeiramente de definir este quadro. Foi somente depois de ter qualificado este trabalho que um novo orientador me fez perceber que tinha realizado o último passo de um trabalho de campo de mais de dez anos. Este estudo que tinha chamado de contextualização era, na verdade, uma descrição etnográfica sobre os mecanismos que permitem a reprodução no chão das relações assimétricas das sociedades urbanas: uma forma de desigualdade a ser analisada por nossa disciplina.

Até pouco tempo atrás, o presente trabalho de pesquisa não falava de Carla, de André ou de linhas antropológicas diferentes, ele tratava quase exclusivamente da história da exploração colonial, da escravidão, da concentração do poder e da desigualdade no acesso aos espaços e recursos disponíveis no Brasil e na Bahia. Fiquei tão marcado pela ideia que os locais onde realizávamos as nossas investigações eram produto de uma trajetória histórica determinante para entender a cultura das populações estudadas que durante a maior parte do meu curso de doutorado estudei as intervenções do Estado e do Capital nos chamados processos de exclusão, de periferização, de industrialização e de urbanização, na consolidação da segregação racial, social e espacial dos lugares onde vivemos. Foram quase três anos procurando informações em outras áreas de conhecimento para poder realizar uma boa contextualização do local onde eu pensava realizar o meu trabalho de campo. Imaginava que ia ter um segundo momento na minha pesquisa e que esses dados bibliográficos, históricos, sociológicos ou urbanísticos iam servir somente para preparar o quadro das minhas investigações: “em contraste com estas abordagens, que classifico como um olhar de fora e de longe, apresento outra de cunho etnográfico, a que denomino de olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002).

Na época, nem o percebia, mas pensar que a antropologia se limitava a esse olhar de perto e de dentro era reproduzir a mesma confusão que me fazia isolar o meu objeto durante o mestrado francês. Se era para delimitar os contornos de um ambiente no qual iam se desenrolar os movimentos dos “atores sociais estudados pela antropologia”, voltar sobre a história da construção de um novo bairro de alto padrão da cidade de Salvador não ia servir para muita coisa: o contexto nacional e histórico que estava descrevendo podia fazer dez ou cem linhas, ele continuava distante, fora e longe da realidade que pretendia estudar. Ou seja, estava separando a observação da participação<sup>41</sup> e não entendia que era a partir desta divisão que considerava que um olhar de perto e de dentro era a mesma coisa que a etnografia, o trabalho de campo ou a observação participante e que tudo isso era oposto a um olhar de longe e de fora. Ainda não entendia que o contexto não é “um espaço euclidiano (geométrico) vazio, indiferente ao que o preenche [nem] um meio espacial inerte, onde pessoas e coisas, atos e situações, não



teriam senão que alojar-se/fixar-se” (LEFEBVRE, 1974: 404), nem é “um palco pré-elaborado sobre o qual as coisas acontecem, mas sim um espaço, ou região, criado e construído pela prática contínua de movimento” (INGOLD, 2005: 85). Em suma, limitava a antropologia a um estudo prático de casos particulares e essa perspectiva me impedia de ver que aceitar este papel era assumir que tínhamos poucas coisas para fazer nas sociedades atuais – se as estruturas determinantes se situassem fora e longe da antropologia o nosso trabalho limitar-se-ia em manter registro. Não o sabia, mas estava no cerne de uma decisão política, procurava manter a pretensão dos clássicos da nossa disciplina – “partir para uma generalização, com esperança de chegar a uma conclusão satisfatória” (LEACH, 1974: 15) – sabendo que as populações da minha pesquisa moravam em megalópoles modernas. Nem imaginava que podíamos, devíamos construir abordagens antropológicas sobre as dinâmicas globalizantes contemporâneas e sobre o Estado, achava que isso era reservado aos urbanistas, sociólogos e historiadores. Estava separando o estudo da cultura e o estudo das nossas sociedades porque não sabia como abordar as relações de poder neste ambiente. De fato, se era para falar das forças do Estado e do Capital que Clastres definiu como marco das sociedades complexas (CLASTRES, 1978), tinha que trabalhar com estudos que eu considerava como de longe e de fora. A antropologia, com os seus estudos de perto e de dentro e a suas “excursões etnográficas” somente servia para descrever uma vida cotidiana de homens e mulheres ordinários (DE CERTEAU, 1980) que pouco nos informava sobre essas estruturas de poder da sociedade atual. Era mesmo uma leitura enganada da virada ontológica que me fazia pensar que a cultura somente existia na prática, é por isso que o seu estudo continuava distante de qualquer contexto nacional e histórico e das assimetrias que lhe são associadas. Demorei para entender que entrevistar uma meia dúzia de pessoas ou passar algumas semanas perambulando naquele novo bairro estudado não ia suprir essa distância que eu tinha criado entre os atores e o contexto, no máximo, podiam dialogar, continuando distante um do outro, mas essa separação fazia parte de uma “certa compreensão da imanência e transcendência que está profundamente ancorada nos protocolos da ciência normal, segundo os quais a existência humana divide-se entre estar *no* mundo e conhecer *o* mundo” (INGOLD, 2016).

Ficou claro que aquilo que eu chamava de contextualização não era um exercício preliminar, e sim o objetivo dos nossos estudos, quando entendi que já estava realizando o meu trabalho de campo há muito tempo. No lugar de delimitar uma cena pré-fabricada onde atores iam atuar *a posteriori*, percebi que era a produção do espaço (LEFEBVRE, 1974) por estes atores que devia nos interessar. Em outras palavras, no caso que nos diz respeito, se contentar em dizer que Salvador é uma cidade marcada por seu passado colonial e escravagista, uma

cidade industrial e capitalista, segregada, não é tão interessante quanto mostrar quais processos e movimentos produziram e produzem estas características do espaço soteropolitano. Isso ficou evidente a partir do momento em que percebi que se os processos históricos que marcaram a realidade brasileira faziam sentido para mim, não era somente graças às minhas leituras teóricas, de fora e de longe: era minha participação diária e minha experiência urbana que me permitia entender um pouco mais a realidade brasileira. Era verdade que a minha observação nunca tinha sido separada da minha participação ativa, mas não tinha dedicado importância a este fato.

Por exemplo, estava reunindo bastante material sobre o entendimento das relações raciais no Brasil pós-colonial, mas, ainda muito longe e fora de uma compreensão desta realidade, não entendia que a minha visão da questão racial era tão marcada por uma abordagem francesa que aquilo que chamava de etnografia não ia mudar muitas coisas na minha postura. Foram anos vivendo em Salvador, sem “perspectiva etnográfica”, que me permitiram entender um pouco melhor o que significava dizer que estávamos em um contexto marcado pelo passado escravagista. As próprias discussões sobre as cotas raciais ou as polêmicas sobre a apropriação cultural com colegas da faculdade ou com amigos brasileiros foram talvez muito mais úteis para me abrir os olhos sobre a contemporaneidade deste assunto do que “os dados históricos de historiadores”<sup>42</sup> (GOLDMAN, 1999). Embora escutasse de grandes pesquisadores que, “afinal, na contabilidade do tempo, a história da escravidão ainda é, entre nós, bem mais longa do que a da liberdade, e sua herança mais pesada” (REIS, 2012: 280), continuava achando que a categoria raça não podia ser uma categoria analítica e que as cotas raciais serviam para validar teorias poligenistas do século XIX. Para mim, a categoria raça podia ser uma categoria êmica, produzida pela população estudada, mas, já que as raças humanas não existem, não era uma categoria que podia ser usada pelo pesquisador para entender a realidade estudada. Para realmente tomar consciência que em uma sociedade marcada pelo racismo a categoria raça era mesmo uma categoria analítica, precisava ressituar o pesquisador no seu lugar, retirar a ciência e as suas categorias deste espaço absoluto no qual estava se refugiando para trazê-los “de volta à vida” (INGOLD, 2012). Esta volta à vida não foi instantânea, como se fosse sob os efeitos de um desfibrilador, ela aconteceu pouco a pouco, sem fazer muita distinção entre os dados históricos que estava reunindo sobre a origem das desigualdades contemporâneas e a minha percepção diária dessas relações assimétricas. Ficava na biblioteca buscando informações sobre o contexto desigual herdado da história colonial e, enquanto aprendia que “apenas 3% dos pretos eram estudantes universitários em 1953” (VASCONCELOS, 1996:12), via claramente que em minha volta a situação não tinha mudado muito. Na verdade, nem ficava na biblioteca,

ficava estudando em casa, mas os meus colegas que não tinham essa possibilidade me lembravam que isso era um privilégio e que a universidade era ainda um lugar para aluno branco de classe alta que não proporcionava a permanência dos que não tinham outras alternativas, a não ser a faculdade. Se era verdade que, em 2009, 82,5% dos 1% dos mais ricos do Brasil eram brancos e 74,2% dos 10% mais pobres eram de cor negra ou parda (IBGE), que, em 2010, a renda da população negra era 40% menor do que dos brancos (IPEA), em 2011, no ano que me instalei de vez na capital baiana, constatei cotidianamente esta disparidade. Quando lia no mapa da violência que 361 homicídios de pessoas brancas foram registrados na Bahia em 2010 e quinze vezes mais de pessoas negras, chegando a 5.069 mortos no mesmo ano (WAISELFISZ, 2012: 13), eu escutava na mesma semana os comentários dos soteropolitanos sobre as chamadas chacinas das autoridades policiais em bairros populares de Salvador. As abordagens de longe e de fora não eram reservadas aos pesquisadores, em qualquer ponto de ônibus ou na fila de uma casa lotérica havia alguém para completar as informações que encontrava em livros e arquivos; tampouco o entendimento de perto e de dentro era reservado a esses encontros casuais, na faculdade aprendia muito sobre o funcionamento prático das relações assimétricas no mundo pós-colonial.

Formar-se em uma universidade considerada pela própria antropologia como da periferia da periferia foi uma experiência bastante rica para perceber a naturalidade da violência das relações de poder em um ambiente acadêmico. Na França, a Bahia era mais famosa por seus nativos do que por seus teóricos, no Brasil também. Ao longo da minha formação, referências à qualidade dos programas de Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília eram frequentes. Até tinha um sistema de notação, nós éramos 4 e não era muito bom. “O problema da antropologia da Bahia é que ela falta paixão”, desde o início do ano, nos era lembrado que na nossa formação iam faltar algumas coisas. “Lá em Harvard, as pessoas chegam na hora”, “Se você estivesse na Sorbonne...”, não demorei muito para sentir a mesma exasperação que os meus colegas que ficavam mais de uma hora nos transportes públicos para poder participar das nossas reuniões. Não tive dificuldade nenhuma de entender que se a gente escutava que “na Bahia, é mesmo tudo manguelado”, era porque a maioria dos nossos professores não eram da Bahia<sup>43</sup>. Os baianos não criticavam muito a nossa formação, no máximo, se eles consideravam que faltava alguma coisa, eram recursos, uma boa biblioteca, salas de estudo, um restaurante universitário, etc., investimentos em infraestruturas. Ora, quando uma pesquisadora europeia que tínhamos convidado falou no meio de uma palestra que ela não sabia se uma tal revista francesa famosa “tinha chegado à Bahia”, todo mundo, da Bahia ou de fora, sentiu que somente aqueles chamados de gringo podiam estar falando algo deste tipo. Podia ser eu alguns anos mais

cedo, mas já estava me tornando um profissional baiano, tinha entendido que se os fluxos hegemônicos impediam a certas revistas brasileiras de chegar a Paris, aqui no Brasil, tínhamos a obrigação de acompanhar as novas publicações mundiais. Havia uma certa unidade frente a esses assuntos, ninguém se deixava enganar pelo imperialismo que continuava reproduzindo de forma primária as assimetrias das relações pós-coloniais – “Não estou dizendo que não chegou no Brasil, sei que no Museu Nacional, lá no Rio de Janeiro, chegou, mas aqui na Bahia eu não sei, acredito que não”.

Foi porque eu participava cotidianamente de situações onde a violência das desigualdades era palpável que as minhas leituras faziam tanto sentido. No caso, a minha percepção da hierarquia atual existente nas relações acadêmicas me ajudava a entender a ampla revisão bibliográfica que estava realizando sobre a história da periferização da cidade de Salvador e do nordeste brasileiro. As citações dos historiadores, urbanistas, geógrafos ou outros pesquisadores eram como falas nativas que me ajudavam compreender melhor o funcionamento da realidade baiana na qual eu me inseria.

Como primeira capital do Brasil, Salvador já estava à “margem da margem” (RISÉRIO, 2004: 205), “sabían todas que por encima estaban Sevilla, Lisboa y Madrid, pero prácticamente nadie pensó que aún por encima de éstas se encontraban Génova o Amsterdam” (RAMA, 1998: 28). A sua periferização frente ao sistema hegemônico colonial se reforçou quando outros recursos mais valiosos para os europeus foram encontrados no centro-sul do Brasil, nas Minas Gerais. Com “o deslocamento do eixo da economia colonial cada vez mais voltado para a mineração” (CARVALHO, PEREIRA, 2014: 22) a cidade de Salvador tornou-se um lugar menos estratégico para o projeto extrativista. Em 1763, “concentrando as exportações da produção mineralógica num único porto, próximo à área produtora” (ANDRADE, BRANDÃO, 2009: 46) a capital do Brasil foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro, situada há mais de dois mil quilômetros ao sul. Os efeitos da perda do estatuto de capital do Brasil-Colônia foram sentidos na economia (escravagista) baiana de forma nuançada, foi somente a partir do século XIX que Salvador sentiu, efetivamente, o que era ser uma cidade provincial no interior do Império: a família real portuguesa chegou ao Brasil e se instalou na nova capital, o Rio de Janeiro. O centro econômico e político do Brasil se instalou nas cidades do sudeste brasileiro, deixando a Bahia e a cidade de Salvador, durante quase dois séculos, na periferia dos processos de modernização em curso no planeta. O famoso Museu Nacional, que serve ainda hoje de referência máxima para a antropologia brasileira, foi criado nessa época, em 1818: desde então a assimetria gritante entre o sudeste e o nordeste brasileiro nunca foi superada.

Salvador distancia-se da imagem da cidade perfeita do mundo pós-industrial, local onde concentrar-se-iam as “sedes de conglomerados multinacionais, polos de instituições financeiras [...] que constituem os nós da ampla rede que também já é conhecida, em um mundo globalizado, como sistema mundial” (MAGNANI, 2002: 13). De fato, apesar de ser a cidade com a terceira maior população do Brasil, Salvador tem um PIB situado na décima posição do ranking nacional, e é 1.624<sup>a</sup> na classificação dos municípios por PIB per capita (IBGE). Os grandes órgãos federais do Nordeste, como a SUDENE ou a Companhia HidroElétrica do São Francisco (CHESF), têm sedes na cidade do Recife<sup>44</sup> – “o Banco do Nordeste (BNB) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) têm sede em Fortaleza” (CARVALHO, PEREIRA, 2014: 32). Salvador não acolhe mais nenhuma sede dos vinte maiores bancos do Brasil e não tem nenhuma empresa na lista das 50 maiores seguradoras nacionais (CARVALHO, PEREIRA, 2014: 32). A Odebrecht, uma das principais construtoras que nasceu em Salvador, já se mudou para São Paulo; a PDG, incorporadora que construiu o novo bairro do Greenville, foi comprada pela multinacional Vinci, cuja filial brasileira tem também sua sede em São Paulo. Ainda, em quantidade de carga transportada, o porto de Salvador estava na décima posição do ranking nacional em 2010, e o aeroporto em 11<sup>a</sup> (2014: 30). Na educação, a própria UFBA, na qual estou cursando este doutorado, é 17<sup>a</sup> “no Ranking das Universidades da Folha de São Paulo” (2014: 33) e a maior editora da Bahia é da universidade, a EDUFBA. Em 2010, o IDHM da capital baiana era de 0,759, o 363<sup>o</sup> município do Brasil e o 593<sup>o</sup> considerando só o IDHM Educação. Uma situação que melhorou sensivelmente, já que nos anos 2000 o IDHM da Região Metropolitana de Salvador (RMS) “era de 0,660, maior que o do Brasil (0,580) e de Lesoto (0,632) e menor que o da Namíbia (0,743)” (ATLAS, 2006). A população baiana e soteropolitana é, efetivamente, mais pobre do que as populações do sul do país, apesar dos progressos visíveis de certos indicadores socioeconômicos, “de cada 10 famílias ricas, 8 moravam nas cidades de São Paulo em 2003” (MARICATO, 2006: 213). É evidente que a fraca proporção de pessoas que se declaram de cor ou raça branca em Salvador, 15,48% em 2011, em comparação com os 80% que se declaram de raça parda ou negra, deve explicar um pouco a natureza das desigualdades existentes entre a capital baiana e as outras grandes cidades do país. Com efeito, se Salvador não é a estrela do capitalismo financeiro é em grande parte devido aos resquícios da escravidão que continuam gritantes.

Para me ajudar a entender a bibliografia que estava aprofundando sobre esse fenômeno de periferização, a minha experiência em São Paulo era também muito útil, enquanto estava lendo análises históricas sobre a mudança progressiva do centro do sistema econômico e

político colonial para o sudeste brasileiro, lembrava muito dos preconceitos de André e Rafael sobre os baianos e as “baianadas”. Os porteiros do prédio deles eram todos de origem nordestina, a diarista que eles contratavam vinha de Xique-Xique, uma cidade do interior da Bahia, e no casamento de André uma das únicas pessoas negras (que estava trabalhando) era um senhor de mais de 60 anos que vinha do mesmo povoado onde tinha realizado a minha pesquisa de mestrado. A bibliografia que eu consultava ficava mais viva com essa experiência, a presença massiva de baianos na capital paulista era devido ao chamado êxodo rural que esvaziou o nordeste brasileiro em mais de doze milhões de habitantes para encher as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo – onde formavam “gigantescos ‘campos’ de força de trabalho barata, em quantidade suficiente para a sustentação dos mercados de força de trabalho, de terras, consumidor e de capitais, essenciais ao regime urbano-industrial” (ARAÚJO, 2000: 72). Do ano de 1960 até o ano de 1990, a migração rural-urbana no Brasil formou um “contingente de migrantes de 42,6 milhões de pessoas” (ARAÚJO, 2010: 84), principalmente negras e muitas vezes “subempregados e desempregados em busca de locais de moradia” (PLANO 500, 2015: 105). Essa história da transformação da população brasileira em uma população urbana – “apenas na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes” (BRITO, 2006: 223) – fazia também sentido porque estava familiarizado com a configuração espacial das megalópoles, como Salvador e São Paulo, e com a própria paisagem urbana brasileira. Sobretudo, as análises dos processos de urbanização apareciam como pertinentes porque eu via diariamente como as desigualdades de acesso ao espaço herdadas da época colonial estavam sendo resolvidas na prática.

Não foi nos livros que entendi que a crise habitacional dos grandes centros urbanos brasileiros era a consequência direta da não existência de uma reforma agrária feita depois da abolição da escravidão, foi um colega da faculdade que me fez perceber que havia uma conexão direta entre a senzala e a favela: é isso que ele chamava de dívida histórica. Nas nossas discussões ele me explicava que o trabalho de Gilberto Freyre tinha sido usado pela ditadura Vargas para defender o mito da democracia racial e que esses tipos de estudos sobre uma experiência particular da escravidão no Brasil contribuía com a invisibilidade dos processos de resistência e de luta da população negra contra o projeto de embranquecimento da identidade nacional brasileira. O que realmente me marcou foi entender que, se as relações de afeto existentes entre o subalterno e o opressor tinham uma origem histórica precisa, pensar que essa familiaridade entre a Casa Grande e a senzala estruturava a sociedade brasileira era como dizer que a sua empregada doméstica era “quase da família” ou que ela comia “a mesma comida que a gente”: uma forma de naturalizar as relações de poder. As análises de Gilberto Freyre guardam

uma certa contemporaneidade unicamente porque as assimetrias da época colonial e escravagista ainda continuavam persistentes. Com um melhor entendimento desse passado escravagista e da invisibilidade dos mecanismos que lhe permite se perpetuar, são os próprios processos de segregação espacial das cidades brasileiras que ganharam sentido. A passagem da senzala à favela era, sim, a consequência imediata de uma injustiça fundiária que tinha sido ignorada, mas analisar a produção de um espaço segregado sob os moldes da sociedade colonial como uma transformação histórica “natural” era esquecer que a persistência dessas assimetrias era reforçada cotidianamente por políticas públicas. O mais interessante foi conseguir entender que o estudo das medidas legislativas e judiciais que organizam a segregação nas cidades contemporâneas estavam nos informando sobre uma outra forma de naturalizar a violência das desigualdades nas nossas sociedades.

A trajetória histórica da ocupação do solo da cidade de Salvador revela que as intervenções dos poderes públicos e do Capital foram responsáveis pela produção, ao longo dos 50 últimos anos, de um espaço urbano soteropolitano profundamente segregado. É disso que trataremos até o final deste capítulo, de uma breve descrição do conceito de segregação e da sua relação com o espaço, das políticas de vetorização da cidade que marcaram a distribuição da população em três vetores de expansão e das principais mudanças das últimas décadas na configuração do espaço urbano soteropolitano segregado que conhecemos hoje. Para ilustrar melhor ainda a forma como as relações assimétricas são naturalizadas pelo planejamento urbano, finalizaremos com alguns comentários sobre a importância do meio ambiente e da autosegregação das populações mais favorecidas no estabelecimento de fronteiras rígidas entre espaços da cidade. Essa parte será principalmente inspirada por aquilo que falam os atuais estudiosos sobre a segregação das suas cidades, mas, como nos casos precedentes, é pela minha vivência em Salvador que essas informações todas estavam fazendo sentido.

Segregar é separar uma parte da população, isolá-la dos outros membros do grupo para evitar a mistura e o contato com estes. Etimologicamente, segregar é afastar do rebanho (BRUN, CHAUVIRÉ, 1983: 76). A segregação diz respeito, *prima facie*, ao estabelecimento de uma distância social entre as populações, uma distância baseada em critérios como a origem étnica, linguística, geográfica ou religiosa da população segregada<sup>45</sup>. Ora, quando se fala de uma cidade segregada, geralmente, um segundo sentido permeia o uso da noção: a materialização no solo urbano da segregação social, ou seja, a distância espacial da segregação. Segregar seria fazer referência “tanto aos processos de diferenciação social quanto ao padrão espacial resultante desse processo [...], em termos sociológicos, significaria a ausência de interação entre grupos sociais, no sentido geográfico, significaria desigualdade da distribuição

de grupos sociais no espaço físico” (VASCONCELOS, 2004: 262). Com esta definição, a separação das áreas residenciais soteropolitanas em três vetores de expansão, particularmente apontada nesses próximos parágrafos, representa somente um aspecto da segregação existente na capital baiana.

Projeções no chão das relações sociais, da situação econômica e ideológica dos moradores, a descrição da segregação do meio urbano nos fala dos ideais das populações citadinas, das desigualdades sociais e das problemáticas de classes da sociedade soteropolitana atual (HAUMONT, 2001). Neste sentido, o conceito de segregação permite esclarecer um outro aspecto da reconfiguração da distribuição da população no solo da cidade. Além de uma ênfase sobre a separação espacial das residências dos soteropolitanos, é sobre as características de ordem sócioeconômicas, demográficas e, evidentemente, raciais que precisamos insistir (BRUN, CHAUVIRÉ, 1983: 77). Afinal, a distância espacial entre as populações soteropolitanas, sejam elas simbólicas, geográficas ou coercitivas, com o uso de grades e guaritas, é uma consequência das ações das classes dominantes, do Estado e do mercado imobiliário para tornar exclusiva certas áreas da capital baiana.

O principal processo gerador da segregação residencial seria a apropriação das melhores localizações residenciais pelas categorias superiores, conduzindo à concentração dos mais pobres nos espaços mais desvalorizados [...]. Como as melhores áreas urbanas são ocupadas pelo mercado imobiliário, ficam as áreas mais precárias (sujeitas às inundações, em encostas; próximas a locais inconvenientes e nas periferias mal equipadas) sob a ocupação dos pobres. (VASCONCELOS, 2004: 261, 269).



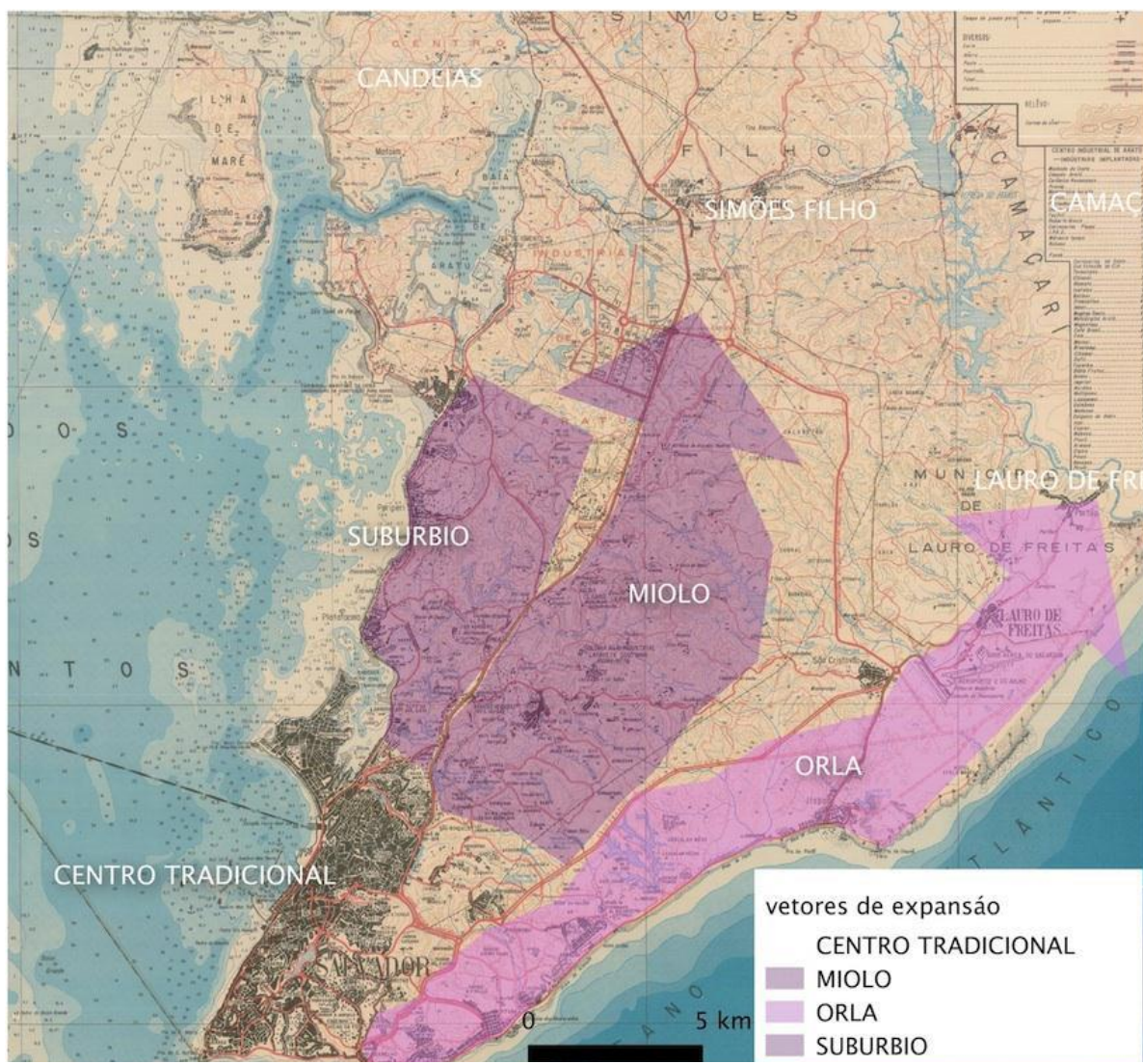


Figure 1: Mapa de Salvador: Vetores de expansão da cidade (CARVALHO, PEREIRA, 2014: 147).

Em relação à estreita industrialização dos seus territórios<sup>46</sup>, a região de Salvador começou os anos de 1970 com um forte crescimento demográfico – com 55,1% de habitantes a mais do que nos anos 1960, a população soteropolitana passou o número de um milhão de pessoas em 1970. Foi a partir desta época, definida na bibliografia como a fase de metropolização da cidade, que aparecem várias mudanças na morfologia urbana e nas formas de ocupação do solo (ARAÚJO, 2010: 108). Os vetores de expansão que aparecem no mapa acima participaram da “conformação de um espaço urbano extremamente desigual e segregado” (CARVALHO, PEREIRA, 2013: 12), Com efeito, a partir da vetorização da cidade dos anos 1970, três tipos residenciais começaram a se fortalecer em áreas distintas de Salvador, revelando um processo de segregação evidente na distribuição espacial dos habitantes de Salvador – “conformou-se um espaço urbano bastante desigual e segregado, a partir de três vetores de expansão bem diferenciados: a Orla Atlântica, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário”

(PLANO 500, 2015: 18). Estas formas de moradia refletem a presença de três tipos de “agente de produção de habitação”, participantes desta expansão da cidade: “o público, através dos Governos Federal, Estadual e Municipal, o privado ou corporativo e o particular (individual)” (ARAÚJO: 2010: 108). A autoconstrução ficou concentrada nos espaços mais carentes em infraestruturas públicas e onde moravam as populações mais pobres, como no Subúrbio Ferroviário (CARVALHO, PEREIRA, 2013: 12) ou nas áreas livres invadidas. Em paralelo a este processo de urbanização espontânea, 76 conjuntos habitacionais foram construídos pelo Estado na década de setenta, 40.225 unidades, na sua maioria para a classe média-baixa – famílias com salário superior a três salários mínimos – e principalmente situados no vetor do miolo, como em Cajazeiras, Cabula, Mussurunga, Fazenda Grande, Castelo Branco ou Pirajá<sup>47</sup> (2010: 109). Enfim, no terceiro vetor de expansão da cidade, aquele que mais nos interessa nesta pesquisa sobre a naturalização das relações de poder, na orla atlântica de Salvador, foram as grandes empreiteiras e a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI) da Bahia, criada em 1974, que cuidaram, em maior parte, da ocupação do solo (ARAÚJO, 2010: 110). Obviamente, esta região era e é a mais valorizada da capital baiana.

A primeira coisa que deve ser entendida quando se trata da configuração residencial segregada da cidade de Salvador é que o Estado participou desta produção espacial em vários níveis. Se “a distribuição da população se dá pelo mercado imobiliário, por interferência da regulamentação governamental” (VASCONCELOS, 2004: 271), alguns marcos legislativos com a Lei de Reforma Urbana de 1968 foram fundamentais para este uso privilegiado do solo soteropolitano. Foi por mecanismos legais que o ordenamento da cidade pelo poder municipal conseguiu abrir espaços, literalmente, para a especulação capitalista sobre o mercado imobiliário local.

A distribuição dos grupos e classes sociais no espaço é resultado, em grande medida, da atuação do mercado imobiliário. O preço da terra urbana e das habitações filtra o acesso dos grupos sociais às diversas regiões da cidade. Nas cidades capitalistas, [...] a produção de moradia pelo mercado imobiliário tem resultado numa oferta estratificada em termos socioeconômicos e fragmentada em termos socioespaciais. (CARVALHO, PEREIRA, 2014: 167).

O mercado imobiliário cuida da construção de apenas uma parte do total das habitações de Salvador, mas o impacto da sua atividade tem repercussões no resto da cidade: arquitetos e urbanistas submetem as intervenções do Estado no meio urbano a uma “gramática do negócio” (FERNANDES, 2013: 104) que destrói a cidade e impacta todas as populações urbanas. Existem numerosos estudos que apontam essa “lógica de segregação que historicamente vem caracterizando a estruturação do espaço de Salvador, que se reflete nas formas de apropriação e uso do solo urbano, na segmentação social do espaço, no acesso diferenciado à infraestrutura

e serviços urbanos pela população, e no próprio urbanismo da cidade” (PLANO 500, 2015: 99). Por exemplo, “a experiência histórica com planos diretores no Brasil mostra que eles se aplicam apenas a uma parte da cidade, tomam o mercado como referência e ignoram a demanda da maior parte da sociedade” (MARICATO, 2006: 212); eles favorecem um “urbanismo ad hoc, [...] soluções pontuais e arbitrárias [que favorecem] um modo de pensar o território estreitamente ligado às novas demandas da economia global e à racionalidade dos seus fluxos” (FERNANDES, 2013: 92, 95); eles promovem a fragmentação urbana e a emergência de novos padrões de segregação por um “plano estratégico” (FREITAS, 2008: 31); eles deixam a gestão urbana nas mãos dos atores privados e “levam a uma afirmação crescente da lógica do capital imobiliário na produção e reprodução dessas cidades, com impactos decisivos sobre a estrutura urbana e a vida de sua população” (CARVALHO, PEREIRA, 2013: 546). Em suma, apesar dos mecanismos existentes para naturalizar essa projeção no chão das desigualdades contemporâneas, a bibliografia sobre o tema não deixa dúvida de que a segregação que conhecemos hoje vem de “intenções muito claras de segmentar socialmente a cidade” (PLANO 500, 2015: 298).

O Estado, os poderes públicos, os seus planos diretores, planos de revitalização ou de urbanização, de desenvolvimento ou de ordenamento, são instrumentos que permitem a reprodução das desigualdades implicadas pelas leis do mercado capitalista. Se uma população dada permanece muito pobre e excluída, e uma outra continua ainda mais rica e exclusiva, os esforços do Estado para manter essa situação são prováveis, senão evidentes. Os investimentos públicos em infraestrutura são decisivos para “a lógica do mercado imobiliário, na medida em que esses investimentos produzem localizações valorizadas” (ROLNIK, 1988: 64). Em Salvador, sem surpresa, no prolongamento da política de vetorização da cidade e com a sua consolidação, é “nos espaços superiores da Orla que se concentram os equipamentos públicos e privados mais importantes, os modernos centros de comércio e serviços, os grandes equipamentos urbanos e as oportunidades de ocupação” (PLANO 500, 2015: 41). Assim, o que faz da Barra ou da Ondina um “bairro rico” é, entre outras razões, a falta de infraestrutura no resto da cidade. Os “bairros nobres” devem o seu título de nobreza às intervenções dos poderes públicos na “distribuição dos equipamentos coletivos” (VASCONCELOS, 2004: 261). Que sejam as estradas, a iluminação, o policiamento, o saneamento básico ou a coleta de lixo, o sistema de correio ou de transporte público, sem dúvida, na Pituba ou em Patamares, o serviço oferecido é de melhor qualidade do que em vários lugares da Região Metropolitana de Salvador – onde algumas casas não se beneficiam de nenhum desses serviços públicos<sup>48</sup>. O Município investe em certos bairros, e não em outros, pois é nesses espaços que o mercado imobiliário realiza a maior parte dos seus lucros.

Se a região da orla atlântica é, geralmente, privilegiada pelas políticas urbanas, não é porque as populações desses bairros, pelo fato de elas serem mais ricas, são mais ouvidas ou mais representadas do que as classes populares, mas porque a perspectiva especuladora consegue pressionar os poderes públicos como ninguém. São os movimentos do Capital que reforçam a segregação e desenham uma cidade para as classes altas; é a invisibilidade desses movimentos que deve ser denunciada. A capital baiana conhece bem essa condição, ela é considerada “como uma das cidades com maiores contrastes no Brasil: uma expansão imobiliária enorme ao lado do crescimento dos loteamentos irregulares e invasões” (VASCONCELOS, 1996: 14). Para ter uma noção dessa realidade segregada, a série de mapa abaixo demonstra mais do que qualquer palavra as desigualdades tenazes existentes entre a orla atlântica de Salvador – onde vive, em habitações valorizadas, a maior parte das populações brancas e ricas – e o interior da cidade – onde concentram-se as classes populares em terrenos invadidos e/ou com casas construídas pelos próprios moradores. Parece também evidente nesse mapeamento das injustiças espaciais da capital soteropolitana o quanto a renda da população da RMS é, globalmente, muito baixa. Essa disparidade ficava evidente no meu cotidiano, minhas atividades de lazer, a própria faculdade ou o meu bairro de classe alta ficavam no litoral atlântico. É por isso que entre as minhas lembranças da vida no bairro de Higienópolis e a minha vivência na capital baiana, essa revisão bibliográfica sobre a segregação das cidades contemporâneas fazia muito sentido. Quando lia sobre a “Cidade de Muros” (CALDEIRA, 2000) ou as “Trampas de la Naturaleza” (CARMAN, 2011), era do meu dia a dia que as minhas leituras estavam falando.

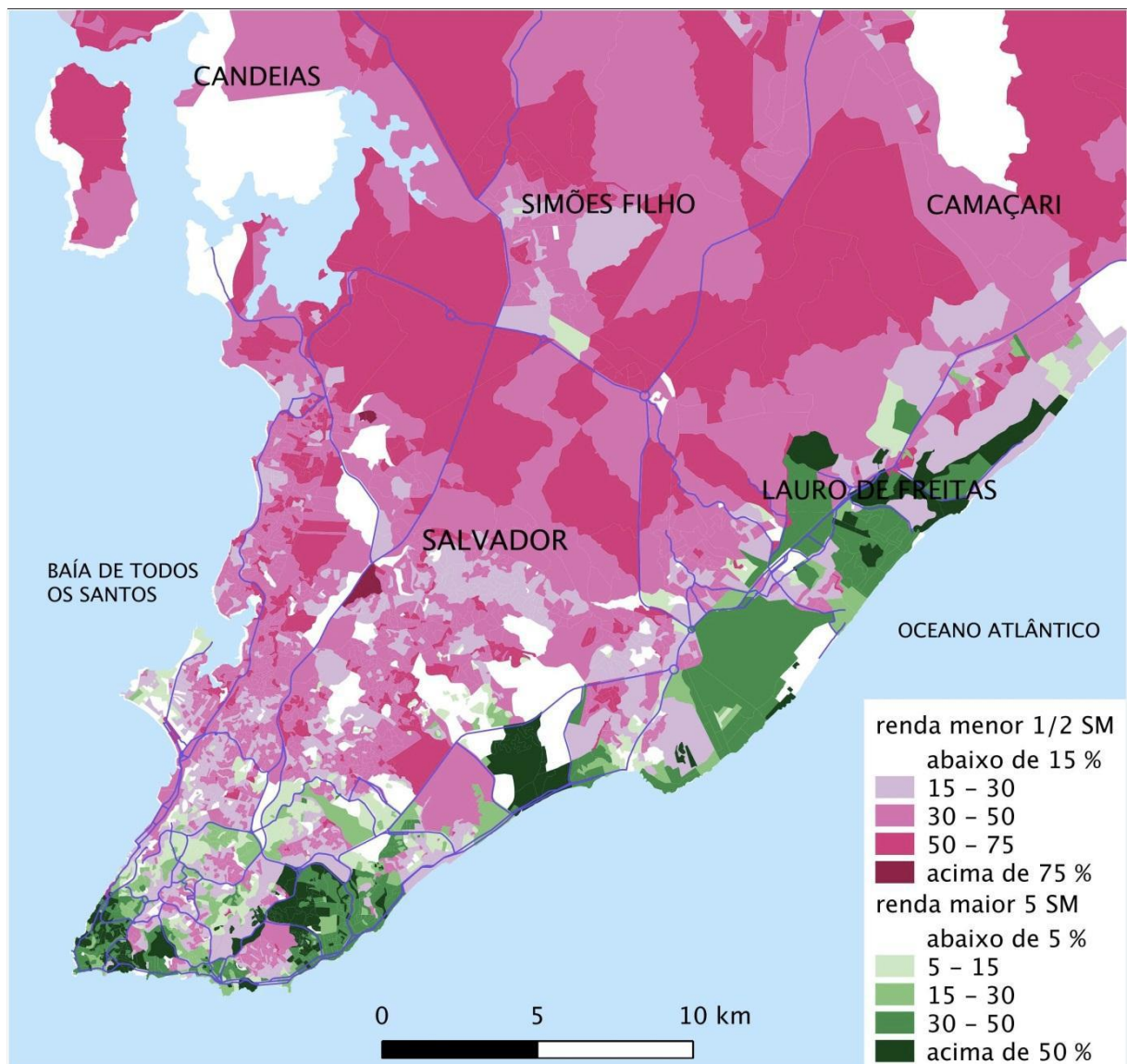


Figure 2: Percentual de Domicílios com Renda Domiciliar Menor que 1/2 Salário Mínimo e Maior do que 5 Salários Mínimos (PLANO 500, 2015: 46).

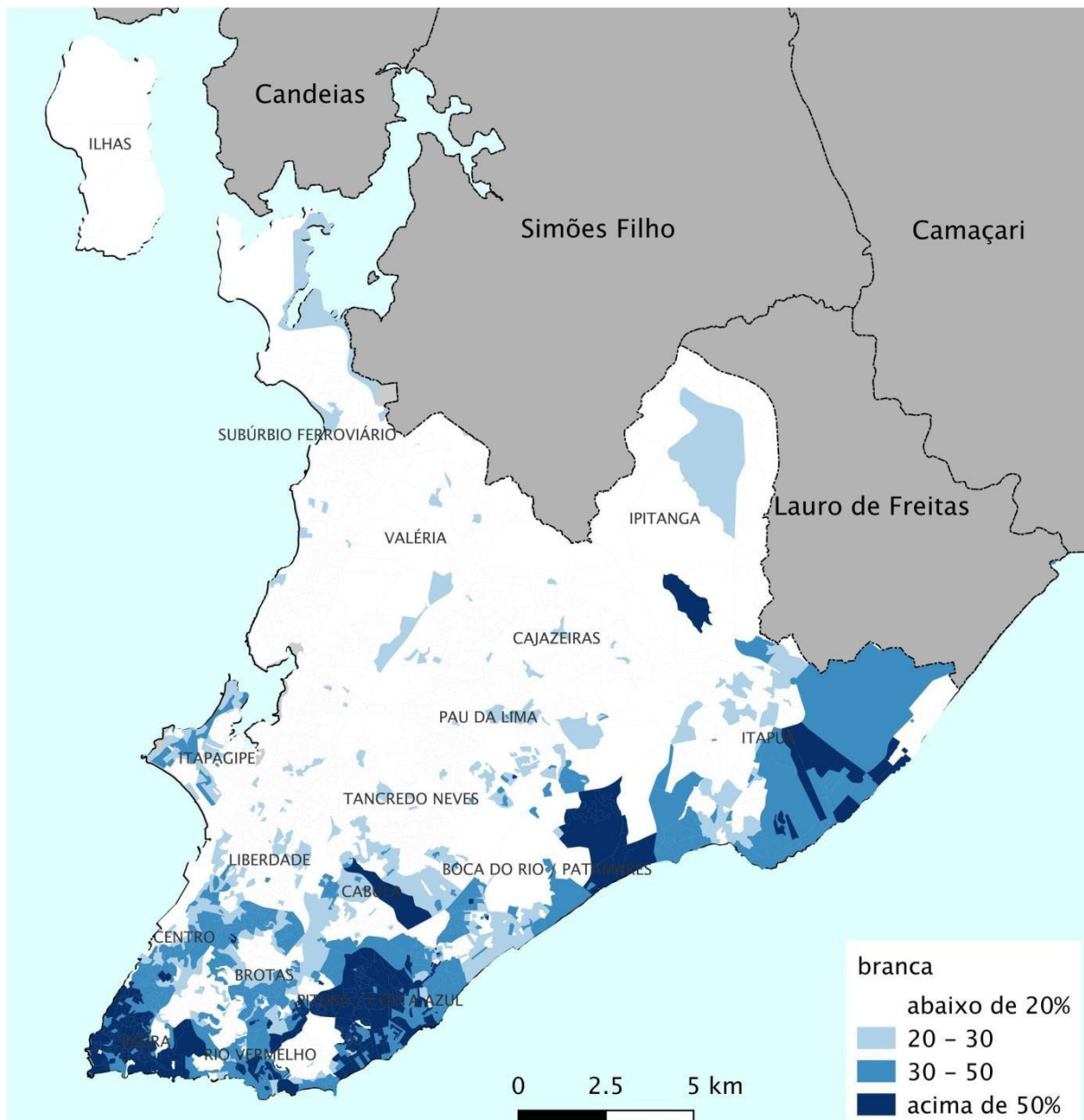


Figure 3: Percentual de Habitantes de Cor Branca na direita (PLANO 500, 2015: 46-47).

Como fica visível nos mapas acima, os processos de segregação dos espaços de vida dos mais ricos tiveram bastante sucesso na orla da cidade. Contudo, essa configuração segregada do solo não impediu a proximidade espacial dos ricos e dos pobres, marcante na paisagem urbana e no cotidiano soteropolitano. Os 20% mais pobres da Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) Fazenda Coutos e Felicidade, que ganham R\$ 2,94 por mês, não encontram com tanta frequência os 20% mais ricos do bairro de Itaigara, que ganham 1.892 vezes a sua renda<sup>49</sup>: porém, eles vivem na mesma cidade e a existência de cada um modela a existência do outro. Ainda há bastantes exceções na homogeneidade social da orla, como aparece nos mapas acima, alguns morros como o Nordeste de Amaralina ou o Alto de Ondina continuam a “manchar” a homogeneidade racial e econômica buscada no litoral soteropolitano. O fotógrafo Nilton Souza realizou uma fotografia bastante expressiva dessa condição segregada da paisagem urbana soteropolitana – de um lado do corredor de mata atlântica há casas autoconstruídas, do outro, prédios das construtoras.



Figure 4: Mata do Parque da Cidade dividindo os bairros da Pituba e Nordeste de Amaralina, N.Souza, 2008.

O mais relevante nesta fotografia é que ela permite perceber que a segregação gritante evocada é estreitamente ligada ao tipo de moradia: no bairro do Nordeste de Amaralina, situado no primeiro plano da foto, aparecem casas ditas autoconstruídas<sup>50</sup>, porém, na Pituba, o bairro situado ao fundo da imagem, não aparecem essas habitações com “condições insatisfatórias de habitabilidade” (FERREIRA T., 2009: 78). Ainda, as taxas de verticalização de Salvador

indicam, claramente, que a moradia em prédio não é, em geral, para as classes populares, ela concentra-se na orla atlântica e é destinada, principalmente, à classe alta soteropolitana (PLANO 500, 2015: 58) – a Barra é o bairro mais verticalizado da cidade, com 55% dessas construções, e junto com a Pituba eles acolhem 53% dos prédios residenciais do Município (2015: 56). De fato, apesar do “caráter público desta moradia” (MARINS, 1998: 187), habitar em prédios, em imóveis coletivos, é uma das formas encontradas pelas classes altas para preservar uma certa distância com os outros habitantes da cidade. A possibilidade de dividir os gastos representados pelos vigilantes e pelos equipamentos que buscam limitar o sentimento de insegurança dos moradores é uma outra explicação apontada para a preferência pela moradia em prédio nas cidades brasileiras: o crescimento da violência nas grandes metrópoles fez do habitar em casa uma escolha perigosa, ou muito cara (CALDEIRA, 2000: 200).

Portanto, como mostra a fotografia de Nilton Souza acima, são prédios que foram construídos em Salvador para satisfazer à demanda habitacional das classes mais ricas da orla atlântica. Se não é pela verticalização da sua moradia, caso a segregação promovida pelos poderes públicos falhe, os mais ricos usam outros dispositivos para distanciar-se do resto da população. Assim, como outro exemplo da presença de habitações precárias na homogeneização social da orla atlântica, o caso do Morro da Sereia, um dos menores, é o mais emblemático da injustiça espacial implicada por essa coabitação no mesmo espaço de duas populações histórica e socialmente desiguais: 50% do morro é ocupado por sete casas, nos outros 50%, concentram-se mais de cem.





Figure 5: Vista aérea do Morro da Sereia (GoogleEarth, 2016).

Além da questão clara da desigualdade no acesso ao espaço, o Morro da Sereia é característico de uma outra forma de injustiça: como se pode ver na fotografia acima, há muito mais áreas verdes à direita, nos espaços mais ricos. De fato, quando se trata de segregação urbana, em Salvador ou em Buenos Aires (CARMAN, 2011), como nas outras cidades do planeta, os espaços verdes são sempre intermediários pertinentes a analisar para apreciar as estratégias de distinção e de reprodução das classes dominantes. Em um mundo correndo para o colapso ambiental, o conceito de natureza seria o valor refúgio do século XXI. A “natureza”, privilégio de poucos, tornou-se um elemento a mais para reforçar a segregação espacial das cidades, como aparece no clichê de Nilton Souza acima – o Parque da Cidade separa, nitidamente, dois tipos de moradia. Ainda, cruzando as informações dos mapas acima com o mapa do Sistema de Área de Valor Urbano Ambiental (SAVAM) de Salvador, a orla atlântica, de novo, destaca-se claramente: a área mais valorizada da cidade, aquela que agrada as construtoras e compradores de moradia de alto padrão é também a mais “preservada”.

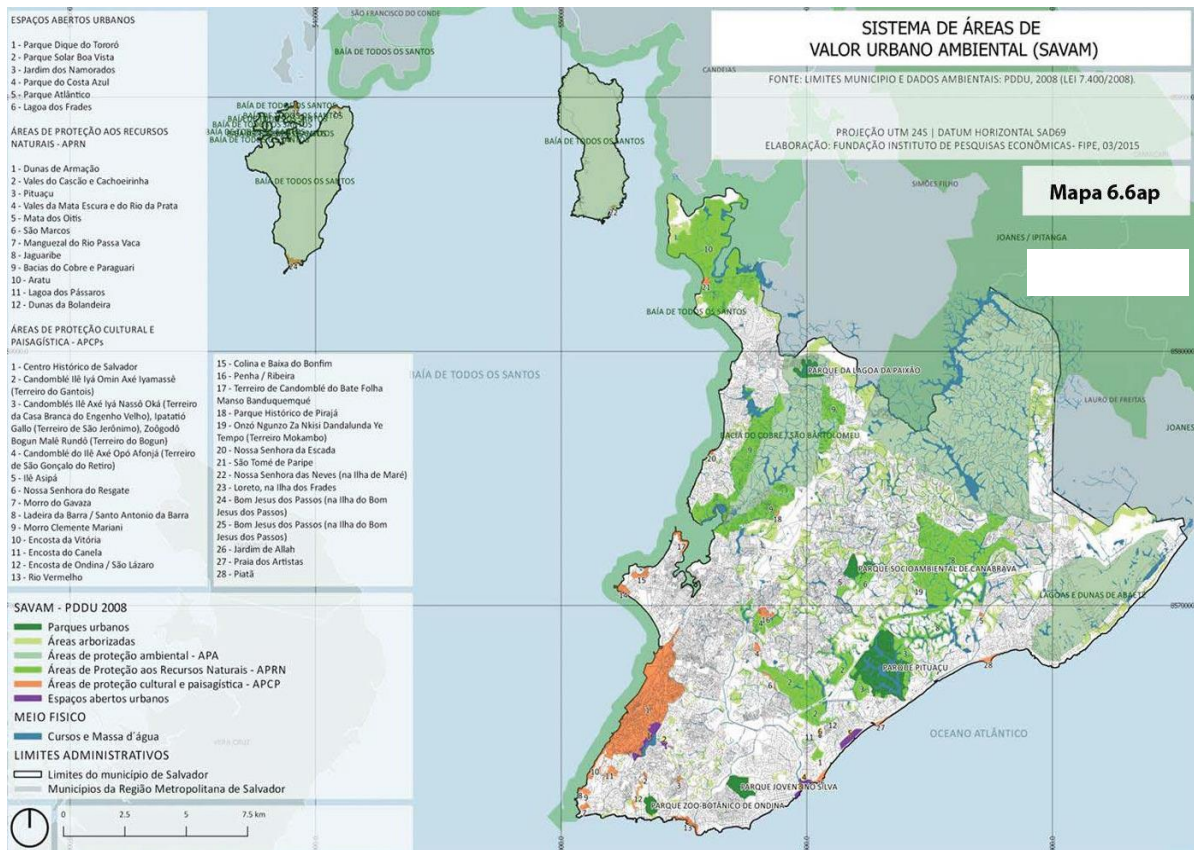


Figure 6: Sistema de Área de Valor urbano Ambiental (SAVAM) (PLANO 500, 2015: 439).

O jardim zoológico da cidade e o parque botânico situam-se na Ondina, o Parque Joventino Silva, chamado Parque da Cidade, é localizado na Pituba e o Parque Metropolitano de Pituauçu, maior reserva ecológica de Salvador, encontra-se colado ao bairro de Patamares. Todas essas áreas fazem parte da orla atlântica e já passei pelo menos uma tarde nesses lugares. O último parque citado, o de Pituauçu, faz fronteira com a Avenida Pinto de Aguiar, local onde se implantou o novo bairro do Greenville estudado no próximo capítulo. Assim, não foi por acaso que as incorporadoras investiram nessa área da cidade. O Parque Metropolitano de Pituauçu, estadual, é considerado “a maior área verde de uso público de Salvador” e possui “um esquema especial de segurança, formado pela Companhia de Polícia de Proteção Ambiental”<sup>51</sup>. Esses detalhes não aparecem na descrição do Parque São Bartolomeu, feita pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Esta “única reserva de Mata Atlântica em área urbana do Brasil”<sup>52</sup>, visível no norte do mapa acima – na Bacia do Rio do Cobre –, não tem o mesmo prestígio que os parques da orla. Nunca fui neste parque do bairro de Pirajá, situado perto do Subúrbio Ferroviário, uma das zonas mais pobres de Salvador. Escutava muito que ele era considerado perigoso, lugar de assaltos e de estupros, “lugar onde a natureza selvagem da pobreza se expressa com mais barbárie do que nos parques autocontidos do litoral civilizado”.

Esse tipo de narrativa evolucionista é, muitas vezes, reforçada pela imprensa: uma busca rápida com a ferramenta do GoogleNotícias ilustra bem as diferenças entre os discursos existentes sobre o Parque São Bartolomeu e o parque, por exemplo, de Pituvaçu. Para o primeiro, as manchetes evocam uma “mulher estuprada” no Globo.com, um “adolescente afogado”, a “disputa do tráfico” ou os “homens mortos a tiros”, no Correio da Bahia<sup>53</sup>; para o segundo, as notícias anunciam o “Sarau de Juliana Ribeiro e Raimundo Sodré” no Globo.com, no Tribuna da Bahia, o “Sarau Cultural Domingo”, no site Catracalivre.com.br e no Jornal A Tarde trata de um “Incêndio extinto” e da retomada das reformas cobradas pela comunidade<sup>54</sup>. É a mesma “natureza” que, de um lado, mata um adolescente nas águas do São Bartolomeu e, do outro, consegue ficar preservada do fogo no Parque de Pituvaçu. Inclusive, é interessante notar que este incêndio é descrito, no jornal, como provocado por velas utilizadas em trabalhos religiosos que não deveriam ter lugar em Pituvaçu; os mesmos trabalhos, provavelmente do candomblé, são tradicionalmente associados ao Parque São Bartolomeu – lugar que “guarda as simbologias da religião ancestral africana em suas árvores, águas e matas”<sup>55</sup>.

Assim, nas narrativas da imprensa, o conceito de natureza serve claramente para reforçar a violência das discriminações existentes na sociedade soteropolitana, há a *“naturalidad que ennoblece a unos, [e o] estado de naturaleza que barbariza o deshumaniza a otros”* (CARMAN, 2011: 22). Mais o pobre aproxima-se das áreas verdes, mais a sua humanidade é questionada: ao lado da ecologização do mercado capitalista e do chamado crescimento verde, há a tentativa de *“animalizar a los seres humanos económicamente inferiorizados”* (2011: 241)<sup>56</sup>. Em outras palavras, o conceito de natureza tem um duplo uso na segregação das populações urbanas: de um lado, ele é usado para distinguir a população mais rica por seu sofisticado “sentimento urbano de natureza” (BRAGARD, 2009); do outro lado, ele serve para discriminar as populações mais pobres por sua ignorância ecológica ou por sua presença predadora, extrativista e poluidora nos espaços naturais preservados.

“Lo interesante es que esta oposición entre la pasión de los humanos más próximos a los animales, y la razón de la elite culta, contiene en sí misma una teoría de la sociedad relacionada con el papel del Estado” (CARMAN, 2011: 103).

De fato, o conceito de meio ambiente, como o de cultura (CARMAN, 2006), tem um papel preciso na ontologia naturalista que baseia as políticas públicas: a noção de patrimônio e de preservação ambiental ou cultural, as ideias essencializadas de pureza e de “natureza intocada” (DIEGUES, 1996) servem para justificar e naturalizar *“las expropiaciones de la condición humana de los sectores desfavorecidos”* (CARMAN, 2011: 233). O Estado é quem mantém a ordem social e natural, é o seu protetor; ele manipula estes conceitos para impor um

modelo padrão de cidadão à população. Neste sentido, a ecologia tornou-se uma noção importante nas políticas públicas, a presença de espaços verdes preservados traria mais paz e tranquilidade aos moradores, mais harmonia e equilíbrio no seu dia a dia, ela ofereceria um refúgio natural no caos urbano-industrial onde reina o barulho do motor. Com a completa urbanização do planeta (LEFEBVRE, 1970), a clássica configuração espacial dos territórios transformou-se. As cidades da Idade Média eram vistas como ilhas luminosas em um mundo rural dominado pela natureza; hoje, são as áreas de preservação ambiental que formam arquipélagos separados por pistas de asfalto, espalhados entre sítios industriais ou de mineração, plantações de agronegócio e gigantes complexos urbanos. Nessa perspectiva, os poucos espaços de floresta ainda existentes nas grandes metrópoles do mundo são bastante disputados no mercado imobiliário e a privatização destes espaços por este mercado reforça, obviamente, a segregação dos espaços urbanos.

Quando se trata da segregação das populações urbanas soteropolitanas, é importante lembrar que não é unicamente pela marginalização da população mais pobre da cidade ou pela monopolização das áreas verdes que este fenômeno se manifesta. Como vimos, com o apoio do Estado e do mercado imobiliário “as classes acima da média tendem a se segregar em uma única região da metrópole (VASCONCELOS, 2004: 262), no caso, na orla atlântica. Esta autosegregação das classes mais ricas é um dos fatores principais que explica a estrutura fragmentada da cidade: o isolamento e a distância buscada por estas populações, hoje condição necessária a sua moradia, reforça, obviamente, a distribuição desigual no solo urbano. Já tinha percebido claramente essa realidade em São Paulo, na capital baiana, aperfeiçoei um pouco mais o meu entendimento da hierarquia implícita na moradia de alto padrão.

Neste sentido, os mecanismos políticos e econômicos que produziram e produzem a repartição segregada da população soteropolitana devem ser analisados à luz dos “processos e normas editadas por uma comunidade procurando defender a sua identidade frente a uma ameaça real ou imaginária” (BRUN, CHAUVIRÉ, 1983: 77). Com efeito, estudar a autosegregação dos mais ricos torna-se um projeto ambicioso na medida em que permite esclarecer a relação entre a condição espacial e social desta segregação: como o apontam Chauviré e Brun, a questão da similitude entre estas “disposições geográficas do habitat [e] certos traços de comportamentos e de mentalidade” não é um postulado, mas um tema de investigação (1983: 77). Assim, não devemos considerar os espaços autosegregados somente como materialização dos ideais de moradia da população em questão, mas devemos dar conta desta materialização, mostrar o sucesso e as falhas desta projeção no chão da situação econômica e ideológica dos moradores e, sobretudo, não esquecer de “ilustrar a retroação do

espacial sobre o social que perpetua e acentua as desigualdades, e mantém as diferenças culturais” (1983: 78). Se o espaço urbano e a sociedade de classe estão em ligação estreita, são essas relações que devemos estudar para esperar dar conta da naturalidade com a qual é tratada a violência urbana cotidiana vivenciada pelas populações urbanas.

Em Salvador, desde os anos 2000, nas últimas áreas verdes da orla atlântica, as incorporadoras intensificaram suas pressões sobre os órgãos públicos para liberar a construção de novos projetos de moradia de alto padrão verticalizado e implementar as infraestruturas básicas para essas novas áreas urbanizadas. “Esses lançamentos imobiliários, quase todos de condomínios verticais, estão concentrados [...] em alguns clusters ao norte, na orla e nas bordas da Avenida Paralela, em áreas atualmente de baixa densidade” (CARVALHO, PEREIRA, 2013: 16). É desta proposta de moradia fechada e verticalizada que vamos tratar em detalhes no próximo capítulo: uma estratégia segregativa clara.

“Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” (CALDEIRA, 2000: 211).

A moradia em condomínios fechados de prédios de alto padrão é, como a periferização dos conjuntos habitacionais ou a multiplicação das ocupações, uma adequação ao meio urbano, uma adaptação dos modos de habitar com o espaço da cidade. A sociedade capitalista, pelo trabalho assalariado e a lógica do crédito, permitiu às classes populares das grandes metrópoles do planeta adquirir os mesmos bens de consumo que a população mais rica: “Que ridículo, que horror!”<sup>57</sup>. Devido às rupturas dos antigos modos de distinção, novas táticas e estratégias tiveram que aparecer para permitir que as classes dominantes se distinguissem dos outros. Em outras palavras, “a proximidade leva ao refinamento das separações para que a percepção de diferença seja mantida” (CALDEIRA, 2000: 75). Nessa perspectiva, como já tinha acontecido no século XIX – quando negros de ganho ou libertos andavam nas ruas ao lado dos antigos senhores (VASCONCELOS, 2004: 266) –, é pelo lugar de vida diferenciado, segregado, que as classes dominantes encontraram uma forma de marcar a sua dominação.

[Assistimos à] reconceitualização da moradia, que em sua acepção burguesa vem sob o signo da privacidade e isolamento. [...] A vida social burguesa se retira da rua para se organizar à parte, em um meio homogêneo de famílias iguais a ela. [...]. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado (ROLNIK, 1988: 47, 49, 51).

A proposta de moradia em enclaves fechados residenciais, *gateds communitys* e *new towns*, condomínios fortificados, implantados longes dos centros das cidades, não é uma novidade, há trinta anos que apareceu nos subúrbios das grandes metrópoles contemporâneas. Como em outros lugares, no caso brasileiro é a segurança, o isolamento físico e a homogeneidade social entre os moradores, a obsessão pelos equipamentos e serviços, o tamanho dos espaços de lazer e das áreas verdes, que caracterizam a demanda destas formações urbanas específicas. Além da questão primeira da segurança, a preferência por esse tipo de moradia fechada acha motivo – como no caso do *pavillon* francês (HAUMONT, 2001) – na busca de um isolamento do resto da população urbana: o “isolamento é vivido e reivindicado como conquista do indivíduo, melhor, como sua realização” (2001), os moradores procuram permanecer “longe das interações ‘indesejadas’, dos fluxos da cidade e da heterogeneidade social” (FERREIRA, 2003).

Eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Assim os enclaves fortificados- prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers -constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica (CALDEIRA,2000: 255)

Afinal, esses novos bairros de Salvador são formações urbanas autosegregacionistas contemporâneas, fonte e símbolo da violência urbana, das injustiças sociais projetadas no espaço das grandes metrópoles contemporâneas. Os novos bairros inteiramente planejados são espaços concebidos (LEFEBVRE, 1974), *surorganisé* (HAUMONT, 2001), lugares onde domina a ação instrumental e onde “a marcha do processo de racionalização está instalando-se no próprio meio de vida dos homens” (SANTOS, 2006). A proposta dos condomínios fechados é vista como antiurbana, pois ela compromete o encontro urbano (LEFEBVRE, 1968), e é antidemocrática, pois ela afasta os moradores do espaço público e das suas responsabilidades de cidadãos (CALDEIRA, 2000).

Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes (CALDEIRA, 2000: 313).

Com menos sinais óbvios de diferenciação à mão e com mais dificuldade em afirmar seus privilégios e códigos de comportamento no espaço público, as classes mais altas se voltam aos sistemas de identificação. Assim, espaços de circulação controlada (como os shopping centers) servem para assegurar que a distinção e a separação ainda são possíveis em público. Sinais de distância social são substituídos por muros concretos (CALDEIRA, 2000: 325).

De fato, um dos principais elementos que define a moradia fechada é a busca da “autosegregação dos mais ricos” (CARVALHO, PEREIRA, 2013: 546) é a segregação social

e espacial reforçada pelos aparatos de segurança e pela redução da porosidade dos espaços, das possibilidades de encontros e de acessos aos estranhos. É na negação do entorno e na simulação de uma “realidade urbana e societária recortada em espaço empobrecido e desprovido de fermento utópico” (FERNANDES, 2013:103) que se traduz essa tentativa de ignorar o resto da cidade. O objetivo desses empreendimentos é oferecer um “estilo de vida” que responde às exigências de uma elite e reforça a sua grandeza. São lugares fechados e exclusivos, o que permite satisfazer a necessidade de distinção dos mais ricos e a procura de afastamento dos espaços públicos, da rua e do povo:

A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem urna nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários. (CALDEIRA, 2000: 259).

Afinal, entender que a violência do Estado e das suas políticas públicas, a brutalidade do planejamento urbano e do mercado imobiliário podiam ser estudados pela antropologia foi um dos principais aprendizados da transição da minha formação para o Brasil. Mesmo se o meu trabalho consistiu em juntar documentos e informações que achava separados da minha vida cotidiana, com o tempo, o paralelismo entre este estudo e o meu dia a dia ficou evidente. Este terceiro capítulo tentou trazer a tese de volta para a prática, dentro da sociedade soteropolitana onde foi escrita. Reunir a vida e o trabalho do antropólogo no mesmo plano é uma tarefa indispensável para que a antropologia consiga enfrentar os desafios políticos das nossas sociedades contemporâneas. Não se trata de escrever algumas páginas na introdução para “situar o pesquisador” e depois pular em um espaço absoluto donde achamos estar observando o mundo “lá fora”. Não há lugar seguro para apreender a realidade em antropologia. Cheguei progressivamente nesta compreensão da condição dos nossos estudos, mas uma vez que entendi que eu estava finalizando um trabalho etnográfico de mais de dez anos sobre as desigualdades no mundo pós-colonial os livros e artigos científicos, jornais, arquivos legislativos e judiciais, mapas e plantas, gráficos, tabelas e dados encontrados nas referências bibliográficas começaram a aparecer como atores da presente pesquisa. As relações de poder que foram analisadas não se limitam a situações interpessoais entre seres humanos de carne e osso, há

várias formas pelas quais as desigualdades são naturalizadas nas nossas sociedades atuais, todas merecem a nossa atenção. Se o nosso interesse é entender melhor como se dá a reprodução das assimetrias, temos que estudar tanto os mecanismos que afastam os antropólogos dos seus campos, quanto aqueles que segregam os espaços urbanos. Devemos estender o nosso trabalho para a arquitetura dos nossos lugares de vida ou para as transformações desses espaços pelos poderes públicos e pelo Capital: o planejamento do espaço, como os discursos e comportamentos, também serve a naturalizar as relações de poder, o racismo, o imperialismo, o cientificismo, o machismo, o elitismo. É nesta perspectiva que deve ser entendida a descrição acima sobre um espaço segregado e é nesta direção que prosseguem as discussões do próximo capítulo.



## **5 NATURALIZAÇÃO. Antropologia do Estado**

Entrei no curso de doutorado em antropologia da UFBA no ano de 2014 com o projeto de estudar as formas de habitar das elites urbanas brasileiras. O meu objeto era bem delimitado, queria contribuir para a elaboração de abordagens antropológicas sobre o “habitar moderno” analisando, em particular, a moradia em um novo bairro de condomínios fechados de prédios de alto padrão da cidade de Salvador-BA, o Greenville. Parti de uma discussão teórica conhecida nos estudos urbanos para organizar a minha pesquisa: entre o estudo do “habitat” e o estudo do “habitar”, estava me propondo a seguir duas linhas da antropologia bem distintas. Estava interessado pela construção de moradia de alto padrão pois enxergava o “habitat” como um espaço planejado capaz de forçar, modificar, influenciar os movimentos do “habitar”. Neste sentido, precisava delimitar este contexto de pesquisa que considerava como um “ambiente estruturante”, antes de começar o meu estudo prático do habitar. A pertinência da minha proposta vinha justamente deste encontro entre o contexto e a prática, achava que o meu trabalho ia ajudar a entender melhor como esse quadro determinante que chamávamos de local de pesquisa podia ter impactos sobre os comportamentos da população estudada.

Um primeiro período de investigação que chamava etnográfico, exploratório, foi realizado durante cinco semanas no final do ano de 2015. Foi a partir desta primeira experiência e com os seus resultados que comecei a perceber que, talvez, o mais interessante nessa pesquisa não ia ser aquelas entrevistas com os moradores desse novo bairro. Para começar, a construção dos prédios não estava terminada e não havia ninguém para encontrar no local a não ser pessoas trabalhando: pedreiros e engenheiros, corretores e decoradores, arquitetos e financiadores deste projeto de moradia. Foram realizadas quatro visitas com o diretor da PDG (a empresa responsável pela construção), duas com a arquiteta do Greenville e outras duas com o responsável pelas vendas. Gostei de saber que a escolha de um baiano para dirigir a implantação do novo bairro era uma condição necessária para os presidentes paulistas e estrangeiros da empresa PDG – “para facilitar o diálogo”. Gostei também de saber que este diretor regional tinha chamado uma Mãe de Santo no início das obras de desmatamento “para evitar problemas durante a construção” e que um dos engenheiros tinha pedido demissão porque achava o projeto ambientalmente destruidor para a região da bacia hidrográfica de Pituvaçu. O mais interessante foram as minhas conversas com Cida, a moça que vendia picolés em frente à cantina dos pedreiros e que me explicava como funcionava a “vida dos barões” – “eles botam muito dinheiro em escolas particulares, mas os meninos são muito mal-educados”. No entanto, não me aprofundi muito nesses encontros, eram visitas pontuais que somente deviam servir para

preparar o exame de qualificação, como uma colheita de amostras destinadas a serem analisadas por um laboratório. Naquele momento inicial da pesquisa, não estudava o “habitar”, mas o “habitat”, o que importava era a realização daquilo que eu chamava de contextualização.



Figure 7: Greenville, um canteiro de Obra (Fotografia do autor).

Como foi mostrado no capítulo precedente, estava separando o contexto e a prática para proteger o Estado contra o olhar da antropologia. Ignorava que as políticas públicas e a lógica do planejamento da moradia de alto padrão eram fenômenos tão práticos como as formas de habitar das pessoas de carne e osso que eu pretendia encontrar. Quando entendi que a planta de um apartamento e a sua decoração eram elementos da mesma natureza que os comportamentos e discursos dos moradores deste apartamento, percebi que o habitar e o habitat não eram opostos na prática e que esta pesquisa sobre a trajetória de um novo bairro de alto padrão era o passo final de um trabalho etnográfico sobre certas assimetrias do mundo pós-colonial. Não era o primeiro passo para contextualizar as minhas investigações futuras, mas o último momento de uma aventura etnográfica de dez anos sobre as forças que colonizam praças e corpos. Olhar para as desigualdades expressas nas formas de construir as cidades contemporâneas me fez entender que a distância era um dos mecanismos que permitia a naturalização das relações de poder e que este princípio podia funcionar em todas as relações assimétricas. Longe e afastado do outro polo, o lado dominante acaba esquecendo que está inserido em uma relação desigual: atrás dos muros e das leis, ou dos conceitos epistemológicos, os mais ricos se protegem da mesma forma que os antropólogos.

Talvez, o estilo da narrativa a seguir mantenha um certo paralelismo com essa fase que eu chamava de contextualização da pesquisa. A minha escrita ficou marcada por este olhar que se pretende distante e acima da realidade estudada. Mesmo assim, o material reunido abaixo consegue demonstrar como certas relações assimétricas são reproduzidas na arquitetura da moradia de alto padrão e nos processos que permitem a sua implantação no solo das cidades contemporâneas. O ato de construir condomínios fechados de prédios do tipo do Greenville, o bairro que vai ser apresentado a seguir, é uma forma de agir atual que nos informa sobre os mecanismos que normalizam a violência urbana. Depois de ter estudado o projeto de planejamento da cidade de Brasília, basearemos neste exemplo para apresentar o bairro de

Patamares, local onde se encontra o Greenville, e veremos como essas análises espaciais podem interessar a antropologia. A seguir, percorreremos a microrregião ao redor do Greenville e as várias etapas administrativas, jurídicas e políticas que permitiram a construção do novo bairro, revelando o quanto a produção da segregação residencial é uma condição histórica da ocupação do chão da capital baiana, ainda claramente presente nos recentes projetos habitacionais da cidade. Enfim, fecharemos com a descrição desta proposta de moradia. O objetivo deste capítulo é apresentar mais um olhar simétrico sobre as relações assimétricas, basear-se em uma nova ontologia relacional que considera a condição fenomenológica dos seres – estar no meio dos outros – para abordar um novo tipo de relações de poder. Ou seja, para permitir uma antropologia das sociedades complexas e dos movimentos do Estado devemos considerar o construir a cidade com a mesma importância que o habitar a cidade. Na verdade, se “este, o construir tem aquele, o habitar, como meta” (HEIDEGGER, 2005), a proposta é entender que há poucas diferenças entre os dois – “construir não é, em sentido próprio, apenas meio para uma habitação. Construir já é em si mesmo habitar” (2005).

O exemplo da cidade de Brasília

Durante essa fase de “contextualização”, para tratar da industrialização da cidade de Salvador uma ampla revisão bibliográfica foi realizada sobre o plano econômico-industrial oneroso de Juscelino Kubitschek: “50 anos em 5” era a sua proposta para estimular o desenvolvimento acelerado do país no tempo do mandato presidencial, de 1956 a 1961. Nesse “Programa das 30 metas do presidente Kubitschek” não tinha 30 medidas como indicado, uma das principais iniciativas foi a META 31, a última, inexistente no plano inicial e adicionada pelo presidente Kubitschek depois da primeira reunião ministerial em 1956<sup>58</sup>. Foi a medida mais importante do “Programa de Metas”, aquela que reforçou de vez o poder e o controle do Estado sobre o território brasileiro e indicou um caminho urbanístico que marcou o pensamento sobre a cidade moderna: o planejamento foi total. É neste sentido que uma volta sobre o Plano Diretor de Brasília pode interessar. O Plano de Patamares inspirou-se claramente do Plano Piloto de Brasília de Lúcio Costa e os dois revelam a violência das intervenções do Estado sobre os lugares onde vivemos.

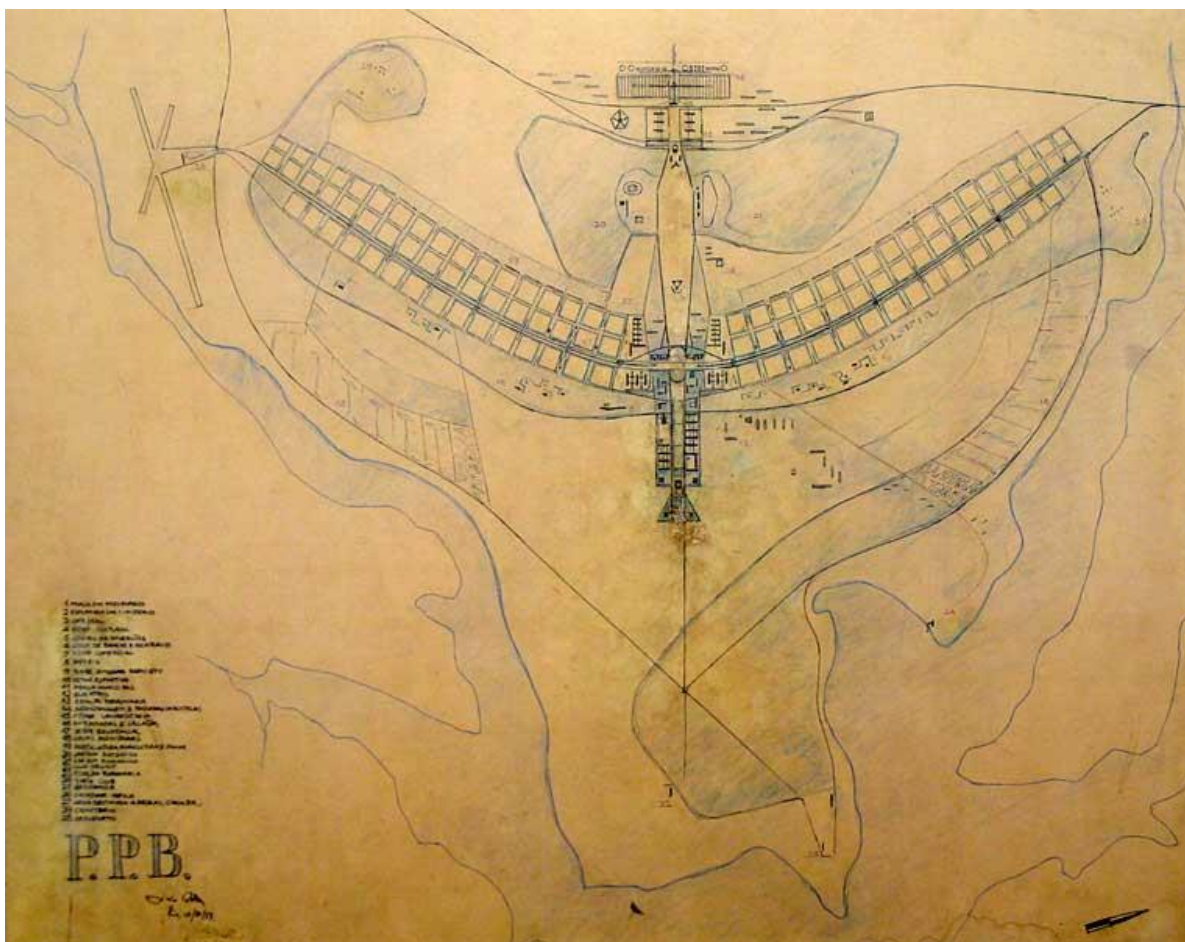
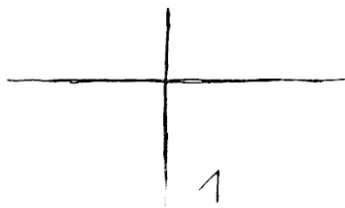


Figure 8: Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lúcio Costa, 1956.

O arquiteto Lúcio Costa ganhou o concurso da NOVACAP, ainda em 1956, com a proposta do Plano Piloto de Brasília (PPB) que aparece acima. O exemplo da cidade de Brasília é interessantíssimo para esta pesquisa sobre a construção de um novo bairro inteiramente planejado na cidade de Salvador: por certo, essa experiência de planejamento total em grande escala tem vários pontos em comum com a elaboração do Greenville. Na verdade, essas similaridades revelam principalmente a continuidade e a marca dos ideários modernos na concepção de um planejamento urbano. Assim, um olhar atento sobre o relatório que Lúcio Costa submeteu à NOVACAP (COSTA, 1956) permite entender alguns traços dos modelos de urbanização ideais vigentes até hoje. A começar pela proposta de construir inteiramente uma nova cidade de grande porte, “partindo do zero”, de um lugar onde supostamente não há construção ou habitar humano prévio, já é um ideal muito enraizado na própria prática profissional dos urbanistas e arquitetos – e não somente –, que fala bastante deste habitar moderno. A invisibilidade de qualquer elemento presente antes da construção demonstra a violência da cegueira do planejamento das cidades. Para esses técnicos da cidade e do urbano, o construir-habitar ideal deve passar por um plano<sup>59</sup>, um projeto<sup>60</sup>, que sempre começa com uma página branca. O primeiro ponto e o primeiro esboço do relatório de Lúcio Costa, o

primeiro traço na página branca do Plano Diretor da nova capital do Brasil não podia ser mais expressivo desta perspectiva moderna:



1 – Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz (fig. 1).

(Primeiro ponto do Relatório do Plano Diretor de Brasília).

No relatório, este pressuposto – que pode haver construção em cima de nada – junta-se a um outro pressuposto sobre a planificação: há vantagens em começar um plano do zero porque, desta forma, o que irá existir na realidade será o que aparece no plano e só o que aparece nele. Assim, partir de uma página branca garantiria ao arquiteto que nenhuma presença que não fosse prevista se inserisse no plano. O plano vem fechado, completo, por esta razão, qualquer imprevisto ou elemento de fora que não seja antecipado, pode ser visto como perigo: não há vazios e lapsos em um espaço planejado, todos os intervalos foram preparados para acolher certos tipos de movimentos específicos previamente identificados. Nestas condições, um novo elemento inserido não encontraria espaço livre para se mover, nem posição para ficar. Não há espaço para algo ou alguém que não serve ao objetivo definido pelo plano, senão, um bom planejador já teria lhe atribuído um lugar.

De fato, o arquiteto sempre planeja e limita um espaço em vista de um objetivo maior, é exclusivamente com esse fim que elabora o plano. O plano consiste em antecipar todos os movimentos possíveis que servirão a esse objetivo e a conceber espaços apropriados para canalizar cada um desses movimentos. “Sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo” (COSTA, 1956), o desafio principal do planejador é articular, organizar esta fragmentação dos espaços do plano em um todo coerente que reúne de forma integradora o espaçado assim constituído. Com efeito, o plano diretor de Brasília – o ordenamento e a racionalização do solo, assim como a antecipação e a fixação dos movimentos que ali iriam acontecer – foi exclusivamente pensado em uma só direção: a construção de “uma cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente” (1956).

Na verdade, Lúcio Costa, um “maqui do urbanismo” (COSTA, 1956), sabia que pessoas iriam habitar nesta cidade e que elas não iriam somente “trabalhar de maneira eficiente”. Brasília foi “concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital” (COSTA, 1956). Porém, mesmo se o arquiteto evoca esta noção de “*civitas*” – “a dimensão pública da vida coletiva” (ROLNIK, 1988: 20) – e apesar de uma outra ressalva sobre a noção de monumentalidade<sup>61</sup>, a

sua compreensão da “escala do homem” é longe da “poética do espaço” que fazia pensar Bachelard, azar do calendário, no mesmo ano de 1956 (BACHELARD, 1956).

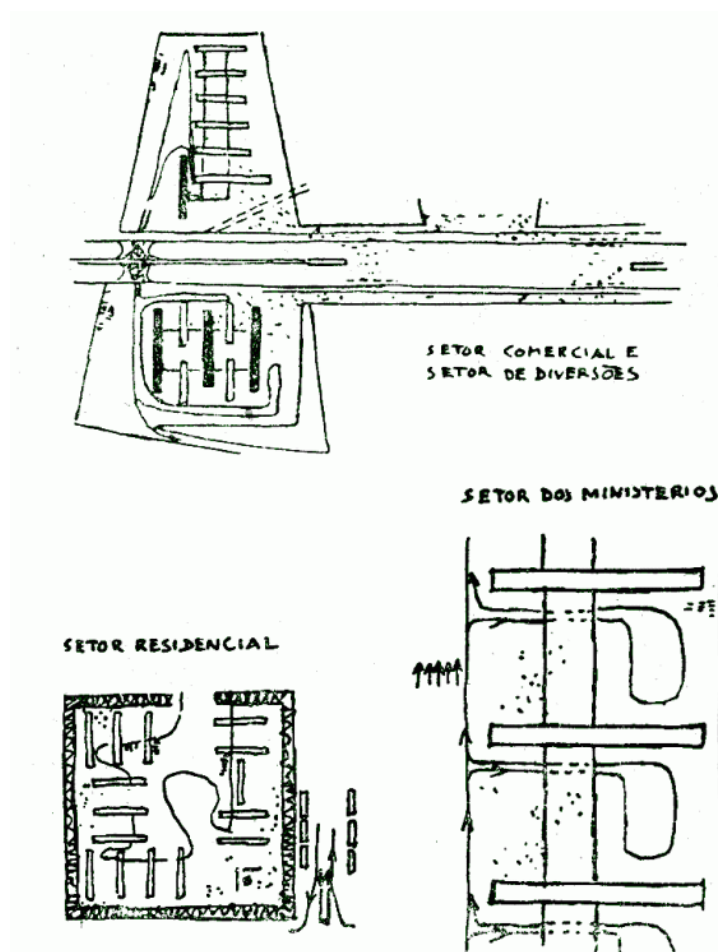


Figure 9: Esquema de Brasília, PDB (COSTA, 1956).

e o hospício ficam levemente afastados do corpo de bombeiro ou da prefeitura de polícia –, os quartéis, as zonas destinadas ao armazenamento, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, a zona ferroviária e o sistema viário, os parques e praças, o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais e, ainda, os amplos setores do varejo comercial (1956). Todos os espaços têm uma função no Plano Diretor da nova capital brasileira, nenhuma árvore de Brasília está lá por acaso, elas servem a algo maior, tem uma utilidade para a decoração dos espaços de lazer dos habitantes e o sombreamento das calçadas (1956). Há espaços livres deixados à disposição do mercado imobiliário para especular sobre o preço da terra, mas tampouco há muita liberdade, os edifícios não poderão ultrapassar seis pavimentos e a “separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres” (1956: Ponto 14) deverá ser respeitada. Até a distribuição dos tipos de comércio ou a celebração de ritos funerários submetem-se ao estrito ordenamento do solo urbano:

O plano de Brasília inspirou-se claramente nas obras do arquiteto Le Corbusier<sup>62</sup>, um europeu, que definia e seguia a mesma linha urbanística, pensando a cidade como uma máquina, como “um mecanismo de relojoaria” (ROLNIK, 1988: 55). Nesta perspectiva, todas as partes da cidade de Brasília foram planejadas para responder a um uso definido, “cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função” (COSTA, 1956). Assim, há o setor residencial, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal – onde o penitenciário

O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens, etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina (1956: Ponto 16).

Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. (1956: Ponto 19).

Ainda, quando Costa definiu o sistema viário da sua nova cidade, a própria numeração urbana proposta confirma essa busca de sempre mais precisão na dominação do espaço, condição do controle estatal do solo urbano. Em Brasília, para achar “a casa do Seu Chico, ali em cima, do lado da mangueira” (DA MATTA, 1997: 30), só precisa de letras e números: ninguém sabe onde é a mangueira, nem quem é o Seu Chico, mas todos sabem que se ele mora no “N-Q3 – L – A201” ele se encontrará no segundo pavimento de um prédio da metade Norte da cidade, na quadra 3, no bloco residencial L, no segundo andar, no apartamento 201 A (COSTA, 1956: Ponto 19). Seguindo a mesma lógica, as similaridades entre as lógicas de circulação definidas por Raquel Rolnik e o Ponto 3 do Plano Diretor de Lúcio Costa são mais que evidentes:

O elemento essencial dos planos barrocos é a circulação: ruas retas, alinhamento das casas, desobstrução dos nós que não permitem a passagem. Vinculado a este, outro elemento importante é a visibilidade do poder – daí a construção do grande eixo monumental, bordado por edifícios públicos ou a eles convergindo (ROLNIK, 1988: 60).

Houve o propósito de aplicar princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local e dispendo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais (COSTA, 1956: Ponto 3).

O que importa lembrar nessa forma de organizar os espaços onde vivemos é que a lógica do planejamento urbano não é própria a cada cidade ou cada região do planeta. Existem modelos hegemônicos bem definidos que servem a organizar o espaço urbano para a rentabilidade do Capital e para fornecer um quadro jurídico legal estimulando a sua exploração – “modelos homogêneos de cidade e cidadão impostos ao conjunto da sociedade como regra” (ROLNIK, 1988: 67). São esses modelos que definem a cidade formal aqui estudada – “Are favelas not filled with what many would call formal urban relations?” (LINO E SILVA; DOHERTY, 2011). É nesta perspectiva que a análise da “história social” e da “biografia cultural” do Greenville faz sentido (APPADURAI, 2010: 52), as inspirações dos urbanistas que orientaram a construção deste novo bairro de alto padrão, tal como a sua arquitetura ou as etapas da sua implantação, nos revelam os movimentos que permitem a reprodução das desigualdades no solo soteropolitano.

## O loteamento Patamares



Figure 10: Mapa de Salvador, situação do bairro de Patamares (GoogleEarth, 2016; grifos do autor).

O bairro de Patamares, local onde se encontra o novo bairro em questão, situa-se no litoral norte da cidade de Salvador, no vetor de expansão da orla atlântica, o mais valorizado da cidade. A história da criação do loteamento começou na época que seguiu a Lei da Reforma Urbana<sup>63</sup>, 30 anos antes do Greenville ser construído na área. O bairro de Patamares foi um caso exemplar da especulação fundiária posterior ao ano 1968, ele foi parcelado antes dos investimentos dos poderes públicos no vetor de expansão da orla atlântica, o que ajudou claramente na valorização das terras. Conforme os dados coletados por Margarete Oliveira, as áreas da Avenida Paralela, como o futuro lote do Greenville, pertenciam a particulares, “é possível perceber que mesmo após décadas da edição da referida lei verifica-se a presença dos latifúndios urbanos, grandes glebas em mãos de particulares, que, supostamente, deveriam ter sido eliminados pelo ato do Executivo de 1968” (OLIVEIRA, 2013: 128).

Foi em dois artigos da imprensa do ano 1973 – um do Jornal A Tarde (JAT, 1973), em fevereiro; o outro do Diário de Notícias (DdN, 1973), em junho – que as primeiras informações sobre o “Plano Diretor de Patamares” foram encontradas. Patamares foi “considerado o primeiro bairro integrado da América Latina” (JAT, 1973), em “uma área urbanizada de cinco milhões de metros quadrados [capaz] de assegurar o máximo de criatividade aos proprietários e arquitetos” (DdN, 1973). Segundo o Jornal A Tarde, a elitização do planejamento foi bastante evidente: “adotando uma linha essencialmente humanista dentro da mais moderna técnica de urbanização, o Plano Diretor limita a ocupação da área a 30 habitantes por hectare, muito



embora o novo Código de Urbanismo da prefeitura admita uma ocupação de até 400 moradores por hectare”. Ou seja, a moradia em Patamares foi originalmente planejada respeitando o distanciamento necessário para satisfazer os ideais de moradia urbanos das elites da época, revelando a tenacidade da associação mecânica feita pelos planejadores entre densidade populacional e qualidade de vida, proposta que perdurou com a implantação do Greenville<sup>64</sup>.



Figure 11: Boletim Patamares, (DdN, 30.06.1973).

privilegiado e exclusivo, com uma densidade dez vezes menor do que no resto da cidade, continuou claramente presente na proposta do Greenville: a desproporção da quantidade de áreas verdes por metro quadrado e por habitante do bairro em comparação com o resto de Salvador lembra as medidas do Plano Diretor de Patamares.

Ainda, neste planejamento autoss segregacionista dos anos 1970, havia uma advertência destinada aos arquitetos e proprietários, responsáveis por impedir “que Patamares venha a sofrer, em futuro, qualquer tipo de poluição, seja sonora, atmosférica ou visual, entre outras” (DdN, 1973). De novo, esta novidade no planejamento de Patamares – o lugar acordado às questões de ordem ambiental, à garantia da “preservação das áreas verdes, que ocuparão quase três quintas partes da área total, notadamente nos vales, com vegetação ‘in natura’” (JAT, 1973) – coloca o projeto do Greenville em uma estreita continuidade: as Áreas de Preservação Permanente, as famosas APPs existentes desde o Código Florestal de 1965<sup>65</sup>, representam, no Greenville, em média 40% dos lotes.

Uma outra medida do ordenamento do solo desta nova área de Salvador parecida com a do Greenville diz respeito ao sistema viário. Marco do habitar modernista que prioriza a fluidez da circulação na cidade – como vimos no caso de Brasília –, a separação das vias de pedestres

Aliás, a grande diferença entre o planejamento de Patamares e o do Greenville foi a preferência por edificações horizontais, pela construção de casas e não de prédios. O planejamento da moradia de alto padrão na região mudou bastante até chegar às atuais torres de quase 30 andares cuja construção está sendo discutida: a distância se verticalizou. No entanto, o objetivo de criar um espaço

e dos veículos, assim como a ausência de cruzamento nas pistas de alta velocidade é explicitada no Plano Diretor de Patamares quase com as mesmas palavras que no plano de Lúcio Costa: “conforme a técnica mais moderna, o sistema viário do Projeto Patamares não terá um só cruzamento, incluindo-se no plano caminhos só para pedestres” (JAT, 1973). Como se pode esperar, esta proximidade com o planejamento da capital do Brasil não é mera coincidência. Além de ser fruto de um padrão modernista de fazer-cidade e de uma abordagem urbanística que enquadra o habitar em um ordenamento do solo rígido, o Plano Diretor de Patamares foi, sobretudo, elaborado pela arquiteta Maria Elisa Costa, filha do próprio Lúcio Costa, e ele mesmo assinante do projeto como consultor. O Escritório Costa, na linha dos planejamentos precedentes, pensou em todos os detalhes da ocupação do solo de Patamares<sup>66</sup>, ele também foi encarregado de realizar os planos de certas casas dos condomínios deste novo bairro e contratou Burle Marx, paisagista internacionalmente reconhecido, para cuidar desses cinco mil hectares de reserva de mata atlântica.

#### A vizinhança do Greenville

Foi a partir dos anos 2000 que neste espaço geograficamente afastado do centro da cidade a construção de condomínios residenciais fechados de alto padrão veio acabar com “o último grande espaço vazio inserido na área urbana de Salvador capaz de comportar grandes empreendimentos e absorver parte significativa do incremento populacional previsto para os próximos anos no Município” (FERREIRA T., 2009: 37). Se, desde a sua criação, Patamares foi escolhido como um bairro “naturalmente planejado para a moradia das elites”, trinta anos depois, os terrenos desta região da orla atlântica eram mais valorizados ainda. Ainda que a versão de 2009 do dicionário Houaiss de língua portuguesa não o considerasse, no mundo pós-colonial, certas separações não fazem muito mais sentido, a não ser para reforçar uma postura imperialista. De fato, como os dados do IBGE já indicavam no início do século, a configuração da paisagem das cidades mundiais mudou nas últimas décadas e Patamares não é, desde a sua criação, esse “subúrbio carente do terceiro mundo”.

Subúrbio, substantivo masculino:

1. No Terceiro Mundo, periferia das cidades ou aglomerado de terrenos de difícil utilização, carentes de serviços, nos quais o valor da terra é baixo e o transporte, precário, sendo, por isso, seu valor locativo o único acessível às classes menos favorecidas;
2. Nos países desenvolvidos, área de expansão espacial das cidades resultante da formação de uma classe média de renda alta, que busca localização residencial na qual desfrute de um espaço confortável e ambientes saudáveis, relativamente próximos do centro urbano

(HOUAISS, 2009)

Na área de ponderação “A” da bacia hidrográfica de Pituaçu – incluindo Patamares, Pituaçu, Piatã e Bate Facho –, havia, nos anos 2000, 27.731 habitantes, 85,5% de pessoas de cor ou raça parda e branca, um rendimento nominal médio mensal por domicílio de R\$ 2.996,00 e 99,9% dos domicílios com iluminação elétrica, 98,7% com coleta de lixo. Considerando somente Patamares, uma população de 4.021 habitantes, 0,16% da população de Salvador, um quarto dos chefes de família ganhavam de 5 a 10 salários mínimos e a metade tinha de 11 a 14 anos de estudos. Assim, todos os empreendimentos lançados em Patamares a partir dos anos 2000 foram construídos para completar a oferta de imóveis de alto padrão no mercado imobiliário da Salvador: a região continua altamente valorizada.

A principal mudança foi a verticalização desses novos projetos habitacionais, no sentido oposto às prerrogativas do Plano de Patamares que preconizava a construção de casas. Devido à presença histórica desse tipo de moradia na região – como nos bairros fechados de casas Colina A, B, C. –, Patamares destaca-se, ainda hoje, como um dos principais bairros de condomínios fechados de casas de Salvador (PLANO 500,2015: 165, 169). No entanto, os novos projetos habitacionais implantados nessa área da cidade são, em grande maioria, verticais. Com efeito, o terreno do Greenville e dos outros novos bairros de prédios de Patamares cercam, hoje, os antigos condomínios de casas<sup>67</sup>. Em 2002, a região viu surgir o primeiro novo bairro vertical de residência de alto padrão com o lançamento do famoso Alphaville, um modelo nacional de bairro planejado que marcou a nova fase de urbanização dessa parte norte da orla atlântica de Salvador. A inauguração desse novo espaço de moradia soteropolitano foi seguida, dois anos depois, pelas primeiras concessões dos poderes públicos a favor da construção do Greenville pela empresa PDG – medidas tomadas por decreto, um método bastante representativo da natureza dos processos administrativos, políticos e jurídicos que permitiram a implantação do novo bairro. Antes de tratar de alguns detalhes dessas batalhas da empresa PDG com a máquina estatal, primeiro, apresentaremos esses novos condomínios delimitados no mapa abaixo, os vizinhos e primos do Greenville.



Figure 12: Recém condomínios construídos em Patamares (Elaboração do autor; Google Earth, 2016).

Alphaville é o nome de um filme de ficção realizado por J.L Godard em 1965, ele trata de uma cidade imaginária, sem humanidade, controlada por uma máquina, o computador Alpha 60. No Brasil, Alphaville é também “a principal urbanizadora do país presente em 22 estados com projetos que reúnem infraestrutura e urbanismo de qualidade superior e consciência ambiental”<sup>68</sup>. Ela é “a franquia urbanística mais antiga no Brasil, [...] criada há quase 40 anos” (FERNANDES, 2013: 98). Apesar da sua especialização em loteamento fechado de casas, em Salvador, quase 50% da área do condomínio Alphaville foi destinada à construção de mais de 30 prédios. Prevista para acolher 2.160 moradores, a área total deste novo bairro planejado de Patamares é de 1.300 mil metros quadrados, muito menor do que os seis milhões do precedente empreendimento da Alphaville Urbanismo em Belo Horizonte, que “os ingleses construíram, os americanos projetaram, e você vai comprar”<sup>69</sup>. No entanto, para a capital baiana, a implantação do Alphaville foi marcante. O espaço ocupado pelo novo bairro representa quase um quarto da área total de Patamares e foi a maior proposta da época em tamanho com a perspectiva de criar “espaços para se viver bem. Espaços onde projetos e sonhos se tornem realidade. Onde vizinhos formem verdadeiras comunidades. Onde zelar pelo meio ambiente seja tarefa e direito de cada um”<sup>70</sup>.

Assim, depois do lançamento do Alphaville, o bairro de Patamares ganhou uma nova dinâmica: outros condomínios de prédios de alto padrão do mesmo tipo, mas bem menores, foram implantados em volta das casas de mais de um milhão de reais dos condomínios Colina. Por exemplo, o condomínio Le Parc, colado ao Alphaville, é um bairro habitacional planejado para o lazer e a diversão, é um resort: um conceito já “presente em três cidades brasileiras e

definido como um ‘resort residencial’, que alia moradia a enorme complexo central de piscinas e mais de 70 itens de lazer e serviços<sup>71</sup> (FERNANDES, 2013: 99). Um outro empreendimento parecido, Terrazzo da Bahia, foi também construído recentemente nas proximidades, mas o Le Parc é o maior com essa proposta de “apart-hotel” ou “flat”, composto por apartamentos de 101 à 248m<sup>2</sup>, concentrados em 18 torres. Cada torre deste condomínio é separada por apenas 20 metros de distância e todas são nomeadas com palavras estrangeiras ligadas à natureza – uma em inglês, *Fountain*, e 17 em francês, como *Lune*, *Soleil*, *Belle Air*, *Jardin* ou *Rivière*<sup>72</sup>. A denominação desses locais de moradia é, inclusive, um dos elementos evidentes que permitem a reprodução do imperialismo europeu e norte americano no cotidiano soteropolitano.

A construção desse tipo de residência fechada em prédios altos invadiu até a área do Colina A e outras zonas de mata atlântica ainda não ocupadas na região. Assim, foram lançados cinco condomínios da Construtora Chroma, todos denominados em língua italiana, com o mesmo registro lexical dos prédios precedentes – Residenza Giardino Reale, Residenza Collina Reale, Residenza Vista Reale<sup>73</sup>; dois prédios da construtora Gatto, o Giardini Naxos e o Palazzo Santa Marinella que pretende ser “um empreendimento luxuoso e apaixonante, moderno e confortável. Cheio de elegância, qualidade de vida e exclusividade”<sup>74</sup>; um prédio da RPH Engenharia, o Alta Vista Patamares; um da construtora Concreta, o Biarritz; um da Via Célere, o Première Jaguaribe; o Terrazzo Salvador da Souza Netto Engenharia ou a Mansão Baía da Santorini; etc.. Todos esses novos empreendimentos são baseados nas mesmas concepções arquiteturais e urbanísticas: todos manipulam as noções de “qualidade de vida”, “conforto”, “luxo”, “natureza” e “segurança” de forma similar e todos oferecem apartamentos em prédios altos, considerando este quadro de vida ideal para as classes soteropolitanas mais ricas.

É nesse contexto imobiliário e no mesmo período que o Greenville nasceu em Patamares, com uma proposta de moradia de alto padrão similar aos outros empreendimentos da região. No entanto, o novo bairro da empresa PDG destaca-se por ser bem maior, superando até o Alphaville em quantidade de unidades habitacionais: a sua área total chega quase a um milhão de metros quadrados e representa, com o Alphaville, a metade do bairro de Patamares. Ainda, uma particularidade fundamental desse novo espaço planejado é o seu estatuto jurídico: ao invés dos outros empreendimentos evocados, o Greenville (como o Alphaville) não é um condomínio, mas um bairro: ao redor dos seus condomínios de prédios, há espaços públicos. Esse detalhe é fundamental para entender a violência urbana e como ela é normalizada pelo uso da cidade.

Esses condomínios cercados dependem, como os outros empreendimentos da região, da Lei nº 4.591/64, a Lei de Condomínio – que cria a copropriedade dos espaços coletivos,

atribuindo a cada proprietário “frações ideais sobre a área total do terreno” (FREITAS, 2008: 99). Porém, o bairro do Greenville não é um desses espaços fechados, os seus jardins e ruas não pertencem só aos moradores, mas ao Estado, a todos nós. O estatuto jurídico do novo bairro do Greenville depende de uma outra legislação, é um bairro loteado conforme a Lei nº 6.766/79, chamada Lei Lehmann, “que define procedimentos para o parcelamento do solo urbano em lotes, prevendo a abertura de novas vias de circulação e a criação de áreas de uso comum do povo” (2008: 97). As estratégias para privatizar esses espaços comuns já são bem conhecidas, existem técnicas indiretas para privatizar os espaços públicos (CALDEIRA, 2000: 274)<sup>75</sup>, ou até ações diretas, como no loteamento vizinho, Colina C, onde o acesso é controlado por uma portaria e fechado por um portão.

O Greenville seria um empreendimento parecido com o Alphaville, por seu tamanho, seu estatuto jurídico e a sua importância na região, mas os seus prédios são mais altos, de 25 a 30 andares, e os seus condomínios são maiores, com 3 ou 4 prédios. Ainda, o Greenville destaca-se por ser o único projeto de grande porte na região de Patamares, que não é uma cópia de um modelo existente: o novo bairro é uma experiência exclusiva à capital baiana, foi especificamente para os soteropolitanos que foi planejada esta moradia de alto padrão. Um outro ponto crucial para entender a proposta do Greenville é a presença das Áreas de Proteção Ambiental (APP) nos espaços públicos do bairro e em cada condomínio. Como foi abordado, o conceito de natureza e as áreas verdes ajudam os mais ricos na sofisticação dos seus mecanismos de distinção e de segregação, muito dos empreendimentos da região têm nomes inspirados por um registro lexical ligado à natureza. Mas, nesse sentido, o caso do Greenville é exemplar, o nome do empreendimento fala por si só. A “cidade verde”, feita de uma mistura de palavras inglesa e francesa, oferece aos seus moradores, de fato<sup>76</sup>, uma vasta área para eles se sentirem os guardiões da “natureza intocável” (DIEGUES, 1996). Além do mais, as 18 torres do novo bairro ergueram-se em volta do “Vale Encantado”, um parque municipal que poucos privilegiados tiveram a oportunidade de conhecer e que não podia aparecer nos mapas abaixo, já que a sua delimitação nunca foi realizada. Aliás, os 350 mil m<sup>2</sup> de área de proteção ambiental de reserva de mata atlântica, que servem de argumento de marketing para a venda dos apartamentos do Greenville, são resíduos preciosos, que devem ser sobrepostos com o traçado possível desse parque fantoche.



Figure 13: Vista aérea do Greenville antes da construção, em 2005 (GoogleEarth, 2016, grifos do autor).

Nesta fotografia aérea de novembro de 2005, aparecem somente algumas casas do loteamento Colina C e do condomínio Alphaville, nenhum dos seus atuais prédios. O lote do Greenville é ainda uma floresta, sem construções aparentes nem estradas, como outros lotes da região. Os 30% a 40% de Área de Preservação Permanente (APP) presentes em cada condomínio do Greenville são os restos desta mata atlântica, cujos moradores têm hoje a obrigação de preservar. Sobretudo, se as áreas de preservação do condomínio esverdeiam a proposta de moradia, elas permitiram legitimar para os poderes públicos a implantação do Greenville nesses hectares de floresta. Os 350 mil m<sup>2</sup> de APP do Greenville não foram preservados na única perspectiva de satisfazer a demanda dos possíveis compradores em busca de mais natureza, mas foi a contrapartida das incorporadoras para permitir a extinção das remanescentes de mata atlântica presentes neste local. São decisões políticas que restringiram as áreas de proteção ambiental, desafetaram e venderam os espaços da cidade para o mercado imobiliário e autorizaram o desmatamento. Como sempre, o poder público é o primeiro a auxiliar as grandes empreiteiras, é ele que as autorizou a invadir o chamado Vale Encantado, o parque fantoche evocado, para construir uma moradia luxuosa destinada às elites da cidade de Salvador. São esses movimentos que nos falam dos mecanismos que permitem a reprodução das desigualdades: o nosso trabalho interessa-se pelas coisas vivas, porque é assim que conseguimos revelar os gestos que fazem existir o Estado e o Capital, trazê-los para vida (INGOLD, 2012) é identificar os momentos precisos em que eles atuam.

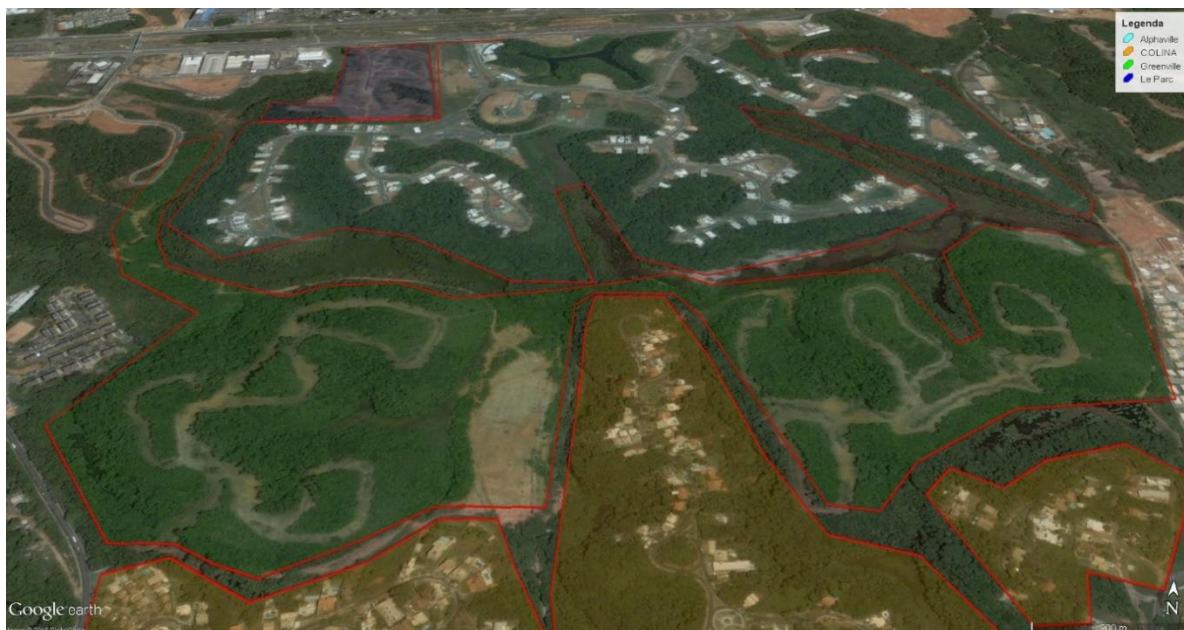


Figure 14: Vista aérea do Greenville, primeiro desmatamento, em 2006 (GoogleEarth, 2016; grifos do autor).

O primeiro desmatamento da área pode ser datado entre o mês de agosto e de novembro de 2006. Desde o dia 30 de dezembro do ano de 2004, o loteamento Greenville tinha sido aprovado pelo Decreto nº 15.459, mas precisava ainda da “Autorização de Supressão de Vegetação do órgão ambiental competente” para intervir nessas “áreas que possuíam floresta ombrófila densa secundária em estágio médio de regeneração” (Art. 3). Assim, mesmo se, em julho de 2007, o sistema viário do novo bairro foi aprovado – ainda por decreto –, e mesmo se, nesse período o Le Parc e os prédios do Alphaville já estavam em construção, a PDG teve que esperar o final do ano de 2008 para derramar as primeiras camadas de asfalto no Greenville.



Figure 15: Vista aérea do Greenville, primeira camada de asfalto, em 2007 (GoogleEarth, 2016; grifos do autor).



## A trajetória do Greenville

Entrar em detalhe no processo administrativo e jurídico que legalizou a criação desse novo bairro de alto padrão é uma tarefa bastante complicada. Numerosos decretos e leis municipais, estaduais e federais, decisões judiciais foram necessários para autorizar a criação do Greenville. Analisar o conteúdo dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Salvador, das Leis de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUS) e das diversas emendas existentes, ajuda a entender a base jurídica que legitimou a construção na área em questão, mas ainda traz poucas informações sobre o caminho percorrido para essas tomadas de decisão. Mesmo se não realizarmos uma investigação mais completa, esta deveria dedicar-se à análise do *lobby* exercido pelos grandes financiadores e das suas relações com os representantes políticos; é nos corredores da Câmara Municipal ou no gabinete do prefeito que encontraríamos, provavelmente, mais detalhes sobre os mecanismos cotidianos que movem as políticas urbanas. Também, um estudo de parentesco, tão caro ao antropólogo, permitiria revelar o poder de certas famílias da elite soteropolitana e deixaria mais claro, tanto a conivência entre o meio político e as fortunas locais, quanto a filiação entre as decisões do famoso ACM e do seu neto, atual prefeito da cidade.

Além disso, na medida em que existem outras esferas legislativas que a municipal, onde é decidido o desenvolvimento urbano de Salvador, a análise das autorizações que deram origem ao Greenville complica-se. As políticas urbanas são aplicações da Constituição e de lei federais – como o Estatuto da Cidade evocado, a chamada Lei Lehmann<sup>77</sup> ou o Código Florestal – e essas disposições federais também passaram por um processo político complexo, pressionado pelo capital financeiro e por outros interesses privados.

Ainda, querendo entender como essa construção foi permitida pelos poderes públicos, teria que falar dos diversos organismos, conselhos e instituições das secretarias que aplicam ou regulam essas decisões legislativas – como a SUCOM<sup>78</sup>, a COMAM<sup>79</sup> e a SECIS<sup>80</sup> no Município; a SEDUR<sup>81</sup>, a SEMA<sup>82</sup> no Estado e o Ministério das Cidades ou o Ministério do Meio Ambiente na escala federal. Essas inumeráveis estruturas responsáveis pelo controle das políticas urbanas são, igualmente, sujeitas a manobras e trâmites institucionais complexos que desnaturam o possível conteúdo público das bases legais para favorecer o mercado e a comercialização das cidades.

Enfim, um outro aspecto fundamental neste estudo são as disputas judiciais. Entender como as grandes incorporadoras conseguiram construir 18 torres no meio dos restos de mata atlântica de Salvador, sem levar em consideração os numerosos processos que responderam, seria esquecer uma grande parte das suas conquistas. Da mobilização de cidadãos isolados ou

em associação aos inquéritos do Ministério Público, existem centenas de casos em que o órgão judicial teve que se pronunciar para desembargar parte das obras do Greenville. Se foi graças a essas decisões favoráveis dos tribunais que o empreendimento conseguiu ser realizado, teria que acompanhar as ações existentes envolvendo o novo bairro, mesmo se é um trabalho de longo prazo: de um lado existem muitos tipos de conflitos que podem impedir a construção – trabalhistas, ambientais entre outros; do outro lado, não é unicamente a incorporadora do Greenville que sempre foi incriminada, são várias as empresas participando das obras, seja de construção ou de transportes, que foram alvo dos ataques judiciais. Nessa perspectiva, da mesma forma que no caso da descrição dos processos legislativos ou administrativos, a densidade dos dados judiciais encontrados sobre essa área de Salvador complica a descrição das tomadas de decisões necessárias para a implantação do novo bairro de alto padrão.

É importante entender que o tamanho dessa burocracia tem um sentido, ele é feito para nos fazer acreditar no tamanho da máquina estatal. Quaisquer que sejam as pistas seguidas para entender como o Greenville foi criado, nos decretos e leis municipais, nos diversos processos das secretarias e outros órgãos do executivo, nos Diários da Justiça do Estado da Bahia ou no Estatuto da Cidade, é a estrutura do Estado que aparece. Essa complexidade do sistema judicial, legislativo e executivo é estreitamente ligada às pressões do Capital, que descaracterizam e falseiam a índole pública das instituições. De fato, o crescimento de formas complexas de administração estatal, a máquina burocrática, limita o controle do cidadão sobre os processos democráticos: “tecnocracia e democracia são antitéticas, se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer” (BOBBIO, 1986: 34). Desta forma, pode-se presumir que, para entender o percurso político-jurídico que permitiu a um grupo de empresas construir o Greenville, faz-se necessário um entendimento geral das relações entre o Capital e as políticas públicas, um conhecimento afiado da máquina administrativa e judiciária do Estado brasileiro, do seu jargão, uma familiaridade com o direito empresarial e um tempo consequente para realizar as investigações.

Uma vez entendido que estas condições de pesquisa somente servem para distanciar o Estado e o Capital da prática, tem que perceber que são gestos cotidianos que permitem reproduzir as desigualdades e que, para um antropólogo engajado à esquerda (GOLDMAN, 2014), o Estado não fica acima de nada, nem de ninguém. Assim, abordarei brevemente alguns aspectos desse complexo processo, particularmente no que diz respeito à questão ambiental. Principal argumento publicitário do Greenville, foram as áreas de mata atlântica que pediram mais trabalho para poder legalizar o empreendimento. Vou, portanto, apontar certas medidas e

decisões políticas ou judiciais relativas a essas dificuldades e complicações para dar conta de uma parte do caminho percorrido por este novo bairro vertical de condomínios fechados.

O primeiro passo consiste em conhecer um pouco mais a legislação ambiental brasileira e entender como o Estado Federal trata a proteção, a preservação, a conservação do meio ambiente e da sua diversidade, ou seja, de que forma ele garante a não destruição da natureza. O Artigo 255 da Constituição de 1988 já deixa claro que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Quanto ao Primeiro Artigo da principal base legislativa brasileira, que trata das questões ambientais – a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 –, ela estipula também, claramente, a postura do estado sobre essas questões:

~~Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.~~

O trecho foi tachado, assim como no site do Planalto, pois a lei foi revogada recentemente pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Esta reforma do Código Florestal suscitou bastantes polêmicas que podem aqui nos interessar. Defendido pela grande parte dos deputados – os mesmos cujos partidos são financiados pela JBS<sup>83</sup> e outras empresas do agronegócio –, a nova versão mudou bastante os princípios da Lei de 1965. Isso, desde o seu Primeiro Artigo: considerar as florestas como “bens de interesses comum” não parece mais a prioridade do Estado.

~~Art. 1º A. Esta Lei estabelece normas gerais com o fundamento central da proteção e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa em harmonia com a promoção do desenvolvimento econômico, atendidos os seguintes princípios:~~

Este trecho foi também tachado, como no site do Planalto, pois o Artigo foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff<sup>84</sup>. De fato, declarar, no Primeiro Artigo do Código Florestal, que o fundamento central da proteção do meio ambiente deve servir à promoção do desenvolvimento econômico foi, no mínimo, uma tentativa infeliz de esconder que as leis federais são ditadas pelas grandes empresas e pelo Capital. No entanto, a versão mais edulcorada do mesmo Código Florestal, a nova Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, não deixou a devoção do Estado ao mercado capitalista menos flagrante: as florestas desaparecem do Primeiro Artigo para se tornar áreas de preservação, reservas, produtos florestais, espaços e objetos racionalizados cuja gestão necessita de instrumentos econômicos e financeiros próprios à lógica empresarial.

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê **instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.**

Além desta base jurídica que serve, ou deveria servir à defesa do meio ambiente, existem várias leis federais que ainda podem ajudar. A chamada Lei da Mata Atlântica de dezembro de 2006<sup>85</sup>, por exemplo, é diretamente ligada às possibilidades da implantação do Greenville. Como foi evocado, nessa região em volta da Avenida Paralela, havia mais de 20 milhões de hectares de floresta de Mata Atlântica que, talvez, poderiam ter sido poupados se esta Lei fosse criada antes de 2006. Ou não:

Art. 27. É permitida a exploração seletiva de espécies da flora nativa em área de vegetação secundária nos estágios inicial, médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, obedecidos os seguintes pressupostos:

I - **exploração sustentável**, de acordo com projeto técnica e cientificamente fundamentado

As novas leis são sempre criadas para garantir a legalidade das práticas devastadoras dos interesses capitalistas. De novo, este Artigo 27 não podia ser aceito pela sociedade civil. Ainda, descaradamente, ele expunha a clara servidão dos deputados subornados às empresas interessadas pela exploração de sempre mais recursos naturais do território brasileiro. A legislação federal só podia ser ambígua. Apesar da urgência da questão ambiental<sup>86</sup>, ela busca legalizar a exploração dos recursos naturais para a exportação<sup>87</sup> ou, por exemplo, para a implantação de condomínios de luxo. A Lei da Mata Atlântica e o Código Florestal são declaradamente instrumentos legais que vão nessa direção, que facilitam a destruição deste “bem de interesse comum”.

As florestas do Greenville dependem, portanto, deste quadro legislativo federal: as famosas APPs evocadas – principal instrumento ao serviço da proteção do meio ambiente –, são definidas pelo Código Florestal<sup>88</sup>; as margens do Rio Trobogy ou do Rio Passa-Vaca, que atravessam o bairro, são protegidas pela Lei da Mata Atlântica em vigor. No entanto, é através de decisões locais que o acesso ao Vale Encantado foi liberado para o capital imobiliário. Quando o Capital quer obter um espaço que lhe interessa, ele pressiona a área legislativa para criar uma lei que lhe favoreça, corrompe ou engana as agências de fiscalização e os responsáveis pela aplicação das medidas legais. Porém, em última instância, caso o empreendimento não consiga as autorizações do executivo ou do legislativo necessárias para sua instalação, o mercado imobiliário não se abala. Há outras saídas.

As grandes empreiteiras, potentes atores econômicos e políticos da democracia soteropolitana, não precisam sempre de autorizações: se não é legalizada, por enquanto, uma

construção pode começar infringindo a lei e brigar nos tribunais anos esperando que as pressões sobre a Câmara e o prefeito conduzam, enfim, ao apoio formal das autoridades aos seus projetos. Nem se fala da corrupção e das influências do mercado sobre o poder judiciário, vamos suspeitar, já que são baseadas em uma legislação que favorece o Capital, que essas tomadas de decisões sejam honestas. Trata-se, aqui, de considerar que esta justiça cega é uma ferramenta a mais que se articula com outros serviços da máquina burocrática para agradar os interesses empresariais: a extinção do Parque Municipal do Vale Encantado é, neste caso, um dos exemplos pertinentes para ilustrar movimentos básicos do Estado e do Capital.

Provavelmente devido às eleições municipais de 2008, o ano 2007 foi produtivo na área municipal. No dia 20 de fevereiro de 2007 o famoso PDDU foi criado pela Lei nº 7.400; o sistema viário do Greenville foi aprovado em julho, pelo Decreto nº 17.482, enquanto o novo projeto do PDDU nº 216/2007 era apresentado novamente aos vereadores. No início de dezembro, um novo decreto, nº 18.042, criou “o Parque Ambiental do ‘Vale Encantado’, composto pelas lagoas dos loteamentos Patamares, Greenville e Alphaville” (Art. 1) e no final de 2007, na madrugada do dia 28 de dezembro, o PDDU discutido ao longo do ano foi votado em uma sessão movimentada na Câmara. Esta sequência é bastante interessante. O PDDU chegou a ser aprovado e não foi vetado, em parte, graças ao Decreto nº 18.042 citado, que criou o Parque do Vale Encantado. Como para demonstrar a sua boa-fé, o mercado imobiliário autorizou os poderes públicos a criarem, na interseção dos seus empreendimentos de luxo, uma nova área municipal de preservação, inexistente nas versões anteriores do PDDU de 2007. Seria a inclusão de um novo inciso no Artigo 242 desta Lei nº 7.400 que teria servido de contrapartida para a legalização do “desmatamento de 10 milhões de área verde na Paralela” (HORLLE, 2012)<sup>89</sup>.

O PDDU foi sancionado em fevereiro de 2008 pelo prefeito João Henrique e poucos dias depois, como para reafirmar a boa vontade do Estado, o Decreto nº 18.198, de 5 de março de 2008, veio prorrogar o prazo de delimitação do parque – tarefa ainda não cumprida pelos órgãos responsáveis. Até 2012, com a Lei nº 8.167/2012 – a LOUOS em vigor no Município de Salvador –, não se ouviu falar deste Parque Municipal na esfera do executivo ou do legislativo, menos ainda da sua delimitação. Mas, no campo judicial, foi o contrário. Como principal exemplo, a Patrimonial Saraíba, proprietária do terreno do Greenville, e dois outros atores, a Megha Transportes S/A e a Realeza Construções e Empreendimentos LTDA, iniciaram nessa área de proteção ambiental, logo em agosto de 2008, obras ilegais de aterramento de uma lagoa para a extensão de uma avenida: a Avenida Tamburugy. Esta via permite a ligação entre a Avenida Paralela, do lado do shopping inaugurado em 2009, e a Av. Ibirapitanga, um dos dois

acessos ao Greenville. Sem nenhum respeito à legislação existente, tanto federal quanto municipal, sem nenhuma noção das repercussões desses aterramentos, a construção da estrada começou no fim do ano de 2007, bem antes da manifestação do MP, durante a construção do Shopping Paralela – talvez para aproveitar as movimentações de caminhões durante esse período. As fotografias aéreas a seguir testemunham essas intervenções na região de Patamares, as tiragens são do mês de abril de 2007 até o mês de fevereiro de 2013<sup>90</sup>:



Figure 16: Construção da Av. Tamburugy, início e fim de 2007, 2008 e 2013 (Elaboração do autor, GoogleEarth).

Frente às limitações legislativas, o Capital nunca deixou de realizar seus planos. O mercado imobiliário soteropolitano precisava desta avenida para facilitar o acesso aos condomínios de alto padrão de Patamares e assim valorizar ainda mais a área. Se o Ministério Público e o IMA já tinham sido alertados<sup>91</sup>, no dia 20 de junho de 2009 foi na imprensa, no jornal A Tarde, que “o aterramento de uma lagoa de 150 m<sup>2</sup> e o desvio do curso do Rio Trobogy no Parque Ecológico Vale Encantado” foi denunciado. Nem um mês depois, o IMA interveio nas obras e apreendeu tanto as máquinas de aterramento da Realeza, quanto os caminhões da Megha que transportavam a terra. A reação destas empresas foi imediata, levando ao mesmo sucesso judicial. Como exemplo, no mês de julho de 2009, os advogados da Realeza obtiveram um Habeas Corpus<sup>92</sup> repassando a responsabilidade para a prefeitura. Foi a própria Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM), órgão da Prefeitura, que contratou a Realeza para a construção da avenida, e a Megha para trazer os caminhões cheios de terra; foi com ordens e dinheiro público que este consórcio fez construir uma avenida ilegal, destinada ao trânsito dos mais ricos em carros particulares. Como cúmulo

dessa aventura nos tribunais, depois de várias liminares e agravos de instrumento, o desvio do leito do rio e o aterramento da lagoa foram legitimados por uma outra decisão judicial.

[...] um pedido de alvará judicial feito pela corretora de imóveis Rosana X, que mora em um dos condomínios próximos ao parque. [...] O alvará foi solicitado **para permitir o aterramento de rios e lagoas** que alegadamente estariam servindo de local para proliferação de focos da dengue na área de conservação do parque.

De qualquer forma, com o apoio da justiça, ou não, as obras de aterramento continuaram e as tentativas do IMA de recorrer das decisões favoráveis para as empresas nunca tiveram sucesso. Em 2011, a mesma situação se reproduziu, a empresa Mirel, que a Prefeitura de Salvador contratou, foi multada, mas uma liminar pronunciou-se a favor da empresa. Como há numerosos casos, tratados por escritórios de advocacia que trabalham o ano todo sobre esses processos, não é possível abordá-los um a um. Mas, mesmo assim, essa batalha judicial do mercado imobiliário parece, *prima facie*, uma estratégia a mais para ultrapassar a legislação, esperando que esta se torne a sua vantagem. O que, em geral, acontece. Uma questão de paciência: nenhuma multa nunca foi paga por estes atores e todos os processos existentes foram arquivados em 2012 quando o parque do Vale Encantado foi extinto<sup>93</sup>.

As ajudas do Estado para facilitar a instalação dos novos empreendimentos na região de Patamares e a construção das infraestruturas necessárias à sua valorização são mais do que evidentes. Os poderes públicos, conforme as suas funções históricas, têm o costume de orientar os seus investimentos e políticas urbanas para satisfazer às demandas do mercado imobiliário. A construção do Shopping Paralela situado ao lado do Greenville é um destes exemplos, ele foi considerado um empreendimento pequeno e pagou somente 500 reais de alvará, apesar de, ou, talvez, justamente porque o seu investimento inicial foi de 250 milhões de reais<sup>94</sup>. O novo bairro de condomínios fechados de prédios de alto padrão de Patamares, o Greenville, não foi implantado nessa parte da cidade de Salvador à toa. A sua proposta de moradia, tampouco, foi elaborada aleatoriamente. O espaço concebido pela empresa PDG foi planejado com minúcia, como será detalhado agora.

## O planejamento do Greenville



Figure 17: Propaganda do Greenville (PDG, 2015).

A simples ideia de planejamento é fundamental no entendimento da proposta do Greenville. Como foi evocado, Patamares já se destacava por ser o primeiro bairro integrado da América do Sul e os nomes de Lúcio Costa ou Burle Marx, arquitetos e urbanistas encarregados de desenhar essa nova área de Salvador, já eram usados como argumento de marketing. Assim, essa confiança nos especialistas do agenciamento do espaço encontra-se também nas propagandas do Greenville, inspiradas nos cartazes de cinema, os anúncios publicitários transformam a moradia em espetáculo digno da sociedade de Guy Debord (1967): no lugar de um diretor, de um cenógrafo ou de um roteirista, há um arquiteto, um paisagista e um decorador. No exemplo da propaganda ao lado, sob um fundo de áreas verdes bem realçado, os totens de madeira marcam a entrada com toda simbologia que precisa para entrar nesse espaço privilegiado. “Reinventar o seu estilo”, “reinventar a sofisticação”, “reinventar o lazer”, o “bem estar”, o “conforto”, todos os itens da qualidade de vida moderna pretendem ser reinventados, é a “reinvenção de cada detalhe”<sup>95</sup>.



A primeira parte construída do novo bairro é dividida em duas zonas: a área comercial e residencial, separando as funções do habitar como os planejadores apreciam. A zona comercial ainda está em fase de projeto. Dos nove condomínios fechados dessa parte residencial oeste do Greenville, quatro estão em espera e cinco foram lançados, representando mais de 1.200 unidades que estão sendo entregues desde o início de 2015. Provavelmente, para não assustar os compradores com um número alto, a quantidade de moradores total prevista não é muito divulgada nos suportes publicitários da PDG e dos corretores – talvez lembre a moradia em conjunto habitacional popular que não agrada muito às elites urbanas<sup>96</sup>.

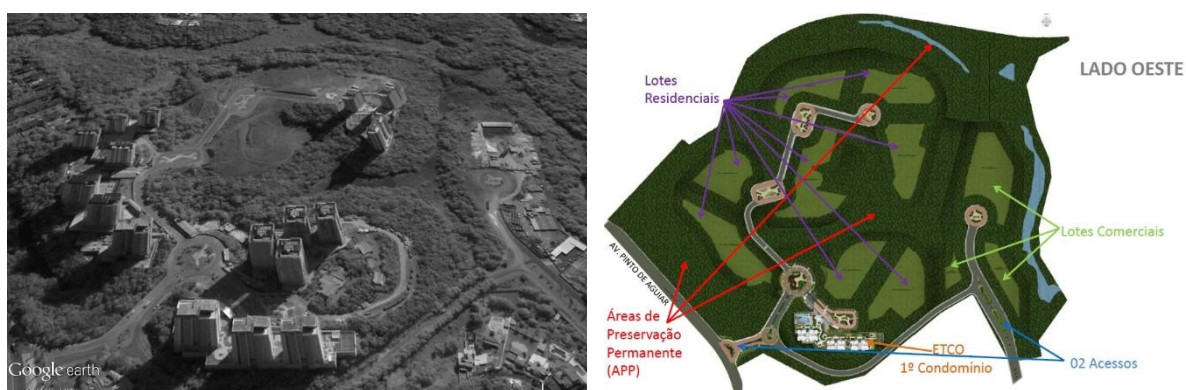


Figure 18: Vista aérea do Greenville em 2015 (GoogleEarth); Planta do Greenville (PDG, 2015).

O Greenville é um bairro de condomínios verticais acessível por duas únicas entradas, conforme o Plano de Patamares, que preconizava evitar os cruzamentos. Todos os apartamentos do empreendimento têm três ou quatro quartos e medem de  $88\text{m}^2$  a  $276\text{m}^2$  – fora as coberturas –, sendo agrupados por condomínios a depender do seu tamanho: os apartamentos de  $88\text{m}^2$  a  $116\text{m}^2$  são menos caros e concentram-se no condomínio Atmos; o Platno reúne todos os apartamentos de  $110\text{m}^2$ ; o Etcos os de  $136\text{m}^2$  a  $172\text{m}^2$ ; o Ludco as unidades entre  $134\text{m}^2$  e  $180\text{m}^2$ ; e o condomínio Lumno tem os maiores apartamentos, de  $225\text{m}^2$  a  $276\text{m}^2$ . Com essa configuração, apesar da homogeneidade social buscada pelos moradores, a distinção pode ser reforçada no seio do próprio bairro do Greenville. Os moradores do Atmos pagaram quase três vezes menos do que os moradores de Lumno. Como cada condomínio é cercado e tem as suas próprias infraestruturas de lazer, apesar de todos viverem no Greenville, os habitantes do novo bairro terão outros elementos e artifícios à disposição para poderem manter os seus critérios de diferenciação entre si (BOURDIEU, 1996), e sofisticar o seu afastamento e a sua autosegregação.

De novo, se os ricos “estão transformando suas casas em prisões, suas prisões dizem muito sobre sua posição social” (CALDEIRA, 2000: 297). Assim, que seja a varanda gourmet, os 30 itens de lazer ou a *conciergerie*; os arames farpados, as cercas elétricas, as câmeras ou as outras aparelhagens de segurança, tudo demonstra que o planejamento do bairro é claramente

feito para responder à demanda de moradia das classes mais favorecidas. Toda panóplia do marketing do Greenville é caracterizada pela possibilidade de uma certa homogeneidade social entre os moradores do bairro, por uma arquitetura sofisticada que reforça o isolamento físico, pela obsessão com os equipamentos e serviços e pela “proteção” da violência física da criminalidade<sup>97</sup>. “Automação Residencial”, “Serviços *pay-per-use*”, “Cabeamento subterrâneo e gás encanado”, “Sistema de câmeras digitais”, “Área de lazer completa”, “sistemas *SmartDoor* e *SmartEye* implantados para garantir praticidade e segurança aos futuros moradores, que poderão abrir as portas de casa através de senhas ou da leitura das impressões digitais”, etc.. Todos esses itens fazem do Greenville uma “ocupação diferenciada em uma região de alta valorização”<sup>98</sup>.

Ainda, a escolha dos nomes desses lugares de vida, dos edifícios e dos condomínios do Greenville, é um dos elementos que permitiria enfatizar o privilégio buscado nessa moradia de alto padrão: Olimpo, Eldorado, Avalon, três lugares utópicos<sup>99</sup>, só podiam ser os prédios do condomínio Ludco, o mais alto, com 29 andares, sem cobertura e com a maior área total, contabilizando 22.296m<sup>2</sup>; Paládio e Irídio, dois metais prateados para o condomínio Platno; Átria, Avior, Antares e Sirius, são as quatro estrelas do condomínio Atmos; Floresta, Tropical e Atlântica são do primeiro condomínio construído no novo bairro, a vitrine do Greenville, o Etco – nome feito de uma mistura hábil entre ético e ecológico. Quanto ao condomínio Lumno, os grandiosos Sigma e Quasar, dois gigantes astronômicos com cobertura duplex de 563m<sup>2</sup> e cinco vagas de garagem, impõem-se frente aos infelizes deuses da mitologia grega, Éris e Orion, cuja escolha dos nomes deixa curioso<sup>100</sup>. Este último condomínio é o mais caro do novo bairro, um empreendimento exemplar na elitização da moradia soteropolitana.

O condomínio Lumno, composto por quatro prédios de uma unidade habitacional por andar, de 225 a 276m<sup>2</sup> e com quatro suítes, é o empreendimento mais luxuoso, por enquanto, do novo bairro. Ele se destaca pelo cuidado com os acabamentos e a oferta de serviços e infraestruturas de melhor qualidade do que os outros condomínios – como a sua “piscina aquecida com deck molhado”, as quadras de tênis e squash de “tamanho oficial”, a academia ou o SPA “projetados por empresas locais especializadas”<sup>101</sup>.



Figure 19: Condomínio Lumno (PDG, 2015).

Os preços dos apartamentos padrão deste condomínio chegam a R\$ 1.400.000,00 para os primeiros andares – aproximando-se dos preços dos bairros mais centrais, como a Barra. Eles são equipados com o sistema de automação residencial *Ihouse*, seis banheiros, uma sala de estar de 45m<sup>2</sup>, uma grande varanda de 24m<sup>2</sup> e uma varanda gourmet de 8m<sup>2</sup> acessível da cozinha – detalhe de grande importância, segundo os corretores. Somente a título informativo, sabendo que o preço mensal da taxa de condomínio será inicialmente de R\$ 5,00/m<sup>2</sup>, os moradores desse apartamento pagarão R\$ 175,00 por mês só para a área de serviço de 35m<sup>2</sup>. Este é o local de trabalho predefinido para as empregadas domésticas. Na planta padrão abaixo, há dois quartos para essas trabalhadoras. De fato, não é raro ver a cozinheira, a lavadeira, a babá ou a faxineira dormir na casa dos donos onde trabalham. Sem entrar na análise desses vestígios da época colonial – uma miniaturização da Casa Grande e Senzala (FREYRE, 2003) –, é bom indicar que o chamado quarto de serviço, de 5,13m<sup>2</sup>, é sete vezes menor do que o quarto dos patrões, de 37,2 m<sup>2</sup>, e que o banheiro de 1,93m<sup>2</sup> situado no corredor da área de serviço serve os dois pequenos quartos, enquanto os 8,14m<sup>2</sup> do sanitário da suíte principal são separados entre um espaço para “a senhora” e para “o senhor” – inclusive, essa forma de moradia não parece ter sido planejada para as famílias homoparentais. Outra comparação assustadora, somente o chamado closet, um lugar para guardar roupas, faz mais de 12m<sup>2</sup>, mais do que o dobro do tamanho dos quartos de serviço. Enfim, apesar de todas essas áreas destinadas aos trabalhadores domésticos, a recém Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 66, aprovada em 2012 a nível federal mudou drasticamente as leis trabalhistas do setor: agora, o custo para mantê-los dormindo nas residências dos patrões aumentou tanto que, talvez, novas formas de relação com esses trabalhadores domésticos devem aparecer.



Figure 20: Planta padrão dos apartamentos de Lumno (PDG, 2015).

Aliás, no planejamento dos condomínios do Greenville, a mudança dessas relações foi antecipada. Há a possibilidade de escolher uma planta com menos espaços de área de serviço e, sobretudo, há vestiários abaixo dos prédios para os empregados, impedindo possíveis relações de intimidade: são quase exclusivamente mulheres que trabalham nos domicílios dos moradores. Ainda, como exemplo característico, o serviço de *conciergerie* oferecido no Greenville vem misturar a lógica mercantil trabalhista e a lembrança da escravidão. A proposta não é nova, mas bem recente para a moradia de alto padrão em Salvador: é “um arranjo no qual administrações diferentes e independentes oferecem vários tipos de serviços gerenciados pela administração do condomínio e não mais através do relacionamento pessoal entre o empregado e a família” (CALDEIRA, 2000: 267). A *conciergerie* permite aos moradores mais segurança graças à avaliação dos trabalhadores, que são controlados com rigor e até revistados na saída do trabalho – prática habitualmente não aceitável nas relações direitas com empregados domésticos. No entanto, segundo os próprios corretores, o serviço não atrai tanto os futuros moradores – “o público baiano ainda não está pronto”. Essa perspectiva sobre a moradia, ao lado dos estrangeirismos usados para dar um ar europeu ou norte-americano ao empreendimento, junto com as propagandas que evocam sempre, às vezes com uma insistência grosseira, a ligação estreita que existiria entre o estilo de vida do Greenville e a moradia nos países ditos do primeiro mundo, todos esses elementos discursivos ou visuais permitem a reprodução das assimetrias das relações pós-coloniais.



Figure 21: Propaganda do Greenville (www.greenvillesalvador.com).

O inverno baiano não é reputado por ser frio, a temperatura média mais baixa de Salvador é de 23,3°C durante o mês de julho<sup>102</sup>. Se alguns soteropolitanos usam casacos nesses períodos, nunca os vi usando luvas. Esse tipo de propaganda demonstra mais uma vez o quanto os ideais de sucesso do capitalismo contemporâneo são ainda muito ligados no Brasil a um modelo de moradia europeu ou norte-americano – em clima temperado, no hemisfério norte. E mais, os atores do informe publicitário acima não foram escolhidos à toa: é para a família padrão das sociedades cristãs, monogâmicas e heterossexuais, compostas por um pai e uma mãe, que os apartamentos do Greenville foram planejados. Inclusive, esta família da propaganda não é, obviamente, negra. Como outra tentativa de ligar esse tipo de moradia aos países europeus, a promoção da corretora Lopez e da PDG, que aparece abaixo, é bastante interessante. Os instrumentos à disposição dos futuros moradores para a sua elitização não faltam, aqueles que ainda não tinham tido a oportunidade de realizar uma viagem internacional, símbolo de diferenciação, ganharam essa oportunidade aderindo à promessa do novo bairro: ele pretende oferecer um estilo de vida completo. O imperialismo europeu ajuda a reforçar o elitismo da moradia de alto padrão, é um dos mecanismos de distinção das classes sociais e dos grupos dominantes. Que seja nas propagandas para a moradia de luxo ou nos conselhos para realizar o enxoval do seu bebê em Miami, as referências à Europa e aos Estados Unidos são onipresentes no cotidiano das classes altas brasileiras.



Figure 22: Propaganda do Greenville (PDG, 2015).

O estudo das origens e da trajetória desse novo bairro de alto padrão, como a descrição da sua arquitetura ou das propagandas que fazem sonhar os futuros moradores, são elementos interessantes que permitem entender como certas relações assimétricas são reproduzidas no nosso cotidiano. A produção, apoiada pelo Estado, de um espaço de moradia segregado que naturaliza o elitismo, o imperialismo, o machismo ou o racismo, é uma das condições do planejamento urbano de alto padrão. É nesta perspectiva que a pesquisa acima nos interessa, o construir cidade já é uma forma de habitar que nos fala das relações assimétricas e dos mecanismos que facilitam a naturalização da violência nas sociedades pós-coloniais. Os movimentos do Estado e do Capital devem ser descritos na prática, considerando que eles são atores reais das nossas pesquisas cujos passos participam da reprodução das desigualdades contemporâneas.

Este quarto capítulo, como último passo desta pesquisa, tentou trazer de “volta para a vida” (INGOLD, 2012) um outro tipo de elite, habitualmente distante dos estudos antropológicos. Se o objetivo é de olhar simetricamente para as relações assimétricas, os movimentos do Estado não devem ser separados dos movimentos dos antropólogos ou de Carla e André, todos acontecem no mesmo plano. Foi a descoberta desta condição fenomenológica das políticas públicas que me fez ampliar o olhar simétrico para outros seres poderosos, como a antropologia, os conservadores paulistas ou os franceses. Ou seja, uma vez entendido que o Estado é algo vivo (SCOTT, 1998), surgiu a ideia de abordar da mesma forma o cientificismo do antropólogo, o elitismo capitalista e o imperialismo europeu.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de tese estuda relações de poder à luz dos princípios de simetria discutidos pela antropologia contemporânea (LATOUR, 1997, VIVEIROS, 2002). Para realizar este objetivo, discuto um percurso acadêmico que me fez redescobrir a antropologia francesa e brasileira, foi ao longo deste caminho que aprendi a questionar desigualdades pós-coloniais. O paralelismo que quis manter entre a forma com a qual as relações de poder aparecem na vida cotidiana e a forma de descrevê-las me conduziu a organizar as discussões sem separar os capítulos a partir de uma classificação entre “tipos” de assimetrias: no lugar de tratar sobre o imperialismo pós-colonial, o machismo, o elitismo, o cientificismo ou o racismo de forma separada, tentei reuni-los na mesma narrativa.

Como foi visto na introdução, a minha amizade com Carla e André, como a minha descoberta do planejamento urbano ou de diferentes práticas antropológicas, serviram de “pretextos para outra coisa” (INGOLD, 2016). É um propósito documental que “converte sua experiência, sua memória e suas notas em material – algumas vezes entendido de modo cientificista enquanto ‘dados’ – no qual você espera poder se apoiar posteriormente durante o projeto de oferecer uma descrição” (INGOLD, 2016: 406). A “etnograficidade” dos acontecimentos apresentados neste trabalho de tese foi construída retrospectivamente, para descrever as diversas relações de poder como coexistentes no mesmo plano e para trazer o lado dominante dessas relações assimétricas de volta para a vida (INGOLD, 2012). De fato, os detalhes sobre a vida de Carla e André, como aqueles sobre a minha aprendizagem da antropologia ou sobre a construção de um novo bairro de alto padrão na cidade de Salvador, estão reunidos na perspectiva de lançar um olhar simétrico sobre algumas relações de poder. Este é o objetivo da pesquisa, 1) tratar da mesma maneira todas as formas de assimetria para entender o que há em comum nas relações de poder e, ao mesmo tempo, 2) tratar da mesma maneira todos os polos das relações assimétricas estudadas – isto é, aceitar que os nossos estudos devem ajudar a entender como a dominação se manifesta na vida de quem domina.

Seguindo este objetivo, a história da minha formação serviu como “narrativa moldura”, ela foi usada para ritmar as discussões – “uma narrativa ou acontecimento externo que delimita e cria o mote para outras narrativas subsequentes” (MEDEIROS, 2012). Esse olhar reflexivo resultou em descrições etnográficas sobre operações cotidianas que revelam como se reproduzem e coexistem as relações de poder tanto em nossa disciplina quanto na vida daqueles que participaram desta trajetória acadêmica. Assim, ainda que a organização dos capítulos seguisse uma linha cronológica baseada em minha experiência pessoal e profissional no Brasil,

há um cunho “autoantropológico” neste trabalho somente porque a passagem entre um visto turístico e temporário, entre a obtenção da permanência e da naturalização corresponde às condições de uma “autoantropologia, ou seja, a antropologia realizada no contexto social que a produziu” (STRATHERN, 2014: 134). Essa narrativa moldura não fala unicamente da história da minha formação, ela também revela quais são as etapas necessárias para permitir um encontro nas sociedades atuais. A cada passo foi lançado um olhar simétrico sobre relações assimétricas, em situações e épocas diferentes descrevi como o poder faz sentido para o lado dominante, quais mecanismos permitem a naturalização da violência das hierarquias e como podemos estudar antropologicamente essas relações. Mas, a cada passo, este olhar vai se aperfeiçoando, pouco a pouco, aproximando o campo e o pesquisador, é uma antropologia mais à esquerda que vai aparecendo (GOLDMAN, 2014).

O primeiro movimento, turístico, trata das primeiras impressões e reações frente às relações assimétricas, é o momento da descoberta da brutalidade das relações de poder e da sua cotidianidade. Foi um primeiro contato que levou à descrição da manifestação física e direta da violência de certas formas de hierarquia. Este trabalho realizado com Carla deu início à redação da tese, foi ela que me permitiu treinar a abordagem simétrica das relações assimétricas. Narrar o nosso encontro serviu de pretexto para falar do imperialismo colonial, do machismo e do cientificismo, da força do Estado ou do racismo enraizado nas formas de construir as identidades nacionais. Como durante um passeio turístico ou em um campo de treinamento, achava que não ia me arriscar nesta primeira tentativa. Falando de uma amiga e escrevendo em português para uma instituição brasileira, eu podia tratar da Europa e dos europeus sem me preocupar tanto com a reação dos meus interlocutores de pesquisa. Como um turista que sai dos lugares visitados sem se questionar sobre o impacto da sua presença, a escolha de uma época e de um lugar distante facilitou a elaboração de uma primeira descrição crítica da perspectiva do lado dominante de algumas relações de poder. Sabia que aplicar os princípios de simetria aos nossos trabalhos era se colocar em situação de risco. Por isso, achei que, se era para afiar as tensões dos acordos morais que estabelecemos com aqueles que nos permitem escrever os nossos trabalhos, era melhor começar por estranhar o familiar, começar com alguém conhecido – “Tô nem aí, Yann, vou ganhar o que com o seu negócio de pesquisa?”<sup>103</sup>.

O segundo movimento, temporário, trata da sobreposição das relações assimétricas e da complexidade de abordá-las de forma separada. É o primeiro passo dado no Brasil, a primeira experiência no estrangeiro, aquela que permite revelar a sutilidade de certas formas de opressão e entender que lá e cá, ontem e hoje, elas são percebidas de formas parecidas. O capítulo 2, o visto temporário tem um prazo, ele é limitado no tempo e é feito de descoberta. No entanto, a



percepção do viajante é geralmente mais precisa do que a do turista, ele pensa menos na rentabilidade do seu tempo de férias e presta mais atenção no outro. Por isso, mesmo se os dois movimentos, familiarizar o estranho e estranhar o familiar, sempre andem juntos, um participando do avanço do outro, nesta segunda etapa da pesquisa o olhar sobre a vida de André permite abrir mais espaço para este estranho. Pela descrição da distância aparente entre o conservadorismo de jovens paulistas e uma antropologia americanista francesa do século XX, pelo encontro entre André e Carla, aproximamos um novo tipo de elite nesta segunda narrativa. De novo, a proposta era experimentar lançar este olhar simétrico sobre um grupo desconhecido. Foi neste sentido que o segundo passo desta pesquisa foi diferente do primeiro, André, como Carla, nunca pediu para aparecer neste trabalho de pesquisa, mas diferentemente dela ele exigiu um pouco mais dos acordos morais que devem, “normalmente”, respeitar os antropólogos. Para falar dos seus amigos e completar as notas que eu tinha pegado na época em que morávamos juntos, ainda que ele soubesse que tinha pouca autoridade sobre a escrita etnográfica, ele colocou uma condição: “só quero ler o capítulo que fala de mim”.

O terceiro movimento, entre clandestinidade e permanência, trata da forma com a qual chegamos à proposta de um estudo simétrico das relações assimétricas. É o primeiro passo dado na Bahia, o momento em que chamamos todas as relações de poder no mesmo plano e que trazemos a antropologia de volta para a vida (INGOLD, 2012). Se os dois primeiros capítulos andavam juntos, este marca um período de transição, ele volta sobre a passagem entre uma formação francesa e uma formação brasileira, entre a etnografia e o contexto, entre a vida do pesquisador e o seu trabalho. “O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretende se fixar definitivamente no Brasil”<sup>104</sup>. Antes de ser enquadrado neste Artigo 16 do Estatuto do Estrangeiro, passei por uma fase de clandestinidade, fiquei fora da legalidade até entender que tinha que aceitar que eu estava vivendo na Bahia, em um contexto nacional preciso. Demorei para entender que a minha formação baiana, em contracorrente aos fluxos hegemônicos tradicionais que incitam os antropólogos brasileiros a realizar a sua pós-graduação em Paris ou em Nova-Iorque, estava me mostrando que a minha prática antropológica era profundamente marcada pelo imperialismo europeu. Dando conta desta transição, parti de um mestrado francês realizado no interior do nordeste brasileiro para chegar a uma análise do planejamento da segregação no solo soteropolitano, saí de uma abordagem a-histórica para chegar a algumas reflexões sobre o papel da contextualização dos trabalhos de pesquisa em antropologia e trazemos os pesquisadores que ficavam acima e longe de volta para a vida. São acadêmicos que aparecem neste capítulo, colegas e professores, historiadores e urbanistas que vão me cobrar provavelmente mais do que Carla e André ter olhado para eles e para a realidade onde vivem.

Enfim, o último movimento deste trabalho de tese, a naturalização, ou (de)naturalização, trata da diversidade com a qual as relações de poder podem se manifestar no nosso cotidiano. É a apresentação dos resultados etnográficos de uma antropologia do Estado, a descrição de gestos vivos que transformam as nossas cidades e planejam a arquitetura dos lugares onde vivemos. O objetivo deste capítulo é mostrar que o Estado e o chamado Capital não ficam longe e distantes de ninguém e de nada, que eles não são seres mais abstratos do que outras elites e grupos dominantes e que eles podem ser o objeto dos nossos estudos antropológicos. O planejamento do espaço, como os discursos e comportamentos dos antropólogos ou de André e de Carla, também serve para naturalizar as relações de poder. Ou seja, os movimentos que permitiram a construção de um novo bairro de condomínio de alto padrão no litoral atlântico soteropolitano nos falam dos mecanismos que ajudam a normalizar a violência das intervenções dos grupos dominantes nas nossas vidas cotidianas: é neste sentido que o estudo das formas de construir as cidades participa deste trabalho de tese sobre as relações assimétricas. Mais ainda, além de diversificar a descrição de formas possíveis da manifestação do poder, a efetivação de uma antropologia do Estado e do Capital serviu, sobretudo, para me revelar que podíamos trabalhar com coisas poderosas. Se é neste último passo, da naturalização, que marcamos um momento final na trajetória acadêmica que foi apresentada de capítulo em capítulo, é porque foi graças à descrição deste espaço de moradia segregado que naturaliza o elitismo, o imperialismo europeu, o machismo ou o racismo que consegui entender a pertinência de lançar um olhar simétrico sobre outras relações assimétricas.

Desta forma, o último capítulo desta tese é também o primeiro passo da nossa argumentação em favor de uma antropologia europeísta. A organização dos argumentos está de cabeça para baixo, começamos de trás para frente. Como vimos na introdução, o primeiro passo para chegar a uma antropologia europeísta é reduzir a distância existente entre as análises do Estado e a prática antropológica (Capítulo 4) – aprender que manter os poderosos “longe e acima” da vida real somente os ajudam a se proteger. O segundo passo é admitir que entre o antropólogo e o seu campo de pesquisa existe também uma relação assimétrica, portanto, uma distância que temos que reduzir (Capítulo 3). Enfim, o terceiro passo consiste em entender que para participar do reequilíbrio das relações Brasil-França temos que realmente nos perguntar por que a antropologia francesa continua tão interessada pelo Brasil, sabendo que poucos antropólogos brasileiros fazem campo na França (Capítulo 2). Neste sentido contrário, o último passo seria um caso prático, um capítulo sobre a Europa, uma primeira tentativa de pesquisa europeísta (Capítulo 1). É este caminho ao avesso que permite chegar à compreensão de que olhar simetricamente para as relações de poder é aceitar que os moradores de bairros de alto

padrão se distanciam do resto da cidade de Salvador por razões do mesmo tipo que o Estado se separa da prática, o pesquisador do pesquisado, o campo europeu da antropologia brasileira: para reforçar o seu poder.

Como foi falado na abertura deste trabalho, é para facilitar as discussões que separamos uma questão teórica antropológica – podemos fazer uma antropologia do Estado e das “sociedades complexas”? –, uma questão epistemológica e de posicionalidade – de onde está falando o antropólogo? – e uma questão política que envolve estas duas primeiras questões: pode o europeísmo brasileiro ajudar à construção de “teorias” (COMARROF, 2011) e “epistemologias” (BOAVENTURA, 2009) do sul? Esta argumentação foi construída posteriormente, refiz o caminho da minha trajetória acadêmica no sentido contrário para tentar entender como eu tinha chegado à ideia de que o Estado não era uma abstração, mas um ser vivo que batalha a cada instante para permanecer em posição de força. Partindo desta ideia e inspirado pelo método regressivo de Lefebvre (1974) e de Marc Bloch, remontei à proposta inicial do meu projeto de doutorado, fui para a minha pesquisa de mestrado e para a minha formação na Bahia, passei pelas notas do meu intercâmbio em São Paulo e pela antropologia de Lyon 2 e, enfim, liguei para Carla a fim de saber o que ela achava dos “nossos ancestrais gauleses”. Foi somente quando cheguei à proposta de uma antropologia europeísta que comecei a refazer o caminho no sentido cronológico certo e a escrever o primeiro capítulo desta tese.

Uma outra história poderia aparecer nesta primeira parte da tese, no lugar de voltar à minha infância e juventude com Carla, uma pesquisa mais atual, baseada em evidências etnográficas menos pessoais, talvez, servisse melhor à proposta de uma antropologia europeísta. No entanto, como vimos, para lançar um olhar simétrico sobre diferentes tipos de relações assimétricas, tinha que enfrentar certos problemas de acesso e certas dúvidas éticas, um treinamento para aprender a descrever como o poder fazia sentido para quem domina. Se Carla não me cobrou (ainda) nada por aparecer na minha tese e se André colocou certas exigências, é porque ele corria mais riscos, os seus amigos do interior vão provavelmente questionar o que foi dito sobre eles. Assim, de capítulo em capítulo, as tensões dos acordos morais dos estudos antropológicos apareceram cada vez mais evidentes, passo a passo, são também as relações com os interlocutores das nossas pesquisas que foram questionadas à luz dos princípios de simetria.

Depois de ter feito o caminho da minha formação de trás para frente e de ter chegado na pertinência de uma abordagem europeísta, percebi que percorrer de novo esta trajetória acadêmica implicaria envolver outras pessoas que, possivelmente, não gostariam do passeio. A trilha podia parecer bem batida, já tinha passado por este caminho na ida e durante a volta regressiva para construir a argumentação, mas quem iria querer me acompanhar? Para que

alguns interlocutores me deixassem acessar às suas vidas, eu teria que ter, no mínimo, a garantia de que o meu estudo não ia prejudicá-los, mas qual garantia eu tinha? Qual pesquisador pode ter certeza que os elementos que vão participar da sua pesquisa não serão modificados pelas experiências realizadas? Se nem o físico sabe exatamente o que os seus aparelhos de medição fazem sobre os elétrons que ele estuda (nem o que os elétrons fazem sobre os aparelhos de medição<sup>105</sup>), duvido que um antropólogo diria que somente existem vantagens em ser um interlocutor de uma pesquisa em antropologia.

Neste sentido, este trabalho de tese procurou afiar, pouco a pouco, as ambiguidades das relações que nos permitem construir os nossos relatos. Como o faziam os antropólogos clássicos com os seus interlocutores de campo, Carla foi silenciada, ignorando que ela poderia ter algo a dizer a respeito do relato que foi escrito sobre ela (SPIVAK, 2010). André participou mais da redação e me obrigou a ter um certo cuidado com o que estava escrevendo sobre os seus amigos: eles podem ler este trabalho e descobrir qual capítulo está falando do seu amigo. Apesar do nome fictício usado, entre a história de uma portuguesa que viveu em Lyon, de alguns antropólogos da Bahia e de um condomínio de alto padrão, eles não terão dificuldade em entender que a história do executivo paulista de classe alta que vem de Americana é a história do amigo deles. Neste primeiro passo no Brasil, começamos a entender por que “é surpreendente que os antropólogos sejam tão tímidos em casa” (NADER, 1972: 19). No momento de transição, na hora de trabalhar com antropólogos e urbanistas, na hora de citar as falas de pesquisadores e professores como se fossem nativos, as discussões foram, obviamente, mais arriscadas. Se André pode me cobrar do que foi escrito, ele não terá a mesma força que os meus colegas da academia. Como falou Meneses, “sendo o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de criticar abertamente” (MENESES, 2008: 5), mais do que os dois primeiros, este terceiro capítulo exacerbou as tensões das relações que criamos com os interlocutores das nossas pesquisas. Enfim, no último passo, a distância incomensurável entre as políticas públicas e o antropólogo foi também considerada um acordo moral entre pesquisador e pesquisado. Entendendo que os movimentos do Estado são como os movimentos de um ser vivo, tivemos que aceitar que a distância que o colocava acima e longe das nossas pesquisas somente o ajudava a não ter que negociar com a gente as possibilidades de considerá-lo como um nativo.

Esse é um tópico-chave que pode definir a antropologia das elites como um campo, mas o conhecimento antropológico nessa arena é bastante escasso e raramente conectado com o trabalho de campo sobre poderes em outros aspectos. Em geral, eu diria que o estudo das elites para os antropólogos encontra menos barreiras por problemas de acesso do que pelo desgosto moral -ou ético pelo assunto (Entrevista com George Marcus (KUNRATH SILVA, 2017: 412)).

Se o famoso George Marcus, autor de *Writting culture* (1986) e referência da virada pós-moderna na antropologia, explicava em uma recente entrevista para uma revista brasileira que a disciplina tinha um “desgosto moral” pelos estudos do lado dominante das relações de poder, é justamente porque eles têm mais forças na hora de negociar a natureza política dos resultados das nossas pesquisas. “Podemos ser antropólogo, camarada e companheira” disse Nancy Scheper (SCHEPER-HUGHES, 1995: 420), mas com os grupos dominantes, certos cuidados são necessários. Com efeito, as “barreiras” que encontra o antropólogo no seu estudo dos grupos dominantes parecem principalmente baseadas em uma pergunta crucial, às vezes ignorada: a quem vai servir este trabalho? Os problemas de acesso ou o desgosto que Marcus aponta resumem-se em uma discussão sobre a fragilidade dos acordos morais estabelecidos entre pesquisador e pesquisados, aqueles questionados de capítulo em capítulo. Ou eles não confiam na gente e não nos permitem acessar os locais de estudo, ou a gente não confia neles e não os deixamos acessar à antropologia.

De um lado, como o estatuto acadêmico tem menos efeito com os grupos poderosos e como estes consideram que têm nada a ganhar participando de um estudo antropológico, eles limitam, proíbem, dificultam as investigações sobre os seus modos de viver, eles não têm confiança nos antropólogos. Esta questão do acesso aos meios elitistas é uma discussão metodológica já existente há muito tempo na disciplina (NADER, 1972) e foi, de fato, um dos problemas que encontrei durante as semanas de campo no Greenville. Não consegui passar a portaria de nenhum condomínio habitado e a minha insistência para entrar em um deles levou os moradores a criar novas medidas para se proteger, como a redação de um novo Artigo no Regulamento Interno do condomínio – “Artigo 13º - O ingresso e acesso às unidades autônomas de pesquisadores credenciados dependerá de autorização escrita do síndico e anuência do condômino”<sup>106</sup>. Do outro lado, se há uma repulsa ou um desgosto da parte dos antropólogos em estudar as elites, seria também um problema ligado ao objetivo dos nossos trabalhos. Senti isso quando esperava sem-fim na frente da portaria de um desses condomínios de alto padrão, conversando com os porteiros e os agentes de segurança (muito mais receptivos do que os moradores) me parecia que era melhor ficar fora do que entrar para trabalhar a serviço dos poderosos. Como se eles não merecessem a presença de um antropólogo.

Ora, se aprendemos uma coisa nesta trajetória de pesquisa foi melhor usar o poder da antropologia. Sabemos que os nossos estudos podem ser usados para ajudar a população estudada, por exemplo, servir de “carta política” para abrir o acesso a novos direitos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; SANTOS JUNIOR, 2017). Sabemos que certos antropólogos “descalços” (SCHEPER-HUGHES, 1995) são cobrados para trabalhar a serviço dos seus

interlocutores no lugar de se manter longe e distante dos problemas cotidianos que enfrentam essas pessoas<sup>107</sup>. Sabemos também que há, efetivamente, certos riscos com o “efeito-tribo” estudado por Abélès (2010), pensando conhecer o nosso trabalho, o grupo privilegiado estudado pode decidir usá-lo para se proclamar como classe dominante, qualquer sinal de abertura da parte das elites serviria para nos manipular a seu favor, para “alimentar o seu narcisismo e exaltar a sua singularidade” (ABÉLÈS, 2000). No entanto, isso não quer dizer que, por princípios, o trabalho antropológico teria um cunho altruísta “natural”. Seria um engano pensar que estaríamos sempre trabalhando em favor da população estudada. Como vimos, não controlamos os resultados das nossas pesquisas, que seja com elites, ou não, a finalidade política dos resultados dos estudos antropológicos é sempre negociada, ela não é dada. A diferença no estudo dos grupos dominantes é que esta condição dos trabalhos antropológicos fica acirrada: o poder dos nossos relatos encontra-se mais disputado.

Neste sentido, se há um problema ético que afastaria os antropólogos do estudo das elites, ele vem do nosso receio de não saber como negociar com o lado dominante das relações de poder. Os antropólogos não se aventuram em campos “acima” deles e os mantém distantes dos seus estudos por falta de confiança em si, não somente por falta de confiança nesses interlocutores. Agora, deve ficar claro que mesmo se tememos que eles aproveitem dos nossos estudos, estudar antropologicamente as populações poderosas não quer dizer estar a seu serviço, entender como a dominação faz sentido para quem domina não é estar trabalhando para a permanência desta relação de dominação. Mais do que isso, se a antropologia é essa disciplina engajada que pretende ser, aquela que busca desconstruir as hierarquias e derrubar as assimetrias pós-coloniais, não deveríamos ter desgosto pelos estudos do lado dominante das relações de poder: deveríamos ter curiosidade.

Este é o principal ponto que poderia limitar o desenvolvimento dos estudos europeístas. Uma vez entendido que não tem razão de recear que esses trabalhos servem para ajudar a Europa poderemos com mais facilidade fazer o que fazemos em qualquer outro campo: construir os resultados das nossas pesquisas com a população estudada. Sobretudo, se o que reforça o eurocentrismo da antropologia é considerá-la incapaz de estudar os europeus, temos que nos inspirar nos estudos das elites para atingir esta população com o nosso olhar. Há urgência de aprender a negociar com os grupos dominantes e de entender que “a ciência não seria mais honrável se ela não tivesse nada para fazer” (GUILLE-ESCURET, 1996). A distância que mantém a Europa longe dos campos da antropologia brasileira é a mesma que aquela que mantém o pesquisador longe do pesquisado e as políticas públicas longe da vida cotidiana, ela somente serve à disciplina para solapar “a sua voz pública” (INGOLD, 2016: 409).

Desta forma, se esta tese volta sobre os passos que foram dados em direção a uma antropologia mais à esquerda (GOLDMAN, 2014), ao final deste caminho deveríamos estar mais preparados para “descobrir os problemas que a direita quer não apenas esconder a todo custo como deles se beneficiar” (2014). Aprender a identificar os mecanismos que permitem reproduzir as relações de poder foi o objetivo de cada capítulo deste trabalho de pesquisa, lançamos um olhar simétrico sobre diferentes relações assimétricas a fim de desconstruir a naturalidade com a qual os grupos dominantes continuam permanecendo no poder. É por esta razão que passamos da França para o Brasil, da capital paulista para o interior da Bahia, da cidade de Salvador para um novo bairro de alto padrão: foi para falar do imperialismo europeu e do evolucionismo colonial, do racismo, do machismo e do elitismo, do cientificismo da antropologia e do poder do Estado e do Capital.

Tal como na construção da escultura de argila de Souriau, do tijolo de Simondon ou da cesta de Ingold, é durante os acabamentos finais que são resolvidas as tensões da produção. O inacabado instaura-se (LATOURE, 2012b) como uma obra quando a ação do escultor sobre a massa de argila cessa, quando a pressão do conjunto de força que é exercido sobre o tijolo para, quando o equilíbrio das tensões dos gravetos para fechar a cesta é atingido: no momento da instauração desses seres, somente quando a obra está pronta. Assim, se passamos, em cada passo desta pesquisa, “de um conhecimento local para outro, em vez de teorias universais para as suas exemplificações particulares” (INGOLD, 2012), não fecharemos o trabalho com um grande pulo para o absoluto, seria como esquecer todos os pequenos passos que foram dados nesta tese em direção a uma antropologia mais à esquerda.

## NOTAS

- 
- <sup>1</sup> Literalmente seria “tipado”, que é marcado por um “tipo” específico. Ver a definição no primeiro capítulo.
- <sup>2</sup> Para ele, o “padrão de sociedade” era como um conjunto de indicações morais que condicionavam as condutas.
- <sup>3</sup> Ver o trabalho de Yvan Illich (1973) sobre a relação entre o poder da máquina da era industrial e a difícil “reconstrução convivial” (ou “austeridade alegre”) para aprofundar essas discussões.
- <sup>4</sup> Não conhecia a música ou a culinária brasileira, tampouco sabia que Ayrton Senna era de lá. Eu sabia o básico, sabia que Lula era operário, conhecia Ronaldo e Ronaldinho, via a cada ano a mesma imagem do sambódromo com os seus carros alegóricos passando no jornal nacional francês. O Brasil era para mim esse país exótico das Américas com as suas praias tropicais, sua música latina e os seus jogadores de futebol famosos. O Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre, era também uma das minhas referências. Do Che Guevara das camisetas vermelhas à Cuba ou às Farc, dos acontecimentos em Chiapas de 1996, no México, às vitórias eleitorais sucessivas da esquerda – Chávez em 1999, Lula em 2003, Morales em 2005, Correa em 2007 –, a América Latina tinha essa imagem de berço das revoluções políticas contemporâneas, o lugar onde um outro mundo podia nascer.
- <sup>5</sup> Na época, eram principalmente os trabalhos de Phillippe Descola (2005) e de Laplantine (2003) que os alunos deviam ler para se preparar com essas discussões.
- <sup>6</sup> Para entender melhor este ponto ver, além do trabalho de Gilberto Velho sobre os moradores de Copacabana (VELHO, 1989), o trabalho de Laura Nader sobre os “estudos para cima”, “*Studying up*” (NADER 1972).
- <sup>7</sup> No seu artigo sobre o “fou-sang”, o autor tentava demonstrar que esta terra misteriosa da mitologia chinesa não se trava da América, mesmo se esta continuava sendo vista como uma extensão da Ásia.
- <sup>8</sup> Os estudos realizados no Brasil, com aqueles realizados no México e no Peru, representem um terço de todos os locais de pesquisa dos americanistas que publicaram no JdA. Já na primeira edição do jornal, a originalidade dos “moveis selvagens de algumas tribos brasileiras das mais curiosas” tinha deixado o grande pesquisador Ernest Hamy bastante frustrado, ele queria saber mais desses povos – “no meio dos ornamentos de plumas, que resplandessem nas vitrinas em verdadeiros fogos de artifícios, não vejo nada que seja determinado com a exatidão suficiente” (HAMY, 1895).
- <sup>9</sup> Sobre a lógica economicista e o mito do egoísmo natural dos seres humanos ver o trabalho do M.A.U.S.S, que atualiza de forma bastante rica o trabalho de Marcel Mauss (2003). Ver também o livro sobre a “introdução à dádiva” (GODBOUT, 1998).
- <sup>10</sup> Ver no site de pesquisa da Fapesp a ficha dedicada ao trabalho de Niède Guidon (<http://revistapesquisa.fapesp.br/2008/12/01/niede-guidon/>).
- <sup>11</sup> No imaginário de criança, confundiam a política francesa na África, a chamada FrançÁfrica, com um país nosso situado no continente africano.
- <sup>12</sup> Ver os detalhes no site do Itamaraty ([http://paris.itamaraty.gov.br/fr/hotel\\_siege\\_de\\_l\\_ambassade.xml](http://paris.itamaraty.gov.br/fr/hotel_siege_de_l_ambassade.xml)).
- <sup>13</sup> O “paradigma no qual a personalidade pode se conceber na multiplicidade” (Fonte silenciada).
- <sup>14</sup> “Tecnocracia e democracia eram antitéticas, [e que] se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer” (BOBBIO, 1986: 34).
- <sup>15</sup> Foi a partir do momento que a “elite paulista diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade [que os seus] membros começaram a mudar-se das áreas densamente povoadas da cidade para regiões um pouco afastadas e com empreendimentos imobiliários exclusivos” (CALDEIRA, 2000: 214).
- <sup>16</sup> No caso da presidenta Dilma Rousseff, foi no Colégio N. S. de Sion de Belo Horizonte.
- <sup>17</sup> Site do Rotary Club de São Paulo.
- <sup>18</sup> Na biografia de FHC disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), aprendemos que ele foi assistente de Bastide em 1955 ([www.fgv.br/cpdoc/acervo/](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/)).
- <sup>19</sup> Ver Lefebvre, “le détournement n’est que réappropriation et pas création. Il ne met fin que provisoirement a la domination” (LEFEBVRE, 1974: 196).



---

<sup>20</sup> Tradução minha do discurso do Presidente francês Macron no Burkina Fasso. Versão original: “Il faut rompre avec cette habitude de reprocher toujours à la France ce qui se passe mal ici [...]. Imaginez que vous êtes une jeune femme qui vit à Angoulême. Elle n'a jamais vu Ouagadougou, elle n'en a peut-être même pas entendu parler. Elle a son jeune frère qui se bat dans les troupes françaises et qui est peut-être mort ces derniers mois pour vous sauver. Et vous, vous la remerciez en me disant ça? Vous ne devez qu'une chose pour les soldats français: les applaudir!”.

<sup>21</sup> “As classes não se oponham mais sobre o estado de forças produtivas mas sobre o controle da historicidade” (TOURAINÉ, 1973; apud HESS, 1974).

<sup>22</sup> Caderneta, Rafael Santos, 30 de abril 2008, 20:50, Butantã.

<sup>23</sup> Entrevista recente realizada no telefone, 2018.

<sup>24</sup> A ideia era simples, para o mercado da educação básica, o abandono da estrutura pública incitava os pais das famílias mais abastecidas a colocar os seus filhos nas escolas particulares; para o mercado da educação superior, poucas vagas e uma seleção rigorosa na entrada das universidades públicas, o vestibular, condenava os alunos a se matricular em faculdades particulares. Mais ainda, como extra, havia os “cursinhos”, um tipo de escola preparatória ao vestibular que garantia tanto a boa saúde financeira do mercado da educação, quanto uma efetiva “reprodução social” (BOURDIEU, PASSERON, 1970).

<sup>25</sup> Soube que em Paris, nos bairros historicamente mais ricos, há também elevadores diferenciados.

<sup>26</sup> Isso não acontecia no prédio de Rafael número 1 onde os entregadores não podiam entrar, mas como ele me oferecia sempre de pagar a minha parte para eu ir buscar a pizza na portaria, soube dessas regras conversando com um motoboy.

<sup>27</sup> Lei Municipal N. 11.995, de 16 de dezembro de 1996.

<sup>28</sup> Criado na primeira vez para organizar um churrasco reunindo esses amigos do interior paulista, esse grupo virtual criado nas redes sociais continua bastante ativo e permite aos seus membros de organizar semanalmente os seus encontros, de compartilhar pornografia, falar de futebol e, às vezes, de política.

<sup>29</sup> Na época ninguém me ensinou o que era um esquerdo-macho. Acredito que apesar do eu português precário, era provavelmente porque a expressão ainda não tinha ganhado notoriedade (As primeiras pesquisas googles que aparecem com essa entrada datam de 2014).

<sup>30</sup> Havia também prostituição na França, não era uma novidade, mas se não fosse para uma elite de luxo era uma atividade muito mal vista. Não conheço franceses que já foram em um prostíbulo, ou não me contou por constrangimento – mas falam quando fazem turismo sexual no estrangeiro.

<sup>31</sup> Conforme Marcio Goldman, negar a existência de problema é uma das principais posturas de direita (GOLDMAN, 2014).

<sup>32</sup> Entrevista recente realizada no telefone, 2018.

<sup>33</sup> Existem várias matérias jornalísticas sobre o sentimento de injustiça desses emigrantes norte-americanos em Santa-Barbara, tanto em inglês quanto em português, esta citação é da BBC. Até em trabalhos acadêmicos realizados por descendentes essa ideia fica bem evidente (Ver CLARK, 1998: 31).

<sup>34</sup> Ver a fotografia no site da Fraternidade Descendência Americana (FDA) (<http://fdasbo.org.br/site/fda/>).

<sup>35</sup> Site da Fraternidade Descendência Americana (FDA) (<http://fdasbo.org.br/site/fda/>).

<sup>36</sup> Na sua carta para Buffalo Bill, o General Sherman escreve: “Pelo que posso calcular, havia, em 1862, cerca de 9 milhões e meio de bisões nas planícies entre o Missouri e as Montanhas Rochosas. Todos desapareceram, mortos em troca de sua carne, de sua pele e de seus ossos. [...] Na mesma data, havia cerca de 165 mil Pawnee, Sioux, Cheyenne, Kiowa e Apache, cuja alimentação anual dependia desses bisões. Eles também partiram e foram substituídos pelo dobro ou o triplo de homens e mulheres de raça branca, que fizeram dessa terra um jardim e que podem ser recenseados, taxados e governados segundo as leis da natureza e da civilização. Essa mudança foi salutar e se cumprirá até o fim” (CLASTRES, 1982: 63).

<sup>37</sup> Para mais informações sobre o contexto norte-americano da época e sobre as primeiras tentativas de colonização no Brasil pelos confederados, ver o trabalho de HARTER (1987).

<sup>38</sup> Em 1872, havia 31.397 pessoas em Campinas, 12.235 eram brancos. Ver o trabalho de Bassanezi (1998).

<sup>39</sup> É mesmo da aventura antropológica que Ruth Cardoso evoca que estamos falando: “a nossa aventura antropológica pode lembrar a visão romântica que cerca os antropólogos, quase sempre confundidos com excêntricos aventureiros que se lançam em estranhas viagens por regiões desconhecidas” (CARDOSO, 1986: 14)

<sup>40</sup> Por exemplo, as abordagens criticadas por se contentar, “mesmo que [os nativos] estivessem morrendo como moscas, [de] notar com que frequência eles riam, como era raro brigarem, ou como eram serenos” (GASS; apud GEERTZ 2001).

<sup>41</sup> “A suposta contradição entre participação e observação não passa de um corolário desse divisor. É como se pudéssemos aspirar à verdade sobre o mundo enquanto seres humanos apenas através de uma emancipação que nos desliga dele, e que nos estranha de nós mesmos” (INGOLD 2016: 407).

<sup>42</sup> Usamos aqui a polissemia da palavra história evocada por Marcio Goldman: existe a “história dos historiadores”, a “filosofia da história” e “as formas de se conceber a história em seu primeiro sentido, ou seja, como história dos homens e como historicidade [...], a forma particular através da qual [cada sociedade] reagem ao fato inelutável de que estão no tempo ou no devir” (GOLDMAN, 1999).

<sup>43</sup> No quadro atual do PPGA da UFBA, entre os efetivos e os colaboradores há mais de vinte pesquisadores no corpo docentes, somente quatro são baianos e somente uma obteve o seu doutorado na Bahia.

<sup>44</sup> Informações encontradas no site da internet dos respectivos órgãos ([www.sudene.gov.br](http://www.sudene.gov.br); [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br))

<sup>45</sup> É neste sentido que os primeiros estudos urbanos de Park trabalhavam com a noção de segregação: “em artigo de 1926, sobre a Comunidade Urbana, Park considera que as segregações da população se verificariam, em primeiro lugar, com base na língua e na cultura, e em segundo lugar, com base na raça” (VASCONCELOS, 2004: 260).

<sup>46</sup> A descrição da fase do desenvolvimento industrial da Bahia e do Brasil torna-se essencial para entender a urbanização da Região Metropolitana de Salvador durante a segunda metade do século XX. Cada etapa do processo de industrialização teve consequência direta sobre a configuração urbana da Capital baiana. Ver o trabalho de Cavalcante (2008).

<sup>47</sup> Ver também Vasconcelos (1996: 13), “o Estado, nos anos 70, implantou grandes conjuntos habitacionais, como o Castelo Branco (1971) e o gigantesco projeto Cajazeiras (1977)”.

<sup>48</sup> Assim, a orla atlântica é o “local privilegiado de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos, shoppings, hotéis, equipamentos médicos, parques e centros de convenções, os pontos de atração turística e os interesses do capital imobiliário, assim como as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda” (CARVALHO, PEREIRA, 2013: 12).

<sup>49</sup> A renda média dos moradores dos 20% mais ricos do Itaigara é de R\$ 5.562,73 por mês, “ou seja, um pobre da UDH Fazenda Coutos demoraria mais de 157 anos para acumular o que um rico da UDH Itaigara recebe em um mês” (Informações encontradas no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ([www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/))).

<sup>50</sup> É interessante notar que as casas em bairros populares são muitas vezes construídas por pedreiros, engenheiros e arquitetos e não são “autoconstruídas” como a literatura em urbanismo classifica este tipo de moradia.

<sup>51</sup> Ver o site da Bahiatursa ([http://bahia.com.br/outros\\_servicos/parque-metropolitano-de-pituacu](http://bahia.com.br/outros_servicos/parque-metropolitano-de-pituacu)).

<sup>52</sup> Ver o site da Bahiatursa (<http://bahia.com.br/atracao/parque-sao-bartolomeu/>).

<sup>53</sup> Na ordem citada: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/04/mulher-e-estuprada-no-parque-sao-bartolomeu-em-salvador.html>; <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/adolescente-morre-afogado-em-barragem-no-parque-sao-bartolomeu/?cHash=bb1f8ced1a437828d3d13702543e2cdf>; <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/disputa-do-traffic-entre-terror-do-suburbio-e-ex-comparsa-deixa-rastro-de-mortes-na-regiao/?H-ash=d3176437bed2500a4c22d855ce7bc164>; <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/homens-sao-mortos-a-tiros-no-parque-sao-bartolomeu-em-piraja/?cHash=a7803577b271eab98b8d421022ecfc26>.

<sup>54</sup> Na ordem citada: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/04/sarau-em-pituacu-termina-temporada-com-val-macambira-neste-domingo.html>; <http://www.tribunadabahia.com.br/2016/04/19/sarau-em-pituacu-encerra-temporada-no-domingo-com-forro-turbantes>; <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1732619-incendio-que-atingiu-area-do-parque-de-pituacu-e-extinto>; <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1702469-comunidade-cobra-retomada-das-reformas-no-parque-de-pituacu>.

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> Essa gramática do pensamento urbano não é nada recente. Bentham, no século XVIII, já considerava a pobreza como “a natureza que sobrevive na sociedade” (Apud CARMAN, 2011: 99). Na linha das teorias evolucionistas, os modernos, muitas vezes, fazem essa associação entre “pobres, naturaliza y primitivismo” (2011: 88).

<sup>57</sup> “Para as classes altas e médias é também difícil aceitar algumas das mudanças das últimas décadas que, apesar da recessão, significaram a incorporação das classes trabalhadoras à sociedade de consumo e à cidadania política e ao que pode ser considerado como padrões modernos de comportamento” (CALDEIRA, 2000: 75).

<sup>58</sup> Ver Lei Federal nº 2.874, criando a Capital do Brasil, Brasília, 19 de setembro de 1956.

<sup>59</sup> Ver o trabalho de Rolnik para entender melhor “uma das características distintivas da estratégia e modo de ação do Estado na cidade capitalista, [...] a emergência do plano, intervenção previamente projetada e calculada, cujo desdobramento na história da cidade vai acabar desembocando na prática do planejamento urbano, tal como conhecemos hoje” (ROLNIK, 1988: 55).

<sup>60</sup> As considerações feitas sobre a “cidade por projeto” poder ajudar nessas discussões (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 1999: 133).

<sup>61</sup> “A condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir, ao conjunto projetado, o desejável caráter monumental. Monumental, não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa.” (COSTA, 1956).

<sup>62</sup> Pensando na “*Cité Radieuse*” edificada em 1952, na França, e a “*Ville Radieuse*” projetada em 1955, mas nunca construída.

<sup>63</sup> Uma pesquisa sobre os impactos desta Lei de Reforma Urbana de 1968 foi indispensável para entender como o mercado privado conseguiu tomar conta de vez das políticas urbanas promovidas pelos poderes públicos na cidade de Salvador.

<sup>64</sup> Esta relação foi bastante questionada, conforme os estudos realizados no Plano Diretor da cidade de Salvador nos anos 2000, “a densidade populacional é fundamentalmente um indicador da concentração de população em uma unidade de território e não se presta, de forma isolada, como indicador do padrão de ocupação do solo ou de qualidade ambiental urbana” (FERREIRA T., 2009: 69). Os relatores deste estudo lembraram que “em primeiro lugar é preciso esclarecer alguns pressupostos que se tornaram parte do senso comum, principalmente aqueles que tratam de forma associada: densidade populacional, qualidade urbana e verticalização (2009: 69).

<sup>65</sup> Seguindo o Código Florestal: “Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

<sup>66</sup> O plano diretor recomenda ainda a construção de “um motel no alto de pequena elevação de forma arredondada e vegetação particularmente rica [e] em uma colina solta, a construção de uma pequena igreja” (JAT, 1973).

<sup>67</sup> Um morador de Colina C comprou uma unidade no Greenville, no prédio que ele viu construir do seu jardim. Quanto ao impacto sobre a intimidade dos quintais das casas do Colina, ele foi mais do que evidenciado durante as visitas nesses condomínios. Na época, não havia índice claro de uma possível desvalorização das casas depois da chegada do Greenville.

<sup>68</sup> Ver o site da internet da empresa (<http://www.alphaville.com.br/institucional/empresa>).

<sup>69</sup> Propaganda para o Alphaville Lagoa dos Ingleses, construído em 1999, que mostra quanto as noções de habitat moderno são ligadas à referências da Europa ou dos Estados Unidos. Essas informações foram encontradas no Blog do arquiteto mineiro Carlos M. Teixeira (<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.021/808>).

<sup>70</sup> Ver o site da internet da empresa (<http://www.alphaville.com.br/institucional/empresa>).

<sup>71</sup> Como itens de lazer podemos notar a grande quantidade de praças, marcando um real planejamento do espaço orientado para o exercício de atividades de diversão que permitem o encontro, como os resorts turísticos propõem. Como exemplo, há praças de convivência, da escultura, das águas, de apoio ao salão máster, de boas-vindas, do encontro, do Pergolado, dos esportes, ou ainda uma praça gourmet e uma praça zen (ver as informações do site da internet do Le Parc (<http://www.leparcresidenciaisalvador.com.br/>)).

<sup>72</sup> Os dados sobre os nomes dos prédios e o tamanho dos apartamentos foram encontrados no site da internet do empreendimento Le Parc e a distância entre os prédios foi estimada pelo cálculo realizado através das ferramentas de GoogleEarth (<http://www.leparcresidenciaisalvador.com.br/>).

<sup>73</sup> No dia 28.04.2016, havia, neste último condomínio, um apartamento de 207m<sup>2</sup> a venda no site <http://www.imoveisdiferenciados.com.br/>, quatro quartos transformados em três suítes para R\$ 1.350.000,00, com uma taxa de condomínio de R\$ 1.750,00 e um IPTU de R\$ 2.604,00.

<sup>74</sup> Nesta propaganda, há uma explicação interessante sobre a proposta desse habitat moderno: “A busca por morar bem, hoje, vai além do que já foi antigamente: precisa ter conforto, mas também qualidade de vida. Uma bela

paisagem, mas também o tempo necessário para poder admirá-la. Precisa ser o melhor. Mas precisa também oferecer o melhor” (ver o site da imobiliária BrasilBrokers (<http://www.brasilbrokers.com.br/>)).

<sup>75</sup> “Embora seja ilegal para um serviço de segurança privado realizar em uma rua pública esse tipo de ação, isso, junto com cenas de visitantes apresentando documentos de identificação nos portões de entrada, assegura aos moradores ricos (e espectadores) que pessoas suspeitas (pobres) serão mantidas a distância e sob controle” (CALDEIRA,2000: 274).

<sup>76</sup> Os discursos ambientalistas servem igualmente para reforçar a distinção destes moradores: não é de 12% /m<sup>2</sup> de área verde por habitante, como o recomenda a OMS, que esses moradores desfrutarão; no Greenville, haverá o dobro, 24%/m<sup>2</sup> de área verde por habitante, abaixando pela mesma ocasião os 6% de vegetação ainda sobrando em cada metro quadrado da cidade de Salvador.

<sup>77</sup> Lei Federal nº 6.766/79, de 19 de dezembro de 1979.

<sup>78</sup> Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM), criada pela Lei nº 3.994 de 26 de junho de 1989.

<sup>79</sup> Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) criado pela Lei n.º 6.916, de 29 de dezembro de 2005.

<sup>80</sup> Secretaria Cidade Sustentável (SECIS), criada pela Lei n.º 8.376, de 20 de dezembro de 2012, com regimento aprovado pelo Decreto Municipal nº 23.862 de 04 de abril de 2013.

<sup>81</sup> Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), criada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002.

<sup>82</sup> Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), criada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002.

<sup>83</sup> A JBS é a “maior empresa em alimentos de origem bovina e líder absoluta da exportação mundial neste setor [...] primeira no mundo em capacidade de abate (47,1 mil cabeças por dia)”. Informações encontradas na revista *Food Ingredients Brasil* (FIB) ([www.revista-fi.com](http://www.revista-fi.com)).

<sup>84</sup> Veto presidencial nº 212 de Dilma Rousseff do novo Código Florestal, 25 de maio de 2012.

<sup>85</sup> Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que “dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica”.

<sup>86</sup> As razões do veto do Artigo 27 evocado lembram a importância capital dessas medidas ambientais: “A Mata Atlântica, considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal, estendia-se, originalmente, por cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup> do território brasileiro. Hoje, os remanescentes primários e em estágio médio/avançado de regeneração estão reduzidos a apenas 7,84% da cobertura florestal original, o que compreende aproximadamente 100.000 km<sup>2</sup>. Isso faz com que o Bioma Mata Atlântica seja considerado o segundo mais ameaçado de extinção do mundo. Apesar da devastação, a Mata Atlântica é um dos biomas com uma das mais altas taxas de biodiversidade do mundo: cerca de 20.000 espécies de plantas angiospermas (6,7% de todas as espécies do mundo), sendo 8.000 endêmicas, e grande riqueza de vertebrados (264 espécies de mamíferos, 849 espécies de aves, 197 espécies de répteis e 340 espécies de anfíbios). Destes 100.000 km<sup>2</sup>, apenas 21.000 Km<sup>2</sup> (equivalente a aproximadamente 2% da área original) estão protegidos em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

<sup>87</sup> Por exemplo, a China é o principal país de destino das exportações brasileiras de soja; os europeus e norte-americanos disputam a madeira brasileira, como a Rússia e Hong Kong disputam a produção bovina dos 174 milhões de hectares de pastagens existentes – 20% do território brasileiro. Ainda, “segundo o Ministério da Agricultura, até 2020, a expectativa é que a produção nacional de carnes suprirá 44,5% do mercado mundial. Já a carne de frango terá 48,1% das exportações mundiais” (Informações encontradas nos sites da internet da Receita Federal, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e do Ministério da Agricultura ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br); [www.abiec.com.br](http://www.abiec.com.br); [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)).

<sup>88</sup> Os instrumentos acionados para evitar ou fiscalizar a destruição do meio ambiente nasceram desta legislação federal.

<sup>89</sup> “Art. 242. Classificam-se como Espaços Abertos de Recreação e Lazer, na subcategoria de Parques Urbanos, PU, conforme representação no Mapa 07 do Anexo 3 [...] o Parque Ecológico do Vale Encantado” (Lei nº 7.400).

<sup>90</sup> Na versão papel todas as fotografias são apresentadas, na versão digital um arquivo .gif permite animar a evolução das obras ao longo do tempo.

<sup>91</sup> Ver entre outros, os Inquéritos MP/BA nº 003.1.45825/2005 e nº 003.1.6369/2005; IC MPF: nº 1.14.000.00416/2009-23; IPL- PF nº 0789/2009 e nº 1033/2009-4.

<sup>92</sup> Habeas Corpus No 47.064-1/2009,

---

<sup>93</sup> A história jurídica do Parque Municipal e das ilegalidades cometidas encerrou-se com o Artigo 155 da LOUOS, Lei Municipal nº 8.167/2012, que revogou o Inciso VII do PDDU de 2007 e, assim, permitiu que todas as possíveis condenações perdessem “o objeto em razão da extinção do Parque Ecológico do Vale Encantado”. Tem que notar que durante essa pesquisa um novo PDDU foi votado, a Lei Municipal 9.069 de 2016, que refaz surgir esse Parque Ecológico do Vale Encantado.

<sup>94</sup> Em um dos inquéritos do MP, o flagrante apoio do Estado para facilitar a instalação do Shopping Paralela é denunciado sem equívoco. Ver Recomendação nº 10/2009 do Ministério Público Federal e da Procuradoria do Estado da Bahia).

<sup>95</sup> Expressões do “Book” de Lumno disponibilizado pela PDG aos corretores.

<sup>96</sup> Inclusive, a palavra conjunto está em desuetude nos projetos de moradia popular, como o Minha Casa, Minha Vida, substituída pela palavra “condomínio”.

<sup>97</sup> É importante notar que é da violência física da criminalidade que os moradores estariam protegidos atrás dos muros e até nas ruas em frente ao seu edifício. A violência doméstica que atinge essas pessoas não é, evidentemente, “controlada”; a violência policial tampouco lhes diz respeito. Quanto ao impacto da violência da sociedade capitalista sobre essas elites, a pesquisa de campo tentará trazer mais informações a respeito.

<sup>98</sup> Ver o site de propaganda [www.greenvillesalvador.com](http://www.greenvillesalvador.com).

<sup>99</sup> Olimpo, o lugar onde habitam as divindades gregas; Eldorado, cidade de ouro fictícia da América do Sul, buscada pelos exploradores do século XVI; Avalon, ilha lendária onde a espada Excalibur do Rei Arthur foi forjada.

<sup>100</sup> Orion é o gigante caçador que morreu tragicamente e nunca conseguiu atingir Pleione, mãe das plêiades; quanto a Éris, é a deusa da discórdia, a responsável da guerra de Tróia.

<sup>101</sup> Informações encontradas no site da internet da corretora Daihane César e no site do empreendimento da PDG (<http://topimoveissalvador.com/imovel/greenville/>; <http://www.pdg.com.br/salvador/greenville/>).

<sup>102</sup> Informações encontradas no site da internet [pt.climate-data.org/](http://pt.climate-data.org/).

<sup>103</sup> Entrevista realizada com Carla, 2018.

<sup>104</sup> Ver Artigo 16 da Lei Federal nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

<sup>105</sup> Para ter uma ideia dos impactos da observação sobre as experiências em ciências exatas ver a “experiência da dupla fenda” da física quântica e como esta pede uma reformulação da física newtoniana.

<sup>106</sup> Artigo 13 do Regulamento Interno Greenville Etco. A minha insistência consistiu em encaminhar cartas para o síndico e a administradora.

<sup>107</sup> “We can make ourselves available not just as friends or as ‘patrons’ in the old colonialist sense but as comrades (with all the demands and responsibilities that this word implies) to the people who are the subjects of our writings, whose lives and miseries provide us with a livelihood” (SCHEPER-HUGHES, 1995: 420).

## REFERÊNCIAS

### Referências Bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc. **Un ethnologue à l'Assemblée**. Paris: Odile Jacob, 2000.
- ANDRADE, Adriano B.; BRANDÃO, Paulo R. (Orgs.). **Geografia de Salvador**. Edufba, 2. ed., Salvador: 2009.
- APPADURAI, Arjun (Org.). **A Vida Social das Coisas**. Rio de Janeiro: UFF, 2010.
- ARAÚJO, James Amorim. **Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: o Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão**. Tese de doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: 2010.
- ARENDDT, Hannah. Fragmento 1 ao Fragmento 3b. In: **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 2007.
- ATLAS SALVADOR. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP), Brasília : 2006.
- BACHELARD Gaston. **La poétique de l'espace**. Presses Universitaires de France, Paris: 1957.
- BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, n. 20, p. 15-29, Porto Alegre: 2003.
- BASSANEZI, Maria Sílvia (Org.). **Núcleo de estudos de população – NEPO**. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1998.
- BERTRAND, Gilles. **Le grand tour revisité: pour une archéologie du tourisme**. Rome: École française de Rome, 2008.
- BOAVENTURA, de Sousa Santos (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. Formação da cidade por projetos. In: **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**. Rééd. Minuit, coll. « Le sens commun », 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, vol. 30: 1979.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction**. Eléments pour une théorie du système d'enseignement. In: *Revue française de pédagogie*, volume 15. 1971.
- BRAGARD, Romain. **Urbanité et sentiment de nature**. Ethnographies comparées de la randonnée pédestre Corse – Chapada Diamantina (Brésil). Tese de doutorado em antropologia, Faculté d'Anthropologie et de Sociologie, Univ. Lumière Lyon 2, Lyon: 2009.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados**, vol.20, n.57, 2006.
- BRUN Jacques, CHAUVIRÉ, Yvan. La ségrégation sociale: questions de terminologie et de méthode. In: **Espace, populations, sociétés**, vol. 1, Objectifs et champs d'étude: 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34/Edusp, São Paulo: 2000.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARMAN, María. **Las trampas de la cultura**. Los “intrusos” y los nuevos usos del barrio de Gardel, Paidós, Buenos Aires: 2006.

CARMAN, María. **Las trampas de la cultura**. Los “intrusos” y los nuevos usos del barrio de Gardel, Paidós, Buenos Aires: 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto (Orgs.). Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Letra Capital, **Observatório das Metrópoles**, 1. ed. - Rio de Janeiro: 2014.

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto. **A cidade como negócio**. Eure (Santiago), vol.39, n.118, pp. 5-26: 2013.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. T. **A era da indústria**: a economia baiana na segunda metade do século XX. Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Salvador: 2008.

CHRISTIN, Rodolphe. **Manuel de l’antitourisme**. Montréal: Écosociété, 2008.

CLARK, Jorge Uilson. **A imigração norte-americana para a região de Campinas**: análise da educação liberal no contexto histórico brasileiro, Dissertação (mestrado) da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas-SP: 1998.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: **Arqueologia da violência**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 320p.

CLIFFORD, James; MARCUS George. **Writing Culture**: the Poetics and Politics of Ethnography. Berkeley: University of California Press: 1986.

COMAROFF, Jean. Teorias do sul. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 467-480, Rio de Janeiro: 2011.

COMAROFF, Jean e John. **Etnografia e imaginação história**. Revista Proa, nº02, vol.01, 2010.

CORDIER, Henri. État actuel de la question du « Fou-sang ». In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 1 n°1, 1895. pp. 33-41.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Diretor de Brasília**, 1956.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. Rocco, 5 ed., Rio de Janeiro: 1997.

DE CERTEAU, Michel. **L’invention du quotidien**: Arts de faire. Paris: Edition Gallimard, 1980.

DEBORD, Guy. **La Société du spectacle**. Paris: Buchet-Chastel, 1967.

DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

- DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LINO E SILVA, M; DOHERTY, G. Formally Informal: Daily Life and the Shock of Order in a Brazilian Favela. **Built Environment**, 37 (1): 2011.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo, Coleção Perspectivas do homem, Vol.42, Série Política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira: 1968.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194
- FERNANDES, Ana . Decifra-me ou te Devoro: Urbanismo Corporativo, Cidade-Fragmento e Dilemas da Prática do Urbanismo no Brasil no prelo. In: Suely Gonzales, Aldo Paviani, Jorge Francisconi. (Orgs.). **Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira**. Objeto, teoria e prática, 1ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.
- FERREIRA T., Maria das Graças. **Cadernos da Cidade, uso e ocupação do solo de Salvador**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM) e Coordenadoria Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais (COPI), Ano I, No. 1, Salvador: junho de 2009.
- FERREIRA, Francisco. **Transformações urbanas na cidade de São Carlos: condomínios residenciais fechados e novas formas de sociabilidade**. São Carlos: UScar, 2003.
- FRAZER, James George. O escopo da antropologia social. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FREITAS, Eleusina, H. de. **Loteamentos fechados**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da FAU da Universidade de São Paulo (USP): 2008.
- FREYRE, Gilberto, **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 481 ed. São Paulo: Global, 2003.
- GEERTZ, Cliford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2001.
- GOBINEAU, A. **L'empire du Brésil à l'exposition universelle de Vienne en 1873**. The Library of Congress. 1873.
- GOBLOT, Edmon. **La barrière et le niveau**. Etude sociologique sur la bourgeoisie française moderne. Presses universitaires de France, coll. « le lien social », 2010. 90 p.
- GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, Oct. 1998.
- GOLDMAN, Marcio. Dois ou três platôs de uma antropologia de esquerda. **Cosmos e Contexto**, N. 24, Setembro de 2014.
- GOLDMAN, Marcio. Lévi-Strauss e os sentidos da História. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 223-238, 1999.
- GOLDMAN, Marcio. O fim da antropologia. **Novos estud.** - CEBRAP, n. 89, p. 195-211. São Paulo: Mar. 2011.
- GUILLE-ESCURET, G. **L'anthropologie, à quoi bon?** Paris: L'Harmattan, 1996.
- HAMY, E.-T. Étude sur les collections américaines réunies à Gênes à l'occasion du quatrième Centenaire de la découverte de l'Amérique. In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 1 n°1, 1895. pp. 1-31.



- HARTER, Eugene. C. **A colônia perdida da confederação**: a imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra da Secessão. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1987. 181p..
- HAUMONT, N. **L'habitat pavillonnaire**, Habitat et sociétés. Paris: Ed l'Harmattan, 2001.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Ed. Vozes, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, 15ed., 2005. (Versão francesa traduzida por Aloys Becker e Gérard Granel, PUF, Paris: 1959).
- HESS, Rémi. Production de la société d'Alain Touraine (Seuil, 1973). In **L'Homme et la société**, N. 33-34, 1974. *Économie et tiers-monde*, 1974 pp. 250-251.
- HORLLE, Rogério. Post nas redes sociais. 1 de setembro de 2012.
- HOUAISS. **Dicionário de Língua portuguesa**, versão digital, 2009.
- IBGE. Informações encontradas nas plataformas do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE): [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/).
- ILLICH, Ivan. **La convivialité**. Paris: Seuil, 1973.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Revista Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, Porto Alegre: 2016.
- INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, 26(1): 76-110, 2005.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, vol.18, n.37, pp.25-44: 2012.
- KOPENAWA, Albert, Bruce, Davi. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KUNRATH SILVA, Patrícia. Entrevista com George Marcus. **Horizontes Antropológicos**, ano 23, n. 47, p. 401-416, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2017.
- LAPLANTINE, François. Introdução: o campo e a abordagem antropológicos. In **Aprender Antropologia**. 15ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 2003.
- LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Tradução de Angela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Enquête sur les modes d'existence**. Une anthropologie des Modernes, Paris: La Découverte, coll. « Hors collection Sciences Humaines », 2012b. 504 p.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012.
- LAURIÈRE Christine. La Société des Américanistes de Paris: une société savante au service de l'américanisme, **Journal de la société des américanistes**, Vol. 95-2, 2009.
- LAVISSE, Ernest. **Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire**. Paris: Librairie Hachette, 1887.
- LEACH, E. **Repensando a antropologia**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'espace**. Anthropos, Paris: 1974.
- LEFEBVRE, Henri. **La Révolution urbaine**. Gallimard, Collection Idées, Paris: 1970.
- LEFEBVRE, Henri. **Le Droit à la ville**. Paris: Seuil: 1968.
- LERY, Jean de. **Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil**. La Rochelle, 1578.
- LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In **Os Pensadores**, vol. L. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Tropiques**. Paris: Plon, 1955.
- MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, junho 2002
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.
- MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Políticas sociais, acompanhamento e análise, n. 12: fev. 2006.
- MARINS, Paulo C. G.. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Companhia das Letras, 7ª reimpressão, São Paulo: 1998.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003
- MEDEIROS, Constantino Luz de. **As faces de Janus: um olhar sobre a narrativa moldura como procedimento literário**. Revista Palimpsesto, Nº 14, Ano 11, Dossiê (2), 2012.
- MENESES, Maria Paula Meneses. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008.
- MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- NACLERIO, Maria Cecília Homem. Higienópolis: grandeza e decadência de um bairro paulistano. **Série História dos bairros de São Paulo**. Vol. 17. Ed. Secretaria Municipal de Cultura da PMSP, 1980.
- NADER, Laura. **Up the anthropologist: perspectives gained from studying up**. In: HYMES, D., (Org.). *Reinventing anthropology*. New York: Random House, 1972.
- OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Cartilha sobre trabalhador (a) doméstico (a): conceitos, direitos, deveres e informações sobre a relação do trabalho**. 2012.
- OLIVEIRA, Margaret. **A produção de escassez do espaço urbano: um estudo sobre o boom imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador - BA (1968 - 2008)**. Tese de doutorado em Arquitetura, UFBA: 2013.
- PELLISSIER, Yann. **Du tourisme communautaire à la communauté touristique**. Dissertação de Maîtrise, Faculté d'Anthropologie et de Sociologie, Université Lumière Lyon 2, Lyon: 2011.
- PELLISSIER, Yann. **O paradoxo do turismo no Vale do Capão: Olhar antropológico sobre uma nova ruralidade brasileira**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia. SALVADOR: 2014.
- PLANO, 500. **PDDU, LOUOS** de Salvador Secretário Municipal de Urbanismo e Fundação Mário Leal Ferreira: 2015.
- RAMA, Angel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Ed. Arca, 1998.
- RAMOS, Arthur. Os grandes problemas da antropologia brasileira. In **Sociologia**, vol. X, nº 4, p. 213-226, 1948.

- REIS, João. **Escravidão e suas sombras**. EDUFBA: 2012.
- RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. Versal Editores, 2a Ed.: 2004.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988 (84pp.)
- ROSA, Marcelo. Considerações sobre duas diferentes formas de se fazer etnologia. **Terra e Cultura**, Ano XIX, Nº 37: 2001.
- ROUCH, Jean. **Petit à petit**, 1970.
- SAHLINS, Marshall. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (parte II). Rio de Janeiro: **Mana**, v. 3, n. 2, p. 103-150, Oct. 1997.
- SANTOS JUNIOR, Luiz Carlos Silva dos. **Pescadores de Jaguaripe: organização política e luta pelos direitos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia. SALVADOR: 2017.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Ed USP, 2006.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology. **Current Anthropology**, Vol. 36, No. 3 5. Chicago: The University of Chicago Press, junho 1995. Pp. 409-440.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCOTT, James C. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven et Lonàon, Yale University Press, 1998, 460 p.
- SIMMEL, Georg. Métropoles et mentalité. In: GRAFMEYER e JOSEPH (orgs.). **L'école de Chicago - naissance de l'écologie urbaine**. França, Champs, Flammarion. 2004.
- SOBRINHO, Afonso S. de Oliveira. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, ano 15, no 32. Porto Alegre: jan/abr. 2013. p. 210-235
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.
- STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Ferrari, Florencia. Dullei, Iracema; Pinheiro, Jamille; Valentini, Luísa. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576p.
- TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- URBAIN, Jean Didier. **L'Idiot du voyage: Histoires de touristes**. Paris: Payot, 2002.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. In: **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p.259 – 274: 2004.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: permanências e transformações (1549/1996). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 92, janeiro/dezembro 1996.
- VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana**. Ed. Ltda, 1989.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto. **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O conceito de sociedade em antropologia**. In: A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WAGNER, Roy **A invenção da cultura**. Tradução de Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência: A Cor dos Homicídios no Brasil**. CEBELA, 2012.

WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1950.

## Sites da internet consultados:

Sites do Estado Brasileiro:

- Site da internet da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) (<http://www.chesf.gov.br>).
- Site da internet da Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).
- Site da internet da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (<http://www.sudene.gov.br>).
- Site da internet do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (<http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br>).
- Site da internet do Banco do Nordeste (<http://www.bnb.gov.br>).
- Site da internet do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (<http://cpdoc.fgv.br>).
- Site da internet do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (<http://www.ipea.gov.br>).
- Site da internet do Ministério da Agricultura (<http://www.agricultura.gov.br>).
- Sites da internet do Planalto (<http://www4.planalto.gov.br>; <http://blog.planalto.gov.br>).
- Sites da internet do Ministério do Turismo (<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>; <http://www.turismo.gov.br>; <http://bahia.com.br>; <http://www.bahiatursa.ba.gov.br>).

Outros sites da internet:

- Site da internet da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) (<http://www.abiec.com.br>).
- Site da internet da empresa Alphaville Urbanismo (<http://www.alphaville.com.br>).
- Site da internet da empresa Le Parc (<http://www.leparcresidenciaisalvador.com.br>).
- Site da internet da empresa OAS (<http://www.oasempreendimentos.com>).
- Site da internet da empresa PDG (<http://www.pdg.com.br>).
- Site da internet da Food Ingredients Brasil (FIB) (<http://www.revista-fi.com>).
- Site da internet de Climate-data (<http://www.pt.climate-data.org>).
- Site da internet de propaganda imobiliária (<http://topimoveissalvador.com>).
- Site da internet de propaganda imobiliária (<http://www.brasilbrokers.com.br>).
- Site da internet de propaganda imobiliária (<http://www.greenvillesalvador.com>).
- Site da internet de propaganda imobiliária (<http://www.imoveisdiferenciados.com.br>).
- Site da internet do arquiteto Carlos M. Teixeira (<http://www.vitruvius.com.br>).

## Leis, Decretos, Projetos, Inquéritos e outros movimentos do Estado citados

- Decreto Municipal de Salvador nº 23.862, aprova regimento da SECIS, 4 de abril de 2013.
- Decreto Municipal de Salvador nº 17.482, cria o sistema viário do Greenville, julho de 2007.
- Decreto Municipal de Salvador nº 18.042, cria o Parque Ambiental do Vale Encantado, dezembro de 2007.
- Decreto Municipal de Salvador nº 18.198, prorroga o prazo de delimitação do parque do Vale Encantado, 5 de março de 2008.
- Decreto Municipal nº 15.459, cria o bairro do Greenville, 30 de dezembro de 2004.
- Inquérito civil do Ministério Público Federal (MPF) nº 1.14.000.00416/2009-23.
- Inquéritos do Ministério Público da Bahia (MP/BA) nº 003.1.45825/2005 e nº 003.1.6369/2005.

- Inquéritos Policiais da Polícia Federal (PF) nº 0789/2009 e nº 1033/2009-4.
- Lei Estadual da Bahia nº 8.538, cria a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), 20 de dezembro de 2002.
- Lei Federal nº 11.428, chamada Lei da Mata Atlântica, 22 de dezembro de 2006.
- Lei Federal nº 12.651, novo Código Florestal, 25 de maio de 2012.
- Lei Federal nº 12.727, altera o novo Código Florestal, 17 de outubro de 2012.
- Lei Federal nº 2.874, criando a Capital do Brasil, Brasília, 19 de setembro de 1956.
- Lei Federal nº 4.591, chamada Lei de Condomínio, 1964.
- Lei Federal nº 4.771, chamada Código Florestal, 15 de setembro de 1965.
- Lei Federal nº 6.766, Lei Lehmann sobre o parcelamento do solo urbano em lotes, 1979.
- Lei Municipal de Salvador nº 3.994, cria a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM), 26 de junho de 1989.
- Lei Municipal de Salvador nº 6.916, cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM), 29 de dezembro de 2005.
- Lei Municipal de Salvador nº 7.400, PDDU de Salvador, 20 de fevereiro de 2007.
- Lei Municipal de Salvador nº 8.167, atual LOUOS de Salvador, 2012.
- Lei Municipal de Salvador nº 8.376, cria a Secretaria Cidade Sustentável (SECIS), 20 de dezembro de 2012.
- Plano Diretor de Patamares que levou a criação do novo bairro do mesmo nome, 1973.
- Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, 1956.
- Projeto de Lei Municipal de Salvador nº 216, revisão do PDDU, julho de 2007.
- Recomendação nº 10/2009 do MPF e da Procuradoria do Estado da Bahia.
- Relatório do Plano Diretor de Brasília, Lúcio Costa, 1956.
- Veto presidencial nº 212 de Dilma Rousseff do novo Código Florestal, 25 de maio de 2012.